



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTAO AMBIENTAL**

SÔNIA CRISTINA AMORIM DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DO CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DE
TURISMO DE UM INSTITUTO FEDERAL – PARA A FORMAÇÃO DO SUJEITO
ECOLÓGICO**

Recife, 2019

SÔNIA CRISTINA AMORIM DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DO CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DE
TURISMO DE UM INSTITUTO FEDERAL, PARA A FORMAÇÃO DO SUJEITO
ECOLÓGICO.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Profa. Dra. Anália Keila Rodrigues Ribeiro
Orientadora

Recife, 2019

S586c Silva, Sônia Cristina Amorim da.
Contribuições do curso superior tecnológico em Gestão de Turismo de um
instituto federal, para a formação do sujeito ecológico / Sônia Cristina
Amorim da Silva. – Recife, PE: O autor, 2019.
128 f.: il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Anália Keila Rodrigues Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Pernambuco - IFPE, Campus Recife, Coordenação de Pós-Graduação - Mestrado
Profissional em Gestão Ambiental, 2019.

Inclui referências e anexos.

1. Turismo. 2. Sustentabilidade. 3. Educação Ambiental. 4. Ecopedagogia. 5.
Sujeito Ecológico. I. Ribeiro, Anália Keila Rodrigues (Orientadora). II. Título.

306.4819 CDD (22 Ed.)

SÔNIA CRISTINA AMORIM DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DO CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DE
TURISMO DE UM INSTITUTO FEDERAL, PARA A FORMAÇÃO DO SUJEITO
ECOLÓGICO.**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco como parte integrante dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental.

Data da aprovação: 04/10/2019

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Anália Keila Rodrigues Ribeiro
Orientadora–MPGA/IFPE

Profa. Dra. Sofia SuelyFerreira Brandão Rodrigues
Examinadora Interna – MPGA/IFPE

Prof. Dr. Marcos Moraes Valença
Examinador Externo – Gestão Ambiental/IFPE

Profa. Dra. Bernardina Santos Araújo de Sousa
Examinadora Externa – IFPE *Campus* Belo Jardim

APRESENTAÇÃO

Há vinte e dois anos, sou professora no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Recife. Tenho graduação em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas – e Pós-Graduação *lato sensu* em Relações Públicas para o Turismo.

Na minha trajetória profissional, destaco a importância do meu exercício como docente, tanto no curso Técnico em Turismo, como também no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE- *Campus* Recife. Essa minha atuação ocorre desde 2007 até a presente data, resultado da minha paixão pelo ensino na área de Eventos, particularmente nas suas materializações com o planejamento, a organização e a execução das ações dessa área específica.

No IFPE, além da função de docente, exerci o cargo de Coordenadora do Curso Técnico em Turismo, por período de aproximadamente três anos consecutivos, o que coincidiu com a transição do referenciado curso para o de nível superior, denominado Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo. Esse curso foi implantado na instituição em 16 de dezembro de 2007, do qual fui também Coordenadora. Hoje, além de lecionar nesse curso, oriento Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC's.

Assim, direcionamos este trabalho de Pesquisa para a compreensão de conteúdos e/ou práticas pedagógicas ou processos trabalhados no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do *Campus* Recife, em que visa identificar as possibilidades de esse Curso contribuir para a formação do Sujeito Ecológico, entendido como sujeito ideal, portador de valores éticos, atitudes e comportamentos ecologicamente orientados.

Assim sendo, para o entendimento sobre Sujeito Ecológico, serão estudados vários autores, destacando-se, entre eles, Carvalho (2012), visto que ela em seus estudos se refere às vicissitudes das gerações na formação do sujeito ecológico, percebendo-o como um tipo ideal de indivíduo que traz valores éticos, atitudes e comportamentos ecologicamente corretos, dentro de um plano tanto individual, como abrangendo a coletividade. Constatando, assim, que o Sujeito Ecológico se constitui de uma identificação individual, mas também sócio-histórica.

Convém destacar que, na minha vivência em sala de aula, com estudantes do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE - *Campus* Recife, especificamente, já se torna visível a preocupação de alguns desses estudantes com a preservação do meio ambiente e com a sua perpetuação para as gerações futuras, todavia esse olhar precisa ser ampliado e atingir um maior número de pessoas. Daí a nossa intenção de compreender se há conteúdos

e/ou práticas pedagógicas ou processos que possam contribuir para formação de Sujeitos Ecológicos.

Diante dessa realidade, é importante compreender, também, se, na visão dos estudantes, o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE - *Campus* Recife contribui para a formação do Sujeito Ecológico. Essa preocupação vem associada ao meu compromisso, como aluna egressa e docente da Instituição, de ajudar os estudantes a ampliarem o olhar e compreensão sobre a importância de se trabalharem conteúdos voltados a meio ambiente e sustentabilidade ambiental, formando Sujeitos Ecológicos comprometidos e preocupados com a preservação ambiental global.

AGRADECIMENTOS

A DEUS que me guarda, ilumina e cuida. “Tudo posso naquele que me fortalece”.

Ao IFPE-PE por toda minha trajetória.

À Profª. Dra. Anália Keila Rodrigues Ribeiro, minha orientadora, pelos ensinamentos.

Aos professores do Programa Mestrado Profissional em Gestão Ambiental – MPGA.

Aos meus pais por tudo que sou. Gratidão pelos ensinamentos, fundamentados no respeito, na ética e no amor ao próximo.

A Eubert Amorim, presente de Deus. Filho, amigo e cúmplice. Amor incondicional.

A Mário Melo companheiro e amigo durante toda essa jornada. Incentivo e persistência.

À Hercilene Ribeiro, amiga e irmã de coração. Apoio incondicional nas construções, durante o processo da pesquisa, minha eterna gratidão.

À Xênia Luna, minha eterna mestra, pelo carinho e apoio dispensados nas correções ortográficas e fundamentações.

À Coordenação do Curso de Mecânica, em destaque ao professor Maurício Sena, pela disponibilidade e acolhimento, e aos demais professores pela convivência. Aos servidores Johnson Martins Figueiredo e Dona Ana Maria da Silva, pela colaboração nesse período de construção.

À Cláudia Evangelista, estudante egressa, amiga e irmã de coração, por todo o apoio e consideração dispensados.

Aos estudantes do Curso de Gestão de Turismo, especificamente aos dos 3º (terceiros) e 4º (quartos) módulos, pelo carinho e solicitude em participarem da pesquisa através das “Rodas de Conversa”, e ao Prof. André Luís José da Silva, pela colaboração ao viabilizar a realização dessas rodas de conversa e ao técnico administrativo, Walter Carneiro Leal Júnior, pelo apoio dispensado.

“Todos os seus sonhos podem virar verdade,
caso você tenha a coragem de persegui-los”
Walt Disney(19..?)”

RESUMO

Esta dissertação discorre sobre as contribuições do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Pernambuco – *Campus* Recife – para formação do Sujeito Ecológico. A fundamentação teórica desta pesquisa tem como base a relação do Turismo com a Sustentabilidade, Educação Ambiental, Ecopedagogia e Sujeito Ecológico, em que se evidencia um processo de construção de uma consciência ecológica. A partir da sistematização dos dados, tanto da pesquisa documental, quanto das rodas de conversa, percebe-se indícios de que o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo contribui para formação do sujeito ecológico por meio da estrutura da matriz curricular, em que os componentes curriculares apresentam a transversalidade através dos seus conteúdos e práticas. Ressalta-se ainda, a presença dos saberes ambientais, os quais contemplam, em suas práticas pedagógicas orientadas pelos docentes, vivências e experiências na aplicação das boas práticas ambientais. Essa forma de apropriação do conhecimento adquirida durante o curso aponta para um gestor com atitudes de um Ser Ecológico. O produto desta dissertação foi a realização de um seminário de formação continuada, intitulado “Gestor de Turismo X Sujeito Ecológico”, com destaque na formação de sujeitos ecológicos comprometidos e preocupados com a preservação ambiental global.

Palavras-chave: Turismo. Sustentabilidade. Educação Ambiental. Ecopedagogia. Sujeito Ecológico. Formação do Sujeito Ecológico.

ABSTRACT

This dissertation discusses the contributions of the Technological College Degree in Tourism Management of the Federal Institute of Pernambuco – Campus Recife – to the formation of the Ecological Being. The theoretical basis of this research is based on the relationship between Tourism and Sustainability, Environmental Education, Ecopedagogy and Ecological Being, which shows a process of building an ecological awareness. From the systematization of data, both documentary research and talk wheels, it can be ensured that the Technological College Degree in Tourism Management contributes significantly to the formation of the ecological being, through the structure of the curriculum, in which the curricular components present transversality through their contents and practices. We also emphasize the presence of environmental knowledge, which include, in their pedagogical practices guided by teachers, experiences in the application of good environmental practices. This form of knowledge appropriation acquired during the course points to a manager with attitudes of an Ecological Being. This proposal, therefore, has as its fundamental element the approach of some theorists regarding Ecopedagogy and the development of educational practices aimed at planetary sustainability.

Keywords: Tourism. Sustainability. Environmental Education. Ecopedagogy. Ecological Subject. Formation of Ecological Being.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEITs	Áreas Especiais de Interesse Turístico
CATU	Coordenação de Administração e Turismo
CF	Constituição Federal
DEN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas (Cooperação Internacional).
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TLC	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
WTTC	Conselho Mundial de Viagens e Turismo
WWF	World Wildlife Fund for Nature (Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	OBJETIVOS.....	24
2.1	OBJETIVO GERAL.....	24
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	24
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
3.1	TURISMO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE.....	25
3.2	TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	30
3.3	TURISMO E ECOPEdagogia.....	38
3.4	TURISMO E SUJEITO ECOLÓGICO.....	43
4	METODOLOGIA.....	48
4.1	INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	50
4.1.1	Pesquisa documental.....	50
4.1.2	Rodas de conversa.....	50
4.1.3	Localização e período da pesquisa.....	51
4.1.4	População estudada.....	52
4.2	PLANEJAMENTO DAS RODAS DE CONVERSA.....	53
4.2.1	Roteiro das rodas de conversa.....	53

4.2.2	Roteiro temático das rodas de conversa.....	54
4.3	PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PRODUTO.....	55
4.3.1	Seminário de Formação Continuada.....	55
4.3.2	Público Alvo.....	55
4.3.3	Realização.....	55
4.3.4	Plano de Divulgação.....	55
5	RESULTADOS DA PESQUISA.....	58
5.1	MARCOS LEGAIS QUE EMBASARAM A CONCEPÇÃO DO PPC DO CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DE TURISMO DO IFPE – Campus Recife.....	58
5.2	PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – CONCEPÇÃO.....	66
5.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS RODAS DE CONVERSA.....	79
6.3.1	Eixo 1 - Relação de turismo e meio ambiente.....	80
6.3.2	Eixo 2 - Boas Práticas Ambientais.....	87
6.3.3	Eixo 3 - Sujeito Ecológico.....	99
6.4	ANÁLISE DO PRODUTO.....	112
6.4.1	Análise do resultado da tabulação da avaliação.....	112
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
7.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS: análise de alguns recortes documentais.....	114

7.2	CONSIDERAÇÕES	FINAIS:	rodas	de	
	conversa.....	114			
7.3	CONSIDERAÇÕES	FINAIS:			
	produto.....	118			
8	CRONOGRAMA.....	118			
	REFERÊNCIAS.....	120			
	ANEXO A – termo de consentimento livre e esclarecido.....	126			
	ANEXO B – matriz curricular do curso superior tecnológico em gestão de turismo.....	127			
	ANEXO C – plataforma brasil.....	129			
	ANEXO D – banner seminário.....	130			
	ANEXO E – certificado do seminário para os participantes.....	131			
	ANEXO F – ficha de avaliação do seminário.....	132			
	ANEXO G- ata do seminário de formação continuada gestor de turismo x sujeito ecológico.....	133			

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o setor turístico, tem perspectiva de crescimento, em âmbito mundial, entre 3% e 4% em 2019. Ressalta, ainda, o resultado do setor em 2018, o qual foi destaque, o segundo melhor da década, em que atingiu a marca de 1,4 bilhão de chegadas internacionais. A expectativa da OMT é que em 2030, as chegadas internacionais no mundo todo, cheguem a 1,8 bilhão (BRASIL, 2019a).

O diagnóstico apresentado pela OMT relata

“que a alta se deve a fatores como ambiente econômico favorável, forte demanda dos principais mercados emissores, consolidação da recuperação em destinos anteriormente em crise, melhor conectividade aérea e maior facilitação de vistos” (BRASIL, 2019a).

Segundo o atual ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, o Brasil está na rota do crescimento do setor em 2019. “Nosso trabalho a partir de agora é criar recursos para o incremento da competitividade e incentivo à inovação em todas as atividades da cadeia produtiva. Com um novo ambiente de negócios, teremos um mercado de viagens mais acessível, gerando empregos, renda e desenvolvimento”, prevê.

O ministro destacou, ainda, medidas prioritárias para obter resultados importantes da atividade no país: “a isenção de visto para países considerados estratégicos, a criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEITs) e a ampliação da conectividade aérea no país para expandir os mercados doméstico e internacional” (BRASIL, 2019a).

O Secretário-geral da OMT, Zurab Pololikashvili, afirma que:

o crescimento do turismo nos últimos anos confirma que o setor é hoje um dos motores mais poderosos de crescimento e desenvolvimento econômico a nível global. Temos a responsabilidade de geri-lo de maneira sustentável para converter essa expansão em benefícios reais para todos os países, e em particular para todas as comunidades locais, criando oportunidades de emprego e empreendimento (BRASIL, 2019a).

Segundo Theobald (2001, p. 23) o turismo vem crescendo desde 1992, em que já havia se tornado o maior setor da economia com o maior número de empregos por todo o mundo. Portanto, percebe-se que o setor vem expandindo significativamente ao longo dos tempos. Desde então, já era perceptível o avanço deste segmento.

É importante destacar que o Turismo é visto como uma atividade econômica em crescimento acelerado no mundo, sendo propulsor de expressivos resultados para as

comunidades, tornando-se parte do ambiente econômico. Assim contribui para a autoestima de cada indivíduo através do reconhecimento e sentimento de pertencimento, além de estimular a produção cultural e proporcionar centenas de atividades dos mais variados portes (TELES, 2011).

É mister afirmar que a capilaridade do estudo do turismo e meio ambiente, por sua complexidade, enseja investigações específicas, baseadas em parâmetros legais que orientam uma relação equivalente com o meio ambiente e que precisam ser discutidas, também, na academia, a partir de legislações específicas (CARVALHO, 2012). Destaque-se sobre isso a importância na Legislação da Educação Superior, especificamente no Parecer CNE/CP nº 14/2012, na Resolução CNE/CP nº. 02/2012, e na Constituição Federal de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225, determina: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Tomando como referências o que foi apresentado anteriormente, é possível afirmar que o surgimento da questão ambiental como um problema que afeta o destino da humanidade, em que considera a relação do ser humano com a natureza, traz reflexões sobre as intervenções das atividades turísticas desenvolvidas, principalmente no que tange aos aspectos econômicos.

Pautada nesse entendimento, interessa-nos, particularmente, investigar as ações que valorizem a preservação e promoção do meio ambiente através do segmento turístico e que possam contribuir para a formação do Sujeito Ecológico.

É justificativa também, para a minha escolha da problemática do tema, a sua relação com os componentes curriculares que leciono com mais frequência: Gestão de Sistemas de Comunicação e Planejamento e Organização de Eventos, especificamente o segundo, pois contemplam, em suas bases tecnológicas e científicas, os conhecimentos sistêmicos de eventos e sua relação com o meio ambiente, quando aborda o conteúdo Práticas de Eventos voltadas para o Turismo Sustentável.

Diante de uma perspectiva econômica crescente, a partir do setor turístico, a irradiação da atividade turística nas sociedades contemporâneas fez despontar uma “indústria” que dá origem e ao mesmo tempo transforma as paisagens naturais e culturais em uma conjuntura de consumo. É reconhecida a capacidade do turismo de movimentar e distribuir a economia local, mas isso nem sempre se traduz em benefícios e avanços para a comunidade receptora

dessa atividade. Por sua vez, há que se considerar ainda, os impactos provocados pelo homem em relação à natureza (SOARES, 2011).

A atividade turística como “indústria” atende a uma lógica, em que o capital se reproduz na sociedade do lazer, circula e se acumula no âmbito do negócio do turismo, onde o lazer se transforma em mercadoria de compra e venda no negócio das denominadas mercadorias imateriais. O turismo está imbuído no processo de acumulação e circulação do capital da sociedade industrial, uma vez que os gastos, oriundos desse setor, movimentam o capital hoteleiro, de aviação, de restaurantes e lojas comerciais. O processo de acumulação capitalista faz com que uma porção da mais valia converta-se de novo em capital, para produzir nova mais valia (MUSSE, 2014).

Nesse sentido, a reflexão e a preocupação que se coloca criticamente é a da inserção da atividade turística numa abordagem meramente capitalista. Se o modo de produção capitalista requer a exploração para a produção do lucro, não é diferente com o produto turístico. Este, se definido apenas pelo capitalismo, resulta da exploração do ambiente e do trabalho das pessoas como forma de gerar lucro.

Porém o ser humano vem, cada vez mais, descobrindo sua relação com o meio ambiente. O ambiente, seja natural ou construído, é o ingrediente fundamental para o turismo. Assim que a atividade turística ocorre, inevitavelmente o ambiente é modificado (COOPER et al., 2007). Dessa forma, é imperioso afirmar que o turismo e o meio ambiente têm uma estreita relação de dependência, uma vez que toda a atividade turística precisa de um ambiente para se desenvolver, seja ele natural ou não.

Diante disso, afirmar-se que as atividades turísticas causam impactos, sociais, culturais e ambientais. No entanto, com planejamento correto é possível gerenciar esses impactos, minimizando os que causam malefícios ao meio ambiente e estimulando os impactos positivos que geram desenvolvimento (COOPER et al., 2007).

Desse modo, o meio ambiente, em seu cenário natural, sofre descaracterização com a ação do ser humano, causando impactos que ora podem ser positivos ou negativos (GONÇALVES, 2009).

Dessa forma, para que o turismo possa funcionar como promotor da preservação ambiental é necessário vê-lo de outra perspectiva. Não apenas como produto de atividade no seio do processo capitalista. É preciso resgatar suas características como atividade humana de mobilidade e construção da cidadania.

Nesse sentido, é preciso afastar-se de uma perspectiva meramente capitalista sugerida anteriormente, na visão marxiana. No entanto, aproximar-se de um paradigma que propicie consolidar um encaminhamento diferenciado da relação do ser humano com o ambiente em que vive. Tal encaminhamento deve fundamentar-se numa visão de mundo que considere o ser humano como parte do seu ambiente.

Nessa perspectiva, Teles (2011) ressalta a constante discussão que converge para ações de planejamento, gestão e operação de turismo, de modo a proporcionar a consolidação do alinhamento entre elas, a qual possibilita um turismo rentável, responsável e inextinguível.

No contexto mundial o turismo se destaca como atividade propulsora, tanto no âmbito econômico, quanto no social, dando destaque a ações como ecoturismo, conscientização para o alcance do desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental, pontuando a responsabilidade social, além de planos de manejo através da governança.

Nesse processo, é importante destacar que a atividade turística deve ser sempre pautada em ações sustentáveis, que venham a proporcionar proteção ao meio ambiente e viabilidade econômica, além de justiça social, com o propósito de conduzir essas ações a iniciativas planejadas, como prática das políticas públicas, e oportuniza uma perspectiva efetiva de sustentabilidade nas ações desenvolvidas por essa atividade (SWARBROOKE, 2000).

Com base nesse entendimento, ressalta-se a importância da relação do turismo com a educação ambiental, como pressuposto necessário e indispensável na formação do profissional. A atividade turística, cada vez mais em crescimento, além de atuar como uma importante mola propulsora da economia mundial, está presente também nas relações do ser humano com a natureza.

É pertinente, portanto, compreender, com base nesses pressupostos, quais as contribuições que o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo ofertado no IFPE apresenta para a formação do sujeito ecológico, sujeito ideal que sustenta a utopia dos que creem nos valores ecológicos (CARVALHO, 2012), no perfil do futuro gestor. Esse fato oportuniza a esse profissional a construção de instrumentos conceituais, metodológicos e práticos para, na sua atuação, caracterizar o campo de trabalho do turismo como uma atividade humana que contribua para as relações sustentáveis do ser humano com o meio ambiente.

Dessa forma, entende-se que o gestor de turismo precisa trazer, em sua formação acadêmica e em suas práticas cotidianas, uma constante preocupação de preservação, cuidado e promoção dos ambientes de sua atuação e daqueles que são objeto de interação dos turistas.

É necessário, por conseguinte, identificar, nesse processo de ensino-aprendizagem, a colaboração dada na formação de cidadãos e cidadãs, a fim de que na sua prática profissional e na sua vivência pessoal contribuam para os seus *locus* de atuação, em que seja incutida a importância fundamental da relação do ser humano com o meio ambiente.

A proposta desta Pesquisa, portanto, está pautada na compreensão da contribuição do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE- *Campus Recife*, para a formação do Sujeito Ecológico, tomado como tipo ideal, ecologicamente orientado (CARVALHO, 2012), adquiridas através das vivências dos estudantes, durante o curso.

Assim, em face às reflexões referentes à atividade turística e sua relação com o meio ambiente, é pertinente um estudo voltado para as perspectivas dessa relação durante o curso, no que concerne às configurações da construção do conhecimento sobre o Turismo e o Sujeito Ecológico.

Busca-se, ainda, com este trabalho de pesquisa, identificar a compreensão de como os futuros gestores, envolvidos no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – *Campus Recife*, concebem a contribuição do curso, para que essa formação e a consciência das boas práticas ambientais possam acontecer de forma natural.

Pretende-se, também, **por meio da** análise do marco legal, verificar legislações específicas que subsidiam o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE- *Campus Recife* na sua contribuição para a formação do Sujeito Ecológico, identificando-as no seu Projeto Pedagógico.

Além desses aspectos, busca-se explicar a configuração do Projeto Pedagógico do Curso em questão, por meio da identificação dos conteúdos, práticas pedagógicas e/ou processos que contribuam para a formação do Sujeito Ecológico, identificando nas narrativas dos/as estudantes como eles e elas percebem essas contribuições do curso e, por fim, realizar um seminário, como produto desta Pesquisa, visando à socialização dos resultados obtidos, envolvendo nessa atividade os estudantes, gestores e docentes inseridos no processo de formação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE- *Campus Recife*..

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as contribuições do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – *Campus Recife*, para a formação do Sujeito Ecológico, a partir de estudos documentais e das narrativas dos estudantes selecionados.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Analisar o marco legal com vistas a verificar normatizações específicas que subsidiam o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE-*Campus Recife* na sua contribuição para a formação do Sujeito Ecológico.

b) Explicar a configuração do Projeto Pedagógico do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE- *Campus Recife*, por meio da identificação dos conteúdos, práticas pedagógicas e/ou processos que contribuam para a formação do Sujeito Ecológico;

c) Identificar, nas narrativas dos estudantes do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE -*Campus Recife*, como eles e elas percebem as contribuições do curso para a formação do Sujeito Ecológico;

d) Realizar um seminário de formação continuada, como produto desta Pesquisa, para socialização dos resultados obtidos com os estudantes, gestores e docentes inseridos no processo de formação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE-*Campus Recife*.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

APANROTAS é uma revista específica da área em estudo e traz dados obtidos do WTTC - Conselho Mundial de Viagens e Turismo, assim como, o acesso aos dados do Mistério do Turismo (MTUr), no que tange os setores de economia e política, sobre o turismo. A PANROTAS apresenta a contribuição do setor global de viagens e turismo com uma cifra recorde de US\$ 8,8 bilhões, com um crescimento de 3,9%. Gerou, em 2018, 319 milhões de postos de empregos em todo mundo. Ressalta-se que é pelo oitavo ano consecutivo, este resultado, é superior à taxa de crescimento do PIB mundial, de 3,2%.

No Brasil o turismo em 2018 contribuiu com um PIB de US\$ 152,5 bilhões, equivalente a um crescimento de 8,1%, uma das mais elevadas altas na América do Sul. Favorecendo 6,9 milhões de empregos, 7,5% do total de trabalhos gerados no Brasil, além de US\$ 6,2 bilhões aportados em 2018 referentes aos gastos de estrangeiros no país (PANROTAS, 2019). Percebe-se que a atividade turística passa por uma revolução, seja em reconhecimento ou em aceitação profissional, de acordo com pesquisas direcionadas a essa atividade. O turismo, é considerado, uma das atividades mais presentes nos diversos setores sociais.

Ressalta-se a relevante preocupação com o desenvolvimento da atividade, uma vez que atinge, não só o setor social, mas, também os setores econômico, cultural e ambiental, que implicam em impactos favoráveis ou maléficos. No entanto é de relevada importância que sejam delimitadas ações capazes de controlar os efeitos negativos, minimizando-os e maximizar os efeitos positivos oriundos dessa atividade (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2019).

Na abordagem de Azevedo (2005), o turismo é posto como uma atividade econômica que mais traz rentabilidade no mundo e isso abre espaço para um novo olhar, que busca no planejamento um resultado positivo para o uso do seu potencial gerador de emprego e renda. Isso oportuniza benefícios econômicos, sociais e ambientais, além de vislumbrar mecanismos para inclusão e mudanças sociais, adquiridas ao longo do tempo.

Contudo para que a atividade turística seja desenvolvida a contento, faz-se necessária uma participação mais efetiva da população nos quesitos planejamento, implementação e fiscalização das atividades estabelecidas (AZEVEDO, 2005).

Destaca, ainda, que, para promover e praticar o turismo de estrutura sustentável e estável, precisa-se de uma nova visão voltada para os problemas sociais, para as diferenças

culturais e para a dinâmica ambiental dos espaços, a favor de uma economia globalizada, devido a peculiaridades que lhe são inerentes.

Para tanto, segundo ainda este mesmo autor, devem-se considerar as nuances de instabilidade econômica e de localização turística, e o desenvolvimento de ações planejadas, que devem estar pautadas numa interpretação interdisciplinar e integral, estudadas de forma fragmentada, e, logo em seguida, com sua aplicabilidade global.

Na abordagem citada por Azevedo (2005), a atividade turística, tem sua caracterização, pautada na busca de sustentabilidade, demanda um redimensionamento de espaços, paisagens, culturas e economias, com ações que qualificam o uso sistemático de bens e serviços, gerando impactos positivos e benefícios de longa escala.

Sobre essa temática, é importante fazer referência à necessidade de uma nova relação do homem com o meio ambiente. Isso deu origem ao surgimento de grandes eventos voltados a discutir e implantar parâmetros para a formulação de conceitos e diretrizes que norteiem as boas práticas ambientais, com o intuito de evitar os impactos negativos causados pelas intervenções do homem na natureza. Entre esses eventos, estão a Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente humano (1972); na Suécia, o Relatório da Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento (Relatório de Brundtland, 1987) e a ECO 92, no Rio de Janeiro (CARVALHO, 2012).

A partir dessas discussões, governos começaram a repensar políticas ambientais e planejamento de políticas públicas que alcançassem objetivos comuns em âmbito global, em que envolve outros países representantes da Terra para firmarem acordos propostos internacionalmente (SANTOS, 2004).

Nesse olhar Trigo (2005), apresenta um Brasil que, em pleno século XXI, confronta suas possíveis possibilidades assertivas, para um futuro que garanta uma participação efetiva da humanidade no consumo dos recursos disponíveis pela natureza, considerando o processo de construção dialética da história, com aqueles que possuem consciência histórica e responsabilidade social.

Esse autor traz à tona, com isso, a necessidade imperiosa de um entendimento da complexidade do fenômeno turístico em sua diversidade de atuação e suas necessárias mudanças, para atingir a perspectiva emergencial de reforma global, visando à preservação e sustentabilidade do meio ambiente (TRIGO, 2005).

Esses aspectos, ressaltado por Panosso Netto e Ansarah(2015) apontam para grandes esforços na investigação, disseminação e aplicação de conhecimentos na área de Turismo, todos voltados para o desenvolvimento do turismo e sua real sustentabilidade, delegando

benefícios a serviço do progresso, em que visa o bem-estar das comunidades (PANOSSO NETTO; ANSARAH, 2015).

Em uma visão pautada na relação do turismo e meio ambiente, Teles(2011)apresenta uma reflexão sobre o conceito da natureza, como parte fundamental para o desenvolvimento do turismo, e suas práticas voltadas para o meio ambiente, com a clareza da evolução dos métodos criados, a fim de ajustar a modalidade dos serviços na área do turismo aos princípios de sustentabilidade.

Em relação às atividades turísticas, Teles (2011) aponta a necessidade de se conceberem os recursos naturais como fonte esgotável e limitada, de acordo com as peculiaridades de cada localidade, visto que esses recursos são agregados a valores meramente mercadológicos e a natureza é apresentada como uma fonte de produção.

É importante destacar que o Turismo está profundamente ligado ao desenvolvimento mercadológico, em que abrange, cada vez mais, um número crescente de novos destinos. Esse progresso tem transformado o turismo em uma peça-chave para o crescimento socioeconômico e ambiental, conforme a Organização Mundial do Turismo ressalta em sua missão, no sentido de promover e desenvolver o turismo, em que contribui de forma direta para o progresso econômico das nações (BRASIL, 2019a).

É necessário fazer referência, nesse estudo, ao papel do Instituto Brasileiro de Turismo, com abrangência nacional, (EMBRATUR), autarquia especial do Ministério do Turismo, responsável pela execução da Política Nacional de Turismo, no que diz respeito à promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos nacionais, com vistas no fluxo turístico internacional.

Na perspectiva de sustentabilidade, Swarbrooke (2000), em seu livro “Turismo sustentável: gestão e marketing” elencam alguns pressupostos para que as atividades turísticas possam ser qualificadas como sustentáveis. Entre eles citam-se: o turismo sustentável, não apenas como uma proteção ao ambiente, mas também como uma viabilidade econômica e um instrumento para a justiça social; o desenvolvimento de ações planejadas econômica, social e política, com o objetivo de alcançar um turismo sustentável; e a programação de avaliações com criticidade nas ações desenvolvidas pela indústria do turismo, pautadas em ações conjuntas com o turista, em que exista a participação de todos os atores envolvidos no processo das atividades turísticas, com vistas à globalização.

Nessa visão, Swarbrooke (2000) ressalta, ainda, o conceito da “indústria do turismo” como uma rede de serviços, e não como transformadora de um produto tangível, conceito esse ainda polemizado entre diversos autores.

Segundo Orlando (2004) é referenciada a “proposta efetiva para o desenvolvimento sustentável ou a adequação das práticas desenvolvimentistas na globalização?” na escala de saberes locais, que venha viabilizar uma discussão entre o desenvolvimento sustentável e a adequação de práticas voltadas à globalização. Nesse entendimento, a extensão local vem apresentada como um foco privilegiado para o desenvolvimento de ações, e considerada, o espaço onde o cenário é palco de interpretações. Espaço que oportuniza as discussões sobre democracia, a participação local, o exercício da cidadania e a prática de difundir conceitos, que vislumbra a elaboração de um projeto com viés no desenvolvimento sustentável globalizado.

Em sua referência de desenvolvimento, discorre sobre a ideia do projeto de desenvolvimento sustentável, como um processo amplo e com diversas facetas. Sobretudo demonstra, assim, uma complexidade que ultrapassa o crescimento econômico e agrega novos aspectos evidenciados nas práticas sociais, como o desenvolvimento humano e social, a reconstrução dos sistemas políticos, o respeito às diferentes culturas, a popularização do espaço público, a implementação de novas tecnologias e a conservação e preservação do ambiente e seus recursos ofertados (ORLANDO, 2004).

A ideia de Orlando (2004) sobre desenvolvimento sustentável, voltado para a atividade turística foi ressaltado, em primeira instância, o entendimento do processo de institucionalização do conceito de “desenvolvimento sustentável”, a partir de um histórico de crises social, econômica, cultural, política-institucional, energética, ética e, inevitavelmente ecológica, no percurso da sociedade contemporânea. A complexidade da problematização da questão perpassa pelo universo da academia e das principais instituições internacionais, propõe a ambas, compreender a escala local, como o espaço ideal que transcende as ações e diretrizes sistematizadas para a sustentabilidade.

Sobre essas reflexões Teles (2011), apresenta a problematização necessária para a inclusão de práticas pedagógicas nas escolas, com base nas atividades desenvolvidas pelo setor turístico, o que contribui, em suas atuações, para a preservação do meio ambiente.

Defende que haja, na inserção da matriz curricular, uma orientação embasada na sustentabilidade planetária, que mobilize todos os atores em intervenções educativas, vivenciadas tanto no ambiente da educação formal, como além da abrangência sistêmica, na educação informal e não formal. Essa realidade permite que o indivíduo tenha uma participação efetiva em suas práticas cotidianas e rotineiras, de acordo com o perfil do novo turista, exigindo da indústria turística responsabilidade socioambiental (TELES, 2011).

Vale salientar a busca constante por profissionais, acadêmicos e de mercado, com a finalidade do aprimoramento direcionado às atividades da indústria do turismo, na fundamentação dos conhecimentos, bem como ao alinhamento das políticas de desenvolvimento, com vistas à preservação e conservação do meio ambiente. Essa é uma realidade que se torna cada vez mais palpável, na qual o fazer turístico se alinha aos princípios da sustentabilidade globalizada (TELES, 2011).

Conforme Beni (1998), a harmonia entre os diversos elementos do meio ambiente tende, de maneira natural, a estabelecer um equilíbrio no ecossistema. Porém, a ação do homem no meio tem provocado a não preservação da qualidade dos recursos naturais, o que repercute em consequências enormes e, em muitos casos, irreversíveis ao meio ambiente natural.

Diante disso, é imprescindível, para a formação dos sujeitos ecológicos, uma educação voltada para o entendimento de conceitos e práticas relacionadas à sustentabilidade, sem perder de vista a formação acadêmica, como também a cultura local e as formas de organização social, de maneira que os destinos turísticos e seu capital humano possam se qualificar para uma gestão participativa, voltada às atividades turísticas.

Isto posto, a justificativa do Projeto Pedagógico do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo, apresenta que além de proporcionar geração de trabalho, ocupação e renda, a atividade turística, quando bem planejada, causa impactos bem dimensionados, em que contribui para a preservação do meio ambiente e estimula a produção cultural. Destaca-se que esse cenário mercadológico exige uma postura profissional que proporcione uma relação equilibrada entre os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais responsáveis pelo crescimento da atividade turística (IFPE, 2016, p. 23).

É apresentado, ainda, na justificativa do PPC do curso, o turismo como atividade socioeconômica, cultural e ambiental em que apresenta a transversalidade como uma peculiaridade do segmento em que pressupõe de uma gestão compartilhada e pró ativa. Exige-se, portanto, profissionais capacitados para atender a demanda turística com suas nuances (IFPE, 2016, p. 23).

Assim, enquanto profissionais e usuários de boas práticas ambientais, devemos entender nossa relação com os recursos naturais a nós ofertados, com a convicção de que eles são finitos, e com uma consciência de preservar o que a natureza nos propicia, além de pensarmos o meio ambiente como herança para gerações futuras. Ainda enquanto profissionais, possam caracterizar o campo de trabalho do turismo como uma atividade humana que vise, também, às relações sustentáveis com o meio ambiente.

Dessa forma, percebem-se os impactos que o ser humano provoca no meio ambiente. Impactos positivos com as ações turísticas de boas práticas ambientais, como as que geram desenvolvimento para localidade e seu entorno, geração de empregos diretos e indiretos, crescimento do PIB, dentre outros. Porém esses impactos aparecem, também, com consequências negativas das ações do homem em relação à natureza, as quais são evidentes, como a poluição do meio ambiente. Citem-se como exemplos a poluição da água, da terra e do ar, além da degradação provocada pelo mau uso dos recursos naturais disponíveis.

Diante disso, é importante ficar atento aos impactos ambientais advindos das atividades turísticas, uma vez que o crescimento acelerado dessas atividade impacta no desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental da sociedade, devendo-se imprimir ~~em~~ um novo olhar voltado à formação do sujeito, sendo esse um ente que pensa e age ecologicamente orientado, tendo como base a relação do ser humano com a natureza.

Nesse processo, portanto, existe uma clara correlação entre o desenvolvimento econômico e social da atividade turística, com a ideia do desenvolvimento sustentável que prevê uma relação direta com a educação para a formação do Sujeito Ecológico.

3.2 TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Sabe-se que a atividade turística, além de ser um agente econômico que gera empregos, renda e impostos para a localidade, é, também, um grande instrumento de preservação do meio ambiente, desde que seja preservado o conceito de sustentabilidade. Esse conceito deve ser fundamentado em uma educação que contemple a natureza e a cultura do núcleo receptor, conscientizando e educando os atores envolvidos na atividade, tanto a população receptora, como os visitantes, quanto à necessidade de se preservar o meio ambiente em todas as atividades a serem desenvolvidas. Quando bem planejado, o turismo torna-se um indutor de qualidade de vida do entorno (ALECRIM, 2007).

Ao se tornar como referência, essa afirmativa, observa-se que não se pode dissociar o processo educativo das relações do ser humano com o ambiente, ou seja, de práticas educativas voltadas ao respeito ao meio ambiente e à sua preservação.

No que concerne a práticas educativas contempladas nos contextos dos processos, convém fazer referência ao que diz Freire (1996), no livro *Pedagogia da Autonomia*, no qual aborda a natureza da prática educativa, com base na ação formadora, em que educadores e educandos pautam o processo de ensino e aprendizado no rigor da ética. A ética compreendida por Paulo Freire é concebida como crítica às manifestações discriminatórias de raça, gênero e

classe, inseparável das ações educativas, legitimadas na formação de crianças, jovens e adultos.

Acrescentem-se a isso, conceitos da Pedagogia da Autonomia defendida por Paulo Freire, fazendo referência à reflexão crítica diante da prática, com foco na exigência entre a relação teoria/ prática, o que oportuniza discussões com o objetivo de alinhar os saberes fundamentais, referente às atividades educativo-críticas ou progressistas, estabelecidos como conteúdos obrigatórios na formação dos docentes. Define, assim, o conceito de ensinar pela afirmativa, que não é só o ato de transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades para uma construção do saber. Portanto há uma troca, onde quem ensina aprende, ao transferir conhecimentos, e quem aprende, também ensina (FREIRE, 1996).

É sabido que o educador democrático e contemporâneo, em suas práticas educativas, tem como exigência orientar o educando a reflexões e críticas, de forma a estimular a curiosidade e a insubmissão, e colaborar para ações conscientes e dotadas de conhecimentos reais, dada a cada situação, com vistas a uma construção e reconstrução do saber, apreendido por atividades desenvolvidas pelo educador, igualmente sujeito do processo. Esse fato corrobora a necessidade de se debruçar sobre questões que conduzam a práticas e vivências voltadas ao respeito e cuidado com o meio ambiente e a relação do ser humano com esse *locus* existencial.

Com esse olhar, o educador proporciona não apenas o entendimento do conteúdo, mas, também, a prática do raciocínio criativo, inerente ao sujeito humano. O professor que conduz suas práticas sistematizadas na ética transmite aos educandos uma reflexão da nossa maneira de estarmos no mundo e com o mundo. Evidencia-se ainda, a nossa condição histórica, base fundamental para o pertencimento do conhecimento, além de demonstrar a capacidade de o indivíduo poder intervir no mundo e transformá-lo como sujeito participante.

Paulo Freire elenca outros caminhos, tanto quanto importantes, no desenvolvimento das práticas educativas, em que o ensinar exige pesquisa; exige respeito aos saberes dos educandos; exige criticidade; estética e ética; corporificação das palavras pelo exemplo; reflexão crítica sobre a prática; o reconhecimento e assunção da identidade cultural, entre outros tantos. “Na formação da docência plena, exige-se um exercício de criticidade, com implicações no despertar da curiosidade ingênua e epistemológica, com o reconhecimento de valores das emoções, da sensibilidade, da afetividade e da intuição” (FREIRE, 1996).

Nehme e Bernardes (2014) afirmam que:

À Escola compete, portanto, capacitar o aluno para não apenas "mover-se na sociedade", seguindo "o que e como deve sentir e fazer", mas, para ter condições de mover-se, de modificar esse mesmo ambiente, o que só pode acontecer com a ressignificação dos sentidos, com a reconstrução das "normas e regras" prescritas.

Na abordagem de Gaspar (2002), a educação é consolidada como um processo de desenvolvimento e capacidade intelectual, desde criança até na fase adulta, inerentes ao ser humano. É um processo singular, associado quase sempre à escola. Com essa perspectiva, o autor apresenta três formas de abordagem da educação:

- A educação com reconhecimento oficial, oferecida no estabelecimento de ensino, em cursos, com níveis, graus, programas, currículos e diplomas, conceituada como educação formal, reconhecida historicamente como instituição antiga, ligada ao desenvolvimento de nossa civilização e ao cabedal de conhecimentos por ela gerado. A educação formal é logo reconhecida pela semelhança estrutural física das escolas, também contidas no conteúdo, na metodologia e nas estratégias do processo ensino e aprendizagem;
- A educação informal, por sua vez, diz respeito à vida cotidiana, com mais ênfase no conhecimento dos saberes apresentado formalmente nas escolas. É também conhecida, popularmente, como escola da vida, aquelas práticas apreendidas nas vivências do dia-a-dia;
- A educação não formal contempla disciplinas, currículos e programas, porém não oferece graus ou diplomas oficiais. Nessa forma de educação, inclui-se o estudo de línguas estrangeiras e de especialidades técnicas, artísticas ou semelhantes, ofertadas de forma presencial ou à distância, com horários e períodos letivos definidos, ou, ainda, via correio postal ou eletrônico (GASPAR, 2002).

Em relação à educação formal, o mencionado autor enfatiza, ainda, que o surgimento da escola nas civilizações mais evoluídas transcorreu da necessidade de preservar e garantir a legitimidade do acervo cultural incessantemente gerado pelas civilizações. Outro modelo desse tipo de educação fundamenta-se na transmissão do saber, através de um ordenamento de conteúdos apresentados por áreas uniformes e distintas, nomeados pelo termo de disciplinas. Embora o processo de produção do conhecimento não fique restrito apenas ao espaço físico da escola, ou até mesmo a lugares determinados, a prática frequente do conhecimento regular e sua condição disciplinar ficaram delegadas à escola, ou seja, à educação formal (GASPAR, 2002).

Gaspar (2002) estabelece uma interação da educação formal com a informal. O ensino como prática informal vem dos conceitos espontâneos; e o ensino formal refere-se aos conhecimentos científicos. Os conteúdos científicos fazem referência não só aos modelos

tradicionais da ciência, mas a todo conteúdo de componente curricular formal apresentado na escola. A interação entre educação formal e informal concentra-se na ideia da aquisição cognitiva de um conceito adquirido pela espontaneidade ou pela ciência, como um processo gradativo de construção, em ambas as formas.

Sobre isso Camboim; Ribeiro e Cruz (2011) afirma que a escola tem por finalidade, além de formar os educandos nos processos pedagógicos, precisa humanizá-los estimulando as relações sociais. Evidencia, ainda, a educação ambiental como um instrumento que deve ser implementado no ambiente escolar, levando em consideração o seu aspecto formal, informal e não-formal trazendo uma reflexão em que pensar o meio ambiente éter consciência da complexa relação dos seres vivos na cadeia das comunidades ecológicas em que estão inseridas.

Ainda com uma visão voltada para a concepção da educação formal e informal, a Silva; Montagnoli (2013, p. 59-71) afirma: “Acreditamos que o entendimento do que seja educação formal e informal é fundamental ao profissional da educação para o seu (re) pensar do fazer pedagógico de maneira crítica e, para a delimitação do seu papel dentro dos trâmites escolares”.

Como uma relação da educação e trabalho, a revista fornece, em um de seus artigos, diversos olhares na perspectiva histórica, sobre os aspectos educacionais nos espaços formais e informais.

Para Saviani (1994) a relação educação e trabalho, apresenta a adaptação do homem à natureza, através do seu poder de transformá-la pela prática do trabalho, identificando-a como ação intencional do ser humano. Afirma, ainda, que a educação é um fenômeno próprio do ser humano e uma exigência para o desenvolvimento do processo de trabalho, esse inerente a ações desenvolvidas pelo homem, para sua subsistência.

Gatti Junior (2012) aborda o conceito de educação com duas formas distintas, mas que, na prática, complementam-se, a educação formal e a informal. A educação formal, em sua visão, é entendida como o esforço ordenado e sistemático de uma sociedade na qual os atores envolvidos encaminham-se em uma dada direção, a exemplo da escola. Em um sentido geral, apresenta a educação informal compreendida de maneira genérica, em que as ações abrangem a amplitude da sociedade sobre as gerações, com a finalidade de conservar e transmitir a existência coletiva. Nesse sentido, a educação informal apresenta-se como parte integrante e essencial da vida do homem na sociedade, sendo espontânea, e até inconsciente (GATTI JUNIOR, 2012).

Diante da exposição das contribuições de vários autores, nesse estudo, pode-se perceber a importância da similaridade sobre a educação e de suas práticas pedagógicas na formação do indivíduo, tanto para desenvolver suas funções no ambiente de trabalho, quanto para inculcar valores ditados pelo mercado.

Ainda sobre essa temática, Delors (1996), presidente da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI, deixou um legado, em um relatório para UNESCO - Organização das Nações Unidas, em que a comissão afirma seu entendimento sobre o papel essencial da educação para o desenvolvimento contínuo das pessoas e das sociedades.

No que se refere ao espaço escolar, ele afirma, ainda:

Os currículos escolares estão cada vez mais sobrecarregados; nesse caso, será necessário fazer escolhas, com a condição de preservar os elementos essenciais de uma educação básica que ensine a viver melhor pelo conhecimento, pela experiência e pela construção de uma cultura pessoal (DELORS, 1996, p. 9).

Numa outra abordagem sobre educação, Guimarães (2004), em seu livro: A Formação de Educadores Ambientais nota-se que ele afirma ser a educação ambiental uma necessidade social, apresentada como uma realidade institucional que se reflete no cotidiano escolar, e observa que os educadores precisam inserir em suas práticas pedagógicas ações de educação ambiental.

Convém salientar que isso contradiz a práxis de uma educação ainda conservadora culturalmente estabelecida nas escolas. Nesse contexto, é importante dizer que Guimarães (2004) é uma referência em suas práticas de sala de aula, pois aplica questões teóricas e acadêmicas, e, ao mesmo tempo, promove novas reflexões teóricas. O autor deixa claro, em suas práticas, a ideologia da pedagogia progressista, defendida por Paulo Freire, com crítica aos limites da educação tradicional e conservadora, para a transformação da sociedade.

Sobre esse fato, Guimarães afirma, ainda, que é necessário implantar uma educação que dialogue com a cidadania e que trilhe com as mudanças sociais emergentes, ao se referir a uma educação ambiental que possa combater a sociedade de risco, consolidar o regime democrático, criar instituições sociais imbuídas em valores, para programar a sociedade ambiental e socialmente sustentável, através da pedagogia progressista (GUIMARÃES, 2004).

Convém ressaltar, ainda sobre educação, que a Organização das Nações Unidas – UNESCO - atua em 195 países com a finalidade de promover a paz e a segurança mundial, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações. Na área da ciência e tecnologia, promove pesquisas que orientam a correta exploração dos recursos naturais, assim

como cria programas e oportunidades para discussão da Educação Ambiental. Isso com o objetivo de promover uma melhor qualidade de vida para as gerações futuras, com a visão de proteção global ao meio ambiente.

Silva e Charlot (2005) propõem o aprendizado como uma nova forma de pensar e fazer educação ambiental, de dar importância à natureza correlata com a educação ambiental, conduzido por ideias filosóficas que fidelizam a relação sociedade e natureza. Confirma-se, também, a participação de Barcelos, ao defender uma educação de enlace entre ciência e poesia, como uma alternativa pedagógica para a formação da educação ambiental (BARCELOS, 2005).

Ainda nessa perspectiva de educação ambiental como uma responsabilidade coletiva, a atividade turística destaca-se como um fator de sedução para o deslocamento humano, com inúmeras possibilidades de destinos (SOARES, 2011).

Sobre esse aspecto, a referida autora defende o desenvolvimento turístico como: “um instrumento para aliviar a recessão econômica dos polos receptores de turistas por meio da geração de empregos, o aumento da renda e da melhoria da qualidade de vida”. Em decorrência disso, percebe-se a preocupação do crescimento da atividade turística, com a concepção de manter a integridade ambiental, sem fugir da realidade, mas minimizando conflitos entre o homem e suas ações na natureza (SOARES, 2011, p.17).

Em relação ao acelerado crescimento da atividade turística e à preocupação com os impactos causados por ela, destaca-se, em 1992, o seu auge como o maior setor da economia global; mas, ao mesmo tempo em que se desenvolve, traz problemas, causados pela ação do homem nas áreas dos seus destinos (THEOBALD, 2001).

Face à realidade, as pressões impostas pelo relacionamento entre o homem e os recursos naturais, surge a educação ambiental, com o propósito de buscar apoio e participação dos diversos segmentos sociais para conservação, perpetuação e qualidade de vida. A Educação Ambiental representa aumento de conhecimentos, mudanças de valores e o aperfeiçoamento de habilidades que despontam de um aprendizado (PÁDUA, 1997).

Nesse contexto, a Lei nº 9.705, de 27 de abril de 1999 institui a Política Nacional de Educação Ambiental e define políticas públicas voltadas para promover uma educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na preservação do meio ambiente. Com essa perspectiva estabelecida pela referida lei, citada e discutida por Carvalho(2012),destacam-se os caminhos trilhados para uma educação ambiental inserida nas escolas, como parte integrante da vivência coletiva. Essa lei defende, ainda, a apropriação do

meio ambiente em sua totalidade, considerando o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o olhar da sustentabilidade.

Uma observação a respeito das questões ambientais, que resvalam na temática da educação ambiental, refere-se ao mais recente tratado internacional da UNESCO, realizado por meio do Acordo de Paris, adotado em 2015, durante a 21ª Conferência dos Pares, em que os 195 países participantes desse evento comprometeram-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O referido acordo teve como principal objetivo fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas (BRASIL, 2019b).

Destaque-se que o Brasil oficializou sua ratificação a esse Acordo, em 12 de setembro de 2016, com as metas de reduzir as emissões de gases de efeito estufa abaixo dos níveis de 2005, com projeção para os anos de 2025, em 37% e 2030, em 47% em níveis percentuais. Um fator que merece destaque e tem gerado preocupação nessa área é que, em julho de 2017, houve o rompimento surpreendente dos Estados Unidos com o Acordo de Paris, decisão preocupante, vindo de um dos maiores poluidores do planeta (BRASIL, 2019b).

Sato e Carvalho (2005), em sua crônica “Educação ambiental”: pesquisas e desafios fazem uma abordagem à cartografia dos desafios epistemológicos e metodológicos que idealizam a trajetória da pesquisa ambiental, no âmbito internacional e nacional, e que enfatizam o caminho de um educador ambiental, em que a premissa maior é um olhar individual, porém aplicado coletivamente, em função social claramente emergente e globalizada. Identificam, assim, os processos de constituição da identidade do profissional educador ambiental.

Sobre isso, afirmam os autores: é preciso pensar a educação ambiental como uma prática organizadora e identificadora dos sujeitos, na formação de um ideário ecológico.

Convém destacar que, para que haja uma compreensão do processo do saber, é necessário um estudo histórico e epistemológico, em que a reflexão em torno da natureza, das etapas e limites da experiência humana estabeleça relações entre o sujeito indagativo e o objeto, na busca da teoria do conhecimento.

Segundo Carvalho (2012), no livro *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*, a questão ambiental é algo complexo que perpassa a totalidade da vida social. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental – PCNs Brasil colocam o meio ambiente como um tema transversal, que deve ser contemplado pelos vários componentes curriculares do contexto escolar.

A lei nº 9.795/1999 das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) da Educação Básica de 2013, no seu Art. 1º preconiza: entende-se por educação ambiental os processos por

meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Essa mesma lei, no seu Art. 2º assim dispõe: A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999).

A Constituição Federal (CF) de 1988, no inciso VI, § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1998); a Educação Ambiental é referendada, posteriormente, na Lei 9.705/1999, de Meio Ambiente da Constituição Federal.

Ainda sobre a legitimação da Educação Ambiental, de acordo com o Parecer CNE/CP nº 14/2012 que preconiza a Legislação para Educação Superior:

Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com **o reconhecimento dos saberes tradicionais**, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012)

Isso corrobora o entendimento de que a construção de conhecimentos se processa também por meio de saberes tradicionais, vivenciados no dia a dia das pessoas, sofrendo influências do meio em que vivem. Além disso, essa construção se processa de forma sistemática por meio da educação formal em todos os seus níveis e modalidades de ensino.

Maia (2015, p. 6) aborda uma perspectiva de transformação da educação ambiental como uma forma de educação permanente, ao se considerar os processos educativos, formais e informais, presentes no cotidiano de cada indivíduo, bem como, no seu convívio com o meio ambiente e a sociedade.

Nesse sentido, é imperioso que se fortaleça o entendimento sobre a relação entre o Turismo e a Educação Ambiental, essa em especial deve ser inserida nos currículos dos cursos, em todos os níveis e modalidades de ensino, a temática sobre meio ambiente, de modo

a fortalecer o entendimento sobre o que seja um sujeito ecológico, a fim de que se tenha um conhecimento global sobre as questões ambientais.

Segundo a abordagem de Câmara (2017):

Modelos educacionais ocidentais frequentemente desconsideram a vertente emocional dos conteúdos curriculares, sem reconhecer o seu devido valor como parte importante deste complexo contexto. Tais modelos precisam ser renovados para atender às demandas da sustentabilidade, estabelecendo uma nova relação.

Diante do exposto é imprescindível ressaltar a importância da educação formal e da informal na vida das pessoas, oportunizando, assim, a construção de uma consciência crítica, pautada em valores morais, prezando pela relação harmônica entre os seres humanos e a natureza.

Esse proceder possibilita se construir um ideário ecológico que garanta posturas éticas voltadas à relação entre o ser humano e a natureza que o circunda, corroborando, assim, a necessidade de se trabalharem as dimensões do saber, relacionadas às questões ambientais, percebendo-se a natureza como um celeiro da humanidade, na qual as atividades turísticas devem ser ponto a ser estudado, uma vez que geram impactos positivos e negativos nos espaços em que se realizam.

3.3 TURISMO E ECO PEDAGOGIA

A Ecopedagogia, também intitulada de Pedagogia da Terra ou Educação Sustentável, aparece como proposta pedagógica para construção de uma sociedade fundamentada no avanço econômico, social e ecológico correto. Na Carta da Ecopedagogia a sustentabilidade econômica e a preservação do meio ambiente estão imbricadas em uma consciência ecológica que advém da educação, em que o desenvolvimento sustentável deve ser um pressuposto norteador interdisciplinar inserido no reordenamento da educação (INSTITUTO PAULO FREIRE, 1999).

A Carta da Terra apresenta uma Ecopedagogia como incentivo para ações educativas, com o propósito de reorientar os indivíduos para uma consciência local e planetária, em que possa valorizar a autodeterminação dos povos e a soberania das nações. Em que seu pressuposto é evidenciado pela construção de uma cultura da sustentabilidade (INSTITUTO PAULO FREIRE, 1999).

Halal (2009) refere-se à Ecopedagogia como Pedagogia da Terra, compreendida como “movimento pedagógico, abordagem curricular e movimento social e político”, apresentado como um projeto com propostas globais, com a finalidade de promover a educação ambiental a partir do cotidiano, indicando um novo modelo de civilização com base na sustentabilidade. Nesse sentido, Halal (2009, p. 88) faz deferência à perspectiva Freiriana, que apresenta a educação essencialmente como um ato político, em que conduz o educando a compreender o seu papel no mundo e sua inserção direta na história da humanidade.

Albanus e Zouvi (2013) enfatiza a Carta da Ecopedagogia como novos comportamentos, marco de referência, tanto para a Ecopedagogia, quanto para a importância da Educação Ambiental, uma vez que nesse processo educativo parte-se do olhar de cada indivíduo em relação ao meio ambiente em que vive. Faz, ainda, uma reflexão em relação à pedagogia tradicional e à contemporânea. A primeira centrada na lógica da competição e acumulação ilimitada dos recursos naturais, sem considerar sua possível finitude; enquanto a segunda, pedagogia contemporânea, apresenta inúmeras relações e interações do indivíduo com o meio ambiente. Permitindo, assim, a construção de uma consciência ecológica, além de estabelecer responsabilidades éticas e comprometimento do homem com a sua vida na Terra, integrando-o à educação ambiental, para uma conscientização no que diz respeito à cidadania ambiental planetária.

Na abordagem de Maia (2015), a Ecopedagogia é um conceito em construção, entendido como um movimento, mais do que como uma teoria que remete à educação. Refere-se a ela como uma caminhada, que aborda uma prática contextualizada de uma escola cidadã, que apresenta um proceder pedagógico com base na autorreflexão, no qual referencia o cotidiano da vida comum. Em que implica, numa proposição de educação do futuro, concebida em categorias que buscam novas perspectivas de aprendizagens, tais são elas: planetaridade; sustentabilidade; virtualidade; globalização e transdisciplinaridade.

Gadotti (2000) apresenta a Ecopedagogia, como um avanço tecnológico o qual beneficia para as ciências através de conhecimentos incontestáveis, em que o indivíduo se apropria dos limites dos recursos naturais ora finitos, para uma realidade de limites e degradação do planeta, em que ressalta uma nova prática pedagógica nesse processo, que conduza um novo paradigma, juntamente com os conceitos da educação.

Por sua vez Gutiérrez e Prado (1999) referem-se a uma pedagogia em que objetiva proporcionar discussões, reflexões, além de orientar a aprendizagem a partir das vivências cotidianas, com o intuito de mudanças comportamentais, pelo aprendiz, e proporcionar sua

interação com o meio em que vive. Definem Ecopedagogia como “teoria da educação que promove a aprendizagem dos sentidos das coisas a partir da vida cotidiana”.

A partir desse olhar, de reeducar as pessoas, a Ecopedagogia tem como desígnio desenvolver a atitude de observar e evitar as agressões ao meio ambiente, com o intuito de intervir. Em que propõe uma reeducação dos indivíduos e reverter a cultura dos descartáveis. A tomada de consciência desse axioma é efetivamente formadora (BRASIL, 2000).

Capra (2003) evidencia a proposição de novas fundamentações para compreensão do mundo, acarreta uma mudança na percepção e nos valores que comandam a relação do ser humano com o planeta. Esse momento civilizatório contemporâneo faz parte de uma profunda transformação cultural.

Outra referência sobre Ecopedagogia, Boff (1996), correlaciona as novas formas de significar do mundo a “novos modos de ser, de sentir, de pensar, de valorizar, de agir (...) novos valores, novos sonhos e novos comportamentos assumidos por um número cada vez maior de pessoas e de comunidades”.

Morin (1973, 1989, 1998) também considerado referência para Ecopedagogia, apresenta a “compreensão do mundo a partir de uma abordagem transdisciplinar e sistêmica, procurando inclusive estabelecer combinações intersistêmicas entre natural e social”. Para Morin a educação da Ecopedagogia se baseia na hipótese Freiriana, a educação problematizada que questiona o sentido da aprendizagem.

Para Torales (2003), o exercício está no entendimento da sociedade e da política, origina-se no centro da sociedade civil, inquieto com o meio ambiente para uma ação pedagógica efetiva, em que salienta um olhar transdisciplinar e holístico.

Nessa perspectiva a Ecopedagogia intervém pedagogicamente no cotidiano, ou seja, o cotidiano é o lugar da interposição pedagógica. Estabelece uma nova compreensão do papel da educação, em que implica no surgimento de novas relações, que vai “além da transmissão da cultura e aquisição do saber”, conduz a transdisciplinaridade (GADOTTI, 2000).

A relação da Ecopedagogia com o Turismo é mais uma vertente que se observa neste trabalho de pesquisa, em que a importância da formação continuada do sujeito ecológico, visa o cuidado com o outro e com o meio ambiente, precisa ser trabalhados princípios e conceitos científicos que fundamentem essa relação, sendo a escola e a vida o *lócus* adequado a esse fazer.

Dentro desse mesmo diapasão, Goeldner; Ritchie e McIntosh (2002, p. 217) faz uma relação com turismo e a construção significativa na formação das identidades de cada indivíduo, no qual evidencia o sentimento de pertencimento da sua localidade, e dispõe para

outras pessoas esse potencial, aliado às políticas governamentais que fomentam nações progressistas e esclarecidas. Reforça, a importância, principalmente, do turismo doméstico, o qual fortalece as relações dos cidadãos de uma mesma área na construção da satisfação comum em relação à Pátria.

Goeldner; Ritchie e McIntosh (2002, p. 446) ainda ressaltam a importância relevante que o meio ambiente assumiu nas atividades turísticas, reflete um entendimento social globalizado, através da consciência da finitude dos recursos naturais ora proporcionado pela natureza.

Sobre essa temática, Rejowski e Costa (2003) defendem a formação e a capacitação de recursos humanos nas atividades turísticas como uma dependência da integração e “dosagem” dos aspectos teóricos e práticos que demandam desse segmento. Evidencia, assim, na diversidade de elementos que compõem a logística da atividade e os elementos que interagem entre si (REJOWSKI; COSTA, 2003).

Ainda sobre esse tema Luzzi (2012) afirma que é necessário um entendimento atualizado da visão ecológica voltada para a educação ambiental. Vislumbra uma boa gestão ambiental, e que permite uma mudança visionária dos aspectos sociais, econômicos, políticos, éticos e culturais, e que alcancem uma consciência e ações voltadas para uma reorganização da forma de lidar com a natureza.

De acordo com Silva (2016) o espaço escolar é um ambiente para ser explorado com debates, vivências, experiências, bem como aberto para reflexões, com uma busca constante por mudanças de atitudes, posturas e reeducação de práticas positivas. Tudo isso visa à conservação e preservação do meio ambiente, assim existe uma perspectiva de busca constante de alternativas socioambientais, na qual considera-se a complexidade do processo educativo, porém envolve, cada vez mais, os atores em uma relação íntima com o ambiente em que vivem.

Para Gutierrez (1999), o crescimento acelerado da visão de sustentabilidade, atrelado ao processo pedagógico, se fortalece nos pilares da promoção da vida, do equilíbrio, da harmonia e da ética, para a conquista de um pertencimento da própria “nacionalidade” intuitiva, em busca de uma consciência planetária. Essa é uma proposta de uma pedagogia voltada para uma sociedade sustentável, que agrega diferenças culturais, etnia, atitudes e valores postos para uma apropriação das relações ecológicas, como fortaleza da sustentabilidade mundial.

Leff (2002) apresenta um olhar para a urgência da construção de um saber que possa ressignificar as concepções do processo de desenvolvimento e crescimento sem limites, para

uma visão de reconstrução dos saberes. Reforça, com isso, uma reinvenção do sentimento de nacionalidade social, de forma a contemplar o campo da produção e do conhecimento como pilares imprescindíveis ao desenvolvimento de políticas e práticas educativas, em consonância com a real necessidade da sustentabilidade planetária.

Enxerga-se, hoje, que o planeta está imerso em uma crise ambiental, em que afeta a sociedade de forma global. Surge, assim, novos atores sociais, denominados de educadores ambientais, em busca de concretizar novos paradigmas, traduz a nova ideia do cidadão ambiental, em que desempenham um papel relevante para formação tanto na educação formal quanto na informal, na qual avista uma sociedade sustentável (TORALES; LEVY, 2003)

Mais uma vez, Gadotti (2000) apresenta uma Ecopedagogia fundamentada em uma educação para o desenvolvimento sustentável, em que as questões econômicas que transpõem o ensino, devam ser reordenadas para a construção do “cidadão ambiental”.

De acordo com os estudos realizados, Gadotti (2000), evidencia os princípios da Ecopedagogia: a) O planeta como uma comunidade única; b) a Terra como um organismo vivo e em evolução; c) uma nova consciência sustentável; d) a bondade em que o endereço do homem é a Terra; e) a justiça socio cósmica; f) uma pedagogia que promove a vida.

Ainda, de acordo, com Gadotti (2000) destaca alguns princípios básicos para Educação Ambiental, na perspectiva, dos partidários da Ecopedagogia em que acredita em uma educação ambiental para formar sociedades sustentáveis e de responsabilidade global: 1- pensamento crítico e inovador, em que promova a modificação e a construção da sociedade; 2- visão holística, em que fundamenta a relação interdisciplinar entre o ser humano, a natureza e o universo; 3- uma educação ambiental de responsabilidade individual e coletiva, com vistas, a responsabilidade global.

Ainda nessa mesma dimensão de trato, Albanus (2013) apresenta a sustentabilidade como princípio interdisciplinar norteador de uma educação planejada e fundamentada na Ecopedagogia. Estabelece, assim, a integração do homem com o meio ambiente, o que favorece o sentimento de pertencimento através de um aprendizado significativo. Ressalta, ainda, a importância desse conceito relacionado a uma educação voltada para todos os cidadãos e não somente aos educadores e ao sistema de ensino.

Alpes e Valença (2016) abordam a importância da escola com uma proposição de desenvolver o sentimento de pertencimento socioambiental e cultural com a participação efetiva da comunidade, quando apresentam:

A escola, na perspectiva defendida pelo MST, está diretamente ligada à comunidade e serve a ela. Desse modo, a relação da escola com a comunidade deve ser, necessariamente, orgânica, pois o sentido dela existir é fundamentalmente justificado quando permite que as pessoas se vejam no mundo ao qual pertencem (ARENHART, 2007).

Na percepção Freireana, a educação é inevitavelmente um ato político que possibilita ao educando o entendimento do seu papel no mundo e de sua inserção na história (FREIRE, 1987).

Nesse sentido, percebe-se a importância que a Ecopedagogia vem alcançando no desenvolvimento de práticas pedagógicas que proporcionam o sentimento de posse do ser humano **em relação** ao ambiente em que estar inserido.

Com base nesses pressupostos, constata-se a importância de se fortalecer a relação entre Turismo e Ecopedagogia, como mais uma forma de se trabalharem conceitos e princípios específicos, voltados à construção de conhecimentos relativos à educação ambiental. Para tanto, é necessário o desenvolvimento das práticas educativas capazes de conduzir o ser humano a entender o porquê está no mundo e quais as suas implicações e responsabilidades com esse mundo, em que imprime um novo significado às suas posturas frente às ações socioambientais, principalmente, ao se perceber e atuar como um sujeito ecológico.

3.4 TURISMO E SUJEITO ECOLÓGICO

Com base na tese de doutorado de Carvalho, cujo tema é: “A Invenção do Sujeito Ecológico: sentidos e trajetórias em Educação Ambiental”, de forma imbricada apresenta a ligação entre a formação do sujeito ecológico e a educação ambiental, que considera as experiências e relatos em que o Sujeito Ecológico é vislumbrado nos sentidos e nas trajetórias da educação ambiental (CARVALHO, 2010).

Carvalho (2010), afirma no seu livro “Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico”, que o processo de construção de uma consciência ecológica inicia-se pela sua evolução histórica, através dos movimentos ecológicos e da implantação da educação ambiental. A problemática de conscientização ambiental está voltada para a crescente visibilidade e legitimidade das ações direcionadas pelos movimentos ecológicos.

Para um rápido entendimento sobre a trajetória da implementação das questões levantadas pela problemática referente aos conceitos e aplicabilidade da educação ambiental e a formação do sujeito ecológico, destaca-se no plano internacional, a educação ambiental

desponta nas discussões das políticas públicas, ocorridas na I Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo, na Suécia.

Convém ressaltar que, em 1977, essa temática surge como ponto central da discussão da I Conferência sobre Educação Ambiental em Tbilisi (na União Soviética), e, 20 (vinte) anos mais tarde, na II Conferência, em Tessalônica, Grécia. Vale salientar que esses encontros foram promovidos pelas Organizações das Nações Unidas – ONU (CARVALHO, 2012).

No Fórum Global, que ocorreu concomitante com a Conferência da ONU, as discussões sobre educação ambiental e desenvolvimento sustentável foram evidenciadas de forma bastante significativa, para o entendimento da sociedade e inserção dos conceitos sobre essa temática na academia. O referido Fórum, denominado Rio-92, ocorreu em 1992, no Rio de Janeiro, cujo foco era Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Nesse encontro, as ONGs e movimentos sociais redigiram um documento denominado Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, em que define o marco político para o projeto pedagógico da Educação Ambiental. Convém destacar que esse Tratado foi legitimado e consta na base de formação da Rede Brasileira de Educação Ambiental. Faz parte, também, das redes estaduais, como alicerce para uma ponte com as entidades não governamentais, escolas, universidades e pessoas adeptas ao desenvolvimento de ações e políticas voltadas a programas de Educação Ambiental.

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis:

Este tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto, propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado mas ainda assim belo planeta. (parágrafo de apresentação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2019).

Com base na abordagem temática que desponta para a importância da aplicabilidade da educação ambiental, voltada ao desenvolvimento sustentável, em que envolve o homem e o meio ambiente, surge a necessidade de consolidar a Educação Ambiental, também, através do processo de construção da formação do Sujeito Ecológico. Mas, para que haja uma verdadeira compreensão do conceito do Sujeito Ecológico e sua forma de identidade, é necessário identificar as nuances que compõem esse modo ideal de ser e viver, com base em princípios do ideário ecológico.

O Sujeito Ecológico vislumbra, em suas metas, uma existência ecológica plena, em decorrência de uma sociedade ecologicamente correta. O ideal de ser e viver no imaginário ecológico pressupõe uma construção, cujo norte orientador refere-se a decisões e escolhas vividas pelos ecologistas, educadores ambientais, além das pessoas que acreditam nesses ideais e que buscam e incorporam as experiências em suas vidas e ações cotidianas, através de atitudes e comportamentos ecologicamente direcionados (CARVALHO, 2012).

Ante essa afirmação, reforça-se o entendimento do Sujeito Ecológico, compreendido como o sujeito ideal, que acredita na luta, pela consolidação dos valores ecológicos, para a construção e consolidação de um projeto de sociedade. Porém o Sujeito Ecológico não pode ser confundido com uma pessoa ou grupos completamente ecológicos em sua esfera de vida, como também, por normativas e códigos que tenham aplicabilidade efetiva em sua totalidade. Em que deve ser visto como uma condição de modelo ideal, ao identificar valores e crenças centrais, como opera em orientação de vida e de diversas formas adquiridas, através das características individuais e coletivas, de acordo com a sua condição sócio histórica de existência.

Assim, o Sujeito Ecológico pode ser entendido em suas diversas facetas, quais sejam:

- 1 - na versão política, em que se apresenta como um sujeito heroico, como líder de um movimento histórico, sucessor de tradições políticas de esquerda, mas inventor de um novo paradigma político existencial.
- 2- Na versão Nova Era, em que é percebido como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário, com visibilidade holística.
- 3- Como gestor social, compartilha de uma compreensão política e técnica sobre a crise socioambiental, adota procedimentos e instrumentos legais, média conflitos e planeja ações (CARVALHO, 2012).

Ao descrever um perfil para o Sujeito Ecológico, a referida autora considera a postura ética de crítica à ordem social vigente, em que caracteriza a produtividade material, baseada na exploração desordenada, no qual não são consideradas as limitações dos recursos naturais. Destaca-se, ainda, a desigualdade mantida entre classes sociais, além da exclusão social e ambiental.

Reforça, em seus escritos, que a existência de um Sujeito Ecológico caracteriza não apenas um modo individual de ser, mas um mundo transformado, compatível com o ideário pretendido, em que surge, como fonte de identificação, além de mobilizar sentimentos de mudanças e pertencimento do homem com a natureza. Dessa forma, na visão pedagógica, os educadores que passam a programar, as ideias ecológicas, em suas práticas, são fomentadoras dos ideais do sujeito ecológico.

Fundamentada nas considerações sobre a formação do Sujeito Ecológico, França e Souza Netto (2015) afirmam que, para haver transformações, é preciso uma construção de novos valores sociais e civilizatórios, com conscientização da preservação e conservação dos recursos ofertados pela natureza. Direccionam, assim, para uma nova ética centrada no respeito aos seres vivos e em sua relação com o meio ambiente.

Com referência as práticas pedagógicas, França e Souza Netto(2015), no artigo intitulado “O Calendário Ecológico Escolar: uma experiência de educação ambiental no ensino fundamental I”;pressupõem uma prática didático-pedagógica que inclui conhecimentos sobre o meio ambiente, suas limitações e ação do homem com a natureza, para envolver a comunidade escolar, por meio de uma dinâmica multidisciplinar, em que o professor aparece como peça fundamental para a disseminação da educação ambiental no recinto escolar.

Fundamentada nas práticas escolares apresentadas por França e Souza Netto (2015), verifica-se que a educação ambiental é um fenômeno que perpassa os conteúdos e contempla a formação de indivíduos conscientes e ativos. Ela deve possibilitar, através das práticas em sala de aula, uma inclusão de estudantes, por meio das temáticas ambientais apresentadas pelos educadores, sendo capaz de abranger realidades locais e globais, o que permite ao sujeito o seu processo de construção de opiniões críticas e analíticas sobre o meio ambiente, o que implica em proporcionar, com isso, um olhar holístico.

Assim, a educação ambiental, transmitida nas práticas pedagógicas e guiadas pelos educadores, torna-se um instrumento capaz de transformar os valores culturais, além de promover a superação da crise ambiental e civilizatória, vivenciada por todo o planeta. Para o sucesso desse processo, é necessária uma ruptura dos paradigmas socioeconômicos e de modelos pedagógicos desvencilhados no mundo atual.

Como mais uma abordagem científica a esse tema a Revista Espaço Ética, em seus escritos, faz referência à Educação Ambiental e cria um dossiê, em 2015, que aborda o reconhecimento da educação ambiental no seu campo de pesquisa específica, em que afirma, ser ela uma educação de transformação, com o desafio de superar a crise civilizatória. Cita o “ambientalismo” ou mesmo a “questão ecológica”, que emerge desde meados de 1960, em que mobiliza diversos segmentos sociais e engendra os movimentos “socioambientais”, em que ambiciona estreitar as relações entre o homem e a natureza (PANROTAS, 2019).

Nesse sentido, esse periódico destaca, também, a forma epistemológica em que a educação ambiental produz metodologias e técnicas, compreendidas como aferição do que vivemos e do que viveremos no futuro, com o objetivo de programar mudanças nas matrizes curriculares das escolas, propondo a democratização dos espaços.

No artigo de Córdula (2013), propõe, novos desafios para usos do conhecimento, com ênfase na subjetividade, ainda pouco explorada pela ciência, com a perspectiva de um novo paradigma, referendado através da inovação e reinvenção de novos modelos. Esse fato propicia a evolução social, cultural e científica da humanidade, com novos perfis de sujeitos que possam atuar com conhecimento e consciência da importância da natureza para vida humana.

Nessa perspectiva, e, na visão Freireana, apresentada por Carvalho (2012), a experiência de mundo não é percebida de maneira igualitária para todos os indivíduos, mas resulta da soma de vivências e aprendizados, fundamentados nas relações, que, cada grupo ou indivíduo, estabelece em seus contextos sociais e culturais, em que a aprendizagem é considerada um ato criador, produzindo novos sentidos culturais, e a auto compreensão do sujeito.

No Plano Pedagógico do Curso de Gestão de Turismo (IFPE, 2016, p. 23), em sua justificativa, apresenta essa relação do Turismo e o Sujeito Ecológico, na qual destaca o cenário mercadológico pautado em uma postura profissional e estratégica da gestão responsável pelo turismo e que possibilite um equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais, que canalizem seus esforços para o desenvolvimento integrado e sustentável, e que contribua para a formação de um profissional que pense e aja como um sujeito orientado para as boas práticas ambientais.

Diante disso, é importante ficarmos atentos à estratégia de Greenwashingé, uma prática enganosa que advém do marketing verde, termo que vem sendo adotado desde 2007 no mundo corporativo e que aos poucos tem sido motivo de discussões. Seu significado seria “lavagem verde”, ou seja, é quando uma empresa, organização não governamental (ONG), ou mesmo o próprio governo propaga práticas ambientais positivas, quando, na verdade, sua atuação é contrária ou mesmo neutra aos interesses e bens ambientais (FERREIRA, 2019).

Uma maneira para se contrapor a tal prática, é a utilização de produtos oriundos de empresas que possuem um apelo à conservação ambiental e **que não adotam** o marketing verde enganoso. Desta forma, cabe às pessoas **escolherem empresas ecologicamente responsáveis para o atendimento de suas demandas, denunciando aos órgãos competentes aquelas que utilizam** as práticas de Greenwashing, **caso as identifique, primando, assim, por valores éticos e morais.**

4 METODOLOGIA

A pesquisa para esta dissertação traz uma análise a partir da perspectiva qualitativa, tanto na análise documental e seus aspectos relacionais, como na análise das rodas de conversa, por meio das narrativas dos estudantes.

Smith (1983) apresenta a pesquisa qualitativa como sendo extensões dos pesquisadores nas suas tentativas de construir ou de dar forma à realidade.

Conforme Flick (2009), na pesquisa qualitativa é possível analisar experiências, a partir de conhecimentos e práticas cotidianas ou profissionais que constroem histórias do dia a dia.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Godoy (1995) afirma que ela ocupa um lugar de relevância entre as diversas possibilidades de estudar os fenômenos que discorrem sobre o ser humano e suas relações sociais, que se estabelecem em ambientes distintos.

No âmbito da pesquisa qualitativa, os objetivos foram buscados por meio de dois instrumentos: documental e rodas de conversa. Sobre a análise documental, Richardson et al (1999 apud GARCIA JÚNIOR; MEDEIROS; AUGUSTA, 2017, p. 230) diz que consiste em uma série de operações em que se estudam documentos com a perspectiva de compreensão de circunstâncias sociais e econômicas. Entende-se que essas operações possam elucidar o conteúdo exposto nos documentos escolhidos para o *corpus* da pesquisa, de forma a contextualizar os assuntos.

Nesta pesquisa, as operações da análise documental consistiram de:

1 - Análise das legislações supracitadas, nos objetivos específicos, e dos demais documentos selecionados, conforme disposto no (Quadro 1 - Sinopse da análise documental: aspectos relacionais) p. 61;

2- E estudo do Projeto Pedagógico do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE- *Campus* Recife.

Quanto ao instrumento de dados denominado Rodas de Conversa, essa foi selecionada em relação aos demais instrumentos existentes, por permitir uma análise de experiências de indivíduos e grupos, relacionadas às práticas cotidianas.

As rodas de conversa, entendidas como “um rico instrumento para ser utilizado como prática metodológica de aproximação entre os sujeitos no cotidiano pedagógico” (MELO; CRUZ, 2014), representam uma técnica que permite aos participantes expressarem, simultaneamente, suas impressões, conceitos, opiniões e fundamentações sobre o tema abordado, o que possibilita trabalhar as manifestações apresentadas pelo grupo.

Ainda segundo Melo e Cruz (2014) “entende-se que as informações produzidas nesse contexto- rodas de conversa- são de caráter qualitativo” em que as opiniões expressas são “falas” discutidas com os participantes sobre o tema proposto, sem a preocupação de um consenso.

De acordo com Melo e Cruz (2014) é pertinente a construção de dados pelo instrumento Rodas de Conversa, em uma pesquisa qualitativa, pois isso permite a interação entre o pesquisador e os participantes, por ser considerada uma entrevista de grupo, além do entendimento de que as informações, nesse contexto são de caráter qualitativo.

Assim, as opiniões expressas nesse instrumento são narrativas dos participantes, de determinados temas expostos, sem a preocupação de se chegar a um consenso. Esse instrumento de pesquisa trará como contribuição a compreensão do processo de aprendizagem dos estudantes do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo, para a formação do Sujeito Ecológico.

Sobre essa perspectiva Ribeiro; Lyra (2008) evidencia que as narrativas é uma das formas básicas de relatar as experiências pelas quais nós nos comunicamos. Afirmar Polkinghorne (1988) “narramos porque essa é a forma básica de significação da experiência”.

De acordo com Cordeiro (2010) evidencia que através das narrativas pode-se aprofundar o conhecimento, de cada indivíduo, no que tange os aspectos encobertos ou negligenciados pelo estudo e descrição de cada história construída. Afirmar, ainda, que através do conhecimento das trajetórias dos sujeitos é possível responder diversas questões.

Nessa perspectiva, Cordeiro (2010) traz a concepção das narrativas, em que cada pessoa dá sentido à sua existência, quando narra sua trajetória e a contextualiza com a história social. Destaca na abordagem de (REIGOTA et al, 2008 apud CORDEIRO, 2010): “é preciso lembrar que não é possível quantificar os significados do que é vivido por cada pessoa; no entanto, conhecê-lo torna-se necessário para a descoberta da história construída/vivida pelos sujeitos”, em que possibilita o estudo das narrativas (REIGOTA et al, 2008 apud CORDEIRO, 2010).

Segundo Dencker (1998), o método construção de dados, por meio da aplicação de Rodas de Conversa, é um instrumento que tem como finalidade obter, de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as abordagens teóricas e práticas, oriundas de um processo de investigação em relação a um grupo.

Convém acrescentar que este instrumento metodológico, rodas de conversa, tem sido adotado por várias instituições de ensino, por ser um método pedagógico importante que estimula o aprendizado com o outro e a partir do outro.

O uso desse instrumento, portanto, trará nas narrativas dos estudantes as vivências deles, tanto do cotidiano, como de sala de aula, apresentando subsídios para que se identifiquem, no perfil de formação desses estudantes, elementos capazes de contribuir para a formação do Sujeito Ecológico.

4.1 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Como referido acima, no desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentos: Documental e Rodas de Conversa.

4.1.1 Pesquisa Documental

No que se refere à Análise Documental, foram analisados os seguintes documentos:

- ✓ Marcos legais:
 - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especificamente Art. 43, inciso III;
 - Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
 - Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e Resolução CNE/CP nº 02/2012.
- ✓ Projeto Pedagógico do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE - *Campus* Recife/PPC;

Em linhas gerais, a análise dos documentos partiu dos marcos legais para neles tentar identificar os elementos com possibilidades de contribuir para a formação do Sujeito Ecológico. Dessa forma, quando da análise do Projeto Pedagógico do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE- *Campus* Recife, buscou-se, também, identificar as possíveis contribuições que esses marcos legais tiveram na elaboração do PPC do curso em estudo.

4.1.2 Rodas de conversa

Foram realizadas rodas de conversa com estudantes dos 3º (terceiro) e 4º (quarto) módulos do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE- *Campus* Recife, nos turnos da manhã e da noite.

Registre-se que a aplicação do instrumento supracitado teve a anuência da Coordenação do Curso- CATU- e dos professores, em cujas aulas foram realizadas as Rodas de Conversa, além da concordância dos estudantes, firmada por meio de um Termo de Livre Consentimento e Esclarecido (TLCE), **sendo submetida** ao Comitê de Ética, na Plataforma Brasil.

Em cada turma foi realizada uma roda de conversa. Elas aconteceram a partir de um roteiro. A participação efetiva se deu com a quantidade de estudantes presentes em cada turma, de acordo com a aplicação das Rodas de Conversa ocorridas nos dias 16 e 22 de abril de 2019.

No quadro abaixo estão indicadas as turmas que participaram das rodas de conversa, a indicação da duração de cada uma delas e o número de participantes.

Módulo	Turno	Número de participantes	Duração
3º	Manhã	14 (quatorze)	4 horas/aula
3º	Noite	9 (nove)	3 horas/aula
4º	Manhã	18 (dezoito)	3 horas/aula
4º	Noite	7 (sete)	3 horas/aula

Convém destacar que o trabalho de campo foi desenvolvido de forma que as narrativas foram anotadas, fotografadas e áudio gravadas. As rodas de conversa, portanto, foram utilizadas para a produção de dados narrativos. Ressalte-se que esse tipo de abordagem “busca a compreensão da participação efetiva do grupo social no fenômeno estudado, percebendo-se as conversas realizadas como um processo de formação, de trocas e vivências, produzindo uma versatilidade de opções de investigação para a pesquisa em estudo” (MOURA; LIMA, 2014).

Dessa forma, por meio desse instrumento de coleta de dados, objetivou-se identificar como esses estudantes compreendem, ou mesmo explicam os conteúdos e/ou práticas pedagógicas desenvolvidas no Curso em estudo e que contribuem para a formação do Sujeito Ecológico, objeto deste trabalho de Pesquisa.

4.1.3 Localização e Período da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE - *Campus* Recife; no período de março a julho de 2019, por meio da análise documental

e da realização das rodas de conversa com os estudantes dos 3º e 4º módulos nos turnos da manhã e da noite.

4.1.4 População Estudada

Uma instituição centenária e, ao mesmo tempo, inovadora. Estas duas expressões- **centenária e inovadora**- traduzem a trajetória de desenvolvimento da antiga Escola de Aprendizizes Artífices, cujas origens remontam ao ano de 1909, até se chegar ao atual Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), com a publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A partir daí, foi instituído o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Atualmente, essa Instituição conta com 16 *campi* e 11 polos de Educação a Distância/EaD, desenvolvendo uma proposta pedagógica que está à frente do seu tempo.

Convém destacar que, ao longo de sua história, o IFPE se consolidou como um espaço que oferta uma educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, contribuindo diretamente com o desenvolvimento econômico local, mas, sobretudo, para a formação e inclusão de milhões de cidadãos. Uma instituição sólida, eficiente, renomada, em permanente estado de expansão e evolução.

O curso objeto de estudo desta dissertação é o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do *Campus* Recife, pensado em 2005, como premissa atender às necessidades do mercado local que exigia um profissional para atuar nas atividades de gestão turística e planejamento, na esfera mais tática e estratégica, do que na operacional.

Em 2006, a direção geral do então CEFETPE homologou a comissão responsável por estruturar o projeto pedagógico do citado Curso. Essa Comissão foi constituída por professores das áreas de Turismo, Relações Públicas, Geografia, História, Línguas, Arte e também contou com a participação da Assessoria Pedagógica do *campus*. Mas somente em 2007.2 passou a ser ofertado na Instituição, cujo ingresso se deu por meio de exame vestibular.

Em 2009 o corpo discente do curso passou pela avaliação do ENADE e obteve o conceito 5. Em 2011, o curso passou pelo processo de reconhecimento, obtendo o conceito 4 (quatro), numa escala que vai de 1 a 5, conforme Portaria nº 118/ MEC-SESu, de 27 de junho de 2012, publicada no D.O.U. de 28/06/2012. Em maio de 2017 e em fevereiro de 2019 passou por nova avaliação, tendo obtido novamente o conceito 4.

A população estudada neste projeto de pesquisa está circunscrita, portanto, ao referido curso, especificamente aos estudantes ligados ao 3º e 4º módulos dos turnos manhã e noite, presentes quando da aplicação das rodas de conversa.

Convém ressaltar a totalidade dos estudantes matriculados nos citados períodos do curso em estudo, qual seja: 3º módulo manhã-16 (dezesseis) estudantes matriculados; 3º módulo noite- 24 (vinte e quatro) matriculados; 4º módulo manhã- 27 (vinte e sete) matriculados e 4º módulo noite- 18 (dezoito) matriculados, totalizando 85 estudantes matriculados. Desse quantitativo, 48 participaram das rodas de conversa, representando, portanto, um percentual de mais de cinquenta por cento do total de estudantes regularmente matriculados no curso objeto desta pesquisa.

4.2 PLANEJAMENTO DAS RODAS DE CONVERSA

As rodas de conversa obedeceram a um planejamento prévio, sendo esse imprescindível para o pesquisador e/ou mediador. Convém destacar que para a realização desta atividade: rodas de conversa, não houve a necessidade de preparação prévia dos participantes, devido aos aspectos relevantes, social ou individual, que se pretendia observar e que emergem das opiniões e trocas de vivências advindas desses encontros.

4.2.1 Roteiro das rodas de conversa

A pesquisadora foi a moderadora do grupo e contou com a participação de uma espectadora, cuja função foi observar a vivência e fazer as anotações e registros pertinentes.

Nesse processo, para melhor interação, as cadeiras ficaram dispostas na forma de círculo. O roteiro, com as questões abordadas, foi estruturado de acordo com os eixos temáticos (Turismo e Meio Ambiente, Boas Práticas Ambientais e Sujeito Ecológico), contemplados na dissertação, relevantes para o resultado desta pesquisa.

Com a equipe reunida em círculo, a pesquisadora apresentou a proposta da pesquisa, oportunizando aos estudantes responderem os questionamentos que foram surgindo durante as conversas. Essas rodas de conversa foram conduzidas de forma a não perder o viés de um bate-papo, tendo o objetivo de deixar os estudantes à vontade, a fim de se posicionarem diante das indagações.

Nesse processo, a pesquisadora teve o papel de aquecer os diálogos abrindo espaços para comentários gerais, deixando também suas impressões, articulando os conteúdos, fazendo

as inferências necessárias, verificando se restavam dúvidas sobre o assunto abordado, como também se havia necessidade de um novo encontro para aprofundar alguns pontos que ainda precisassem ser melhor dialogados, emitido uma conclusão sobre a experiência vivenciada.

4.2.2 Roteiro temático das rodas de conversa

O roteiro temático das rodas de conversa foi estruturado, observando uma sequência lógica de questões, abordando os seguintes eixos: **Turismo e Meio Ambiente, Boas Práticas Ambientais e Sujeito Ecológico.**

- 1) Na percepção de vocês, qual a relação entre Turismo e Meio Ambiente?
- 2) Em quais componentes curriculares vocês identificam os conteúdos ambientais no curso de gestão de turismo, que são fundamentais para a relação entre Turismo e Meio Ambiente? Como esses conteúdos são trabalhados em sala de aula?
- 3) Qual o significado para vocês de Boas Práticas Ambientais?
- 4) Como são apresentadas as Boas Práticas Ambientais no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE - *Campus Recife*?
- 5) Para vocês, de que forma suas experiências/ vivências anteriores no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE - *Campus Recife* ajudaram na construção de Boas Práticas Ambientais?
- 6) O que vocês compreendem como “Sujeito Ecológico”?
- 7) Na opinião de vocês, que experiências de vida e/ou acadêmicas do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE - *Campus Recife*- contribuem para a formação do “Sujeito Ecológico”?
- 8) Na sua visão como estudantes e futuros profissionais da área, quais os elementos, processos e/ou valores que o Gestor de Turismo deve desenvolver para se tornar um “Sujeito Ecológico”?

Os instrumentos de pesquisa utilizados neste trabalho, quais sejam: análise documental, rodas de conversa e análise do PPC do curso objeto desta dissertação trouxeram elementos importantíssimos para compreenderas contribuições do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – *Campus Recife* para a formação do Sujeito Ecológico.

No desenvolvimento desta pesquisa, portanto, o estudo do marco legal indicado nos objetivos específicos deste trabalho e que embasaram o PPC do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE-*Campus Recife* foi importante para se identificarem no mencionado PPC subsídios que contribuam para a formação do Sujeito Ecológico.

Ainda com esse propósito, foi realizado um estudo da configuração do mencionado PPC, visando analisar os objetivos, perfil e matriz curricular desse documento, assim como foram realizadas rodas de conversa com esse mesmo objetivo. Esses estudos trouxeram dados importantíssimos para a consolidação desta pesquisa.

4.3 PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PRODUTO

Realizar um seminário de formação continuada, como produto desta Pesquisa, para socialização dos resultados obtidos, com certificação para os participantes, emitida pela Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo- CATU.

4.3.1 Seminário de Formação Continuada

Tema: Seminário de Formação Continuada - Gestor de Turismo X Sujeito Ecológico.

Abordagem: Socialização dos resultados da Pesquisa Documental e das Rodas de Conversa, na perspectiva de fortalecer a formação do Gestor de Turismo com relação a sua atuação como Sujeito Ecológico.

4.3.2 Público Alvo

Estudantes, gestores e docentes inseridos no processo de formação do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE- *Campus* Recife.

4.3.3 Realização

Local: mini auditório do IFPE – *Campus* Recife

Data: 05 de novembro de 2019.

Horário: 19:00h às 22:00h.

4.3.4 Plano de Divulgação

Banner, coordenação do curso, redes sociais dos estudantes do curso e divulgação oral.

4.3.5 Distribuição e tabulação da ficha de avaliação

Participaram do seminário 51 (cinquenta e um) pessoas, das quais 39 (trinta e nove) pessoas responderam a ficha de avaliação; com o seguinte resultado:

SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA: gestor de turismo x sujeito ecológico - avaliação

Resultado da tabulação das respostas apresentadas pelos participantes

1. Sobre a temática apresentada, os conteúdos abordados são de interesse:

(13) Pessoal (18) Específico da área de Turismo (07) Trabalho (19) Formação

Outros:

- Área de Turismo e Gestão Ambiental.
- No segmento da apresentação foi falado da base e da formação ecológica.
- Independente da área que você faz, na sua graduação é obrigatório por lei, ter conteúdo sobre as leis ecológicas, em componente curricular.
- Serve para toda área de conhecimento.
- De interesse para formação de profissionais conscientes e ecológicos.

2. Qual o grau de aplicação dos **conteúdos abordados** no seu dia a dia?

(28) Muito satisfatório (03) Pouco satisfatório (08) Razoável

3. Sobre a legislação relacionada a Meio Ambiente, os **marcos legais** tratados neste seminário, contribui para você em:

(23) Conhecimento adquirido (17) Aprofundamento conceitual
(01) Aplicabilidade no trabalho (01) Não registrado nenhuma opção

4. Sobre o **Sujeito Ecológico**, você?

(10) Sou Sujeito Ecológico (3) Não possuo características de Sujeito Ecológico.
(26) Preciso aplicar mais ações ecológicas no meu dia a dia.

5. Considerando os resultados apresentados do estudo abordado, que abrangência de contribuição você recomenda para:

(06) Aplicação Institucional (02) Específico, apenas para o curso.
(32) Aplicabilidade em todas as áreas (03) Para formação do Gestor de Turismo

6. Com relação a **organização deste evento** você considera:

(29) Infraestrutura (recepção, local, recurso tecnológico, cerimonial) satisfatórios.

(24) Desenvolvimento do evento (coerência dos conteúdos apresentados, certificação).

Sugestão:

- Interação com os ouvintes: 1

- Trazer slides mais dinâmicos: 2

- Convidar para o evento, o professor que atualmente ensina os componentes curriculares de Gestão Ambiental e Ecoturismo.

- Não registrado nenhuma opção: 1

Houve uma redação de elogio:

O evento foi de uma organização ímpar, desde a infraestrutura até o desenvolvimento do evento. Conteúdo muito rico, que nos orientou em relação às leis e aplicação no componente curricular. Parabéns a todos.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Este item remete tanto aos resultados da análise documental descritiva e seus aspectos relacionais, em que se destaca a LDB em sua concepção histórica, assim como à análise descritiva das rodas de conversa.

5.1 MARCOS LEGAIS QUE EMBASARAM A CONCEPÇÃO DO PPC DO CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DE TURISMO DO IFPE - *CAMPUS RECIFE*

a) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Superior, especificamente o Art. 43, inciso III.

Destaque-se que a LDB nº 9.394/1996 foi sendo construída ao longo de 11(onze), tendo sido homologada em 1996. Nesse período, a sociedade brasileira participou ativamente desse processo de construção, por meio da representação dos seus diversos segmentos civis organizados. Durante a sua sistematização, que continha os anseios desses segmentos, houve vários embates, por meio dos quais se originaram dois projetos de Lei: o do Deputado Jorge Hages e o do Professor Darcy Ribeiro.

O cenário de mudanças políticas do País, ocorridas em fins da década de 1970, imprimiu novos contornos à educação nacional. Diante dessa nova realidade, o Fórum Nacional de Educação, na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, encaminhou à Subcomissão de Educação, Cultura e Desporto, em uma proposta única, reivindicações de diversas entidades da sociedade civil.

Entre essas entidades, destacam-se a Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

(SBPC), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) (RESCIA et al., 2007).

Nesse contexto histórico, com a promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro de 1988, teve início o processo de tramitação da LDB no Congresso ordinário, para a aprovação de um novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O primeiro substitutivo a esse projeto, apresentado pelo deputado Jorge Hages, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) da Bahia, com o apoio do Fórum, foi aprovado pela Comissão de Educação no segundo semestre de 1990, mas só entrou na ordem do dia em maio de 1991.

Frente à quantidade excessiva de emendas apresentadas durante esse período — um total de 1.263 — e, diante da ameaça de desvirtuamento do projeto, o Fórum promoveu várias manifestações em prol da votação do citado documento, destacando-se nesse processo um ato público que reuniu cerca de dez mil pessoas na rampa do Congresso Nacional, em junho de 1991.

Em agosto desse mesmo ano, o referenciado Fórum denunciou a alteração do conteúdo e do mérito das bases essenciais do projeto proposto pelo relator Edvaldo Alves, do Partido Democrático Social (PDS) de São Paulo. Os pontos mais polêmicos referiam-se à organização geral do sistema nacional de educação, à posição das entidades mantenedoras privadas e à composição do Conselho Nacional de Educação.

Em 1º de dezembro do mencionado ano, o plenário da Câmara aprovou, por acordo, o substitutivo do projeto de Lei nº 1.258/1988 (texto de Jorge Hages) e os três pareceres das comissões técnicas. No entanto, foram apresentadas 1.275 emendas, em torno das quais se processou nova rodada de negociações.

Durante este período (1989-1992), as posições dos diversos partidos ficaram bastante caracterizadas. Uma das principais polêmicas foi travada em torno do Sistema Nacional de Educação, cuja inserção no projeto constituiu uma inovação na legislação educacional brasileira, por defender a ação conjunta das esferas federal, estaduais e municipais, em um esforço permanente do Estado para assegurar a universalização da educação e de seu padrão de qualidade em todo o território nacional.

A apresentação de novo projeto da LDB pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) e sua rápida aprovação pela Comissão de Educação do Senado, em fevereiro de 1993, dividiu os partidos e as entidades, que inicialmente se aglutinaram em torno do projeto da Câmara. Aquele projeto estabelecia um novo eixo orientador, diferente do que tinha o projeto gestado na Câmara, sobretudo no que dizia respeito à diminuição das responsabilidades do Estado em

relação à educação, na medida em que só o ensino fundamental era considerado obrigatório e gratuito.

Em 1994, o projeto da Câmara foi substituído pelo projeto do senador Darcy Ribeiro. Convém destacar que o texto de Darcy Ribeiro também foi substancialmente alterado no Senado, incorporando diversas sugestões, a maioria delas oriundas do Ministério da Educação (MEC).

Sobre essa discussão Sousa (2006) apresenta em sua abordagem:

A substituição do texto original pelo texto de Darcy Ribeiro, produzido no calor dos debates, representou uma inflexão no debate. O primeiro projeto de lei foi resultante de um longo processo de discussão e negociação com diferentes segmentos da sociedade que eram compromissados com uma educação pública de qualidade. A substituição do projeto de lei por um projeto substitutivo elaborado pelo senador Darcy Ribeiro, a nova Lei, intitulada “Lei de Educação”, foi apresentada ao Senado Federal em 1992, logo garantiu espaço Político {...}.

Em 17 de dezembro de 1996, tendo um total de 92 artigos, o substitutivo do Senador foi finalmente votado na Câmara. Em 20 de dezembro de 1996, o texto da Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9.394- conhecida como Lei Darcy Ribeiro – foi sancionado; e, em 23 de dezembro, foi publicado no *Diário Oficial da União*.

Nesse sentido, a Lei Magna da Educação – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como designa o próprio nome, estabelece diretrizes, ou seja, o que deve ser feito, efetivado; uma vez que ela não tem nenhuma obrigatoriedade de especificar questões, isso fica por conta de seus Pareceres Legais, com suas respectivas Resoluções. Outra característica da atual LDB é ter flexibilidade suficiente para se adequar às diferentes situações da educação nacional (RESCIA et al., 2007).

Analisando-se a LDB nº 9.394/1996, especificamente no que se refere aos **princípios gerais** da educação, há referência sobre a temática do Meio Ambiente, desde a educação fundamental como está disposto no seu artigo 32, especificamente no inciso II – “**a compreensão do ambiente natural e social**, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”.

No âmbito do Ensino Superior, em relação à Educação Ambiental, o Art. 43 da LDB assim dispõe:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

III – *incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;*

Com base nas contribuições apresentadas pelos autores, com suas abordagens, a esse respeito, no item fundamentação teórica desta pesquisa, e, em consonância com a Lei nº 9.394 de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), constata-se que, para a formação do sujeito ecológico, é imperioso que se trabalhem nos espaços educativos, em todos os níveis e modalidades de ensino, conteúdos transversais que levem à reflexão sobre a dependência do ser humano em relação aos recursos dispostos pela natureza e a finitude deles, a fim de que haja uma harmônica relação entre ele e o meio ambiente em que vive, fortalecendo, assim, a compreensão do ambiente natural e social que habita.

Ainda de acordo com os teóricos estudados nesta pesquisa, fica evidente a concordância entre eles de que a educação é um pilar de sustentação em que os indivíduos e a comunidade constroem valores sociais com responsabilidade coletiva. Nesse sentido, é importante incluir nas práticas pedagógicas das escolas, de forma articulada, conceitos relativos a questões ambientais, a fim de que se possa contribuir com responsabilidade para a preservação do meio ambiente, viés já preconizado na referida LDB.

Remontando ao objeto da nossa pesquisa, necessário se faz identificar nele, conceitos, conteúdos e práticas relativas a questões ambientais, capazes de influenciar e modificar posturas, individuais e coletivas, no sentido de conscientizar os estudantes sobre a necessidade de se planejarem as atividades turísticas a serem desenvolvidas, tendo como um dos referenciais a sustentabilidade planetária.

b) Lei nº 9.795/1999

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. A Lei nº 9.795, de 1999 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, orientando a implementação do determinado, inclusive com a determinação para que o Poder Público promova a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino (inciso VI do § 1º do artigo 225 do Capítulo VI, dedicado ao Meio Ambiente), como um dos fatores asseguradores do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; disposto nos artigos 205 e 225 da Constituição Federal; uma vez que, por pressão da sociedade, a conquista da abordagem foi dada à questão ambiental em nossa Constituição Federal.

Convém ressaltar que atributo “ambiental” na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino - americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político - pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental; o reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial, em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social (Resolução CNE/CP 2/2012).

Com essa compreensão, são destacados alguns artigos da Lei nº 9.795/1999 que evidenciam a educação ambiental nos diversos níveis e modalidades de educação e, também, o que a referida Lei diz sobre educação ambiental na educação superior.

Assim, nos termos dessa Lei, a Educação Ambiental é componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis da Educação Superior e da Educação Básica e em suas modalidades, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integralmente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

Nesse sentido, diferentemente de outras leis que determinam conteúdos para a educação escolar, sem indicar aspectos relativos à sua implementação, esta lei já avança com ditames diretivos que não podem deixar de ser a base das diretrizes ora formuladas neste Parecer; a saber:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não - formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

[...]

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

[...]

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

[...]

Art. 5º São objetivos fundamentais da Educação Ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

[...]

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA-, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não - governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

[...]

II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

[...]

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

[...]

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando :

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Ao trazer essa determinação, a Lei evidencia o caráter transversal da educação ambiental nos diferentes espaços e tempos das instituições educativas.

Art. 13. Entendem -se por educação ambiental não- formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (BRASIL, 1999).

Ainda de acordo com a Lei nº 9.795 de 1999, que dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e, em concordância com os teóricos, destaca-se a educação ambiental como componente essencial e permanente, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, como um dos fatores asseguradores do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação ao disposto na Lei nº 9.795 de 1999, sobre educação ambiental, os teóricos apresentam as boas práticas como conteúdo obrigatório nas vivências educativas desenvolvidas nas instituições de ensino, em todos os níveis e modalidade. Ressaltam, ainda, que é imprescindível desenvolver planejamento pedagógico nas instituições de ensino, voltado para a preservação do meio ambiente, através da aplicação de estratégias diversificadas de ensino, por uma busca de mudanças, de atitudes, postura e reeducação de práticas positivas.

Vale salientar que as experiências adquiridas, desde a infância e em especial durante a educação formal, podem contribuir para a consolidação do compromisso em preservar o meio em que se vive. Dessa forma a educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Esse dispositivo legal se faz presente de forma contextualizada e interdisciplinar nos processos e práticas pedagógicas desenvolvidos no currículo do curso em estudo, o que consubstancia a formação do sujeito ecológico.

c) Parecer CNE/CP nº 14/2014.

As necessidades educativas que levaram à construção do Parecer CNE/CP nº 14/2014 decorreram do empenho e envolvimento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão (SECADI/MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em consequência disso, foi elaborada proposta para o estabelecimento de Diretrizes Nacionais voltadas à Educação Ambiental. Convém destacar que a elaboração desse documento foi resultado de contribuições colhidas, desde 2005, dos sistemas de ensino, da sociedade civil, de diferentes instâncias do MEC e de vários eventos.

Vale destacar, ainda, alguns setores sociais que influenciaram na elaboração desse Parecer e ainda registrar os avanços provocados por movimentos sociais que certamente conduziram ao atual marco legal e que continuam a influir na organização das políticas públicas para essa área. Nesse sentido, registrem-se, em 1971, as iniciativas da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), Organização Não Governamental pioneira do movimento ambientalista brasileiro.

Pelas pressões dos movimentos ambientalistas e até por pressões internacionais, o Governo Federal criou, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), na qual passaram a ser tratadas questões ambientais de âmbito nacional. Na década de 1980, ampliaram-se os movimentos sociais, bem como a criação de ONGs que vieram a ocupar espaços e a realizar parcerias com governos, empresas e outras instituições.

É mister ressaltar que, nesse processo, as Conferências Nacionais de Meio Ambiente e as Conferências Nacionais de Educação tiveram sempre a participação de representantes de ONGs e de movimentos sociais engajados com as questões ambientais, reforçando e mantendo viva a relevância da Educação Ambiental como fator fundamental para a cidadania.

Conforme esse Parecer, constitui objeto desse documento, estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, orientando a implementação da Educação Ambiental (EA), tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Graduações, em especial as de Formação de Professores.

Destaque-se que neste Parecer concebe-se a Educação Ambiental na perspectiva socioambiental da justiça ambiental, das relações comerciais equilibradas e das concepções de sustentabilidade. Nesse sentido, a articulação da ética ambiental com a educação vem constituindo laços identitários de uma cultura ambiental, de um campo conceitual- ambiental. No entanto, essa situação não dirime a natureza conflituosa das disputas internas da área, falando-se, pois, em “educações ambientais”.

É importante ressaltar que nesse documento o currículo institui e é instituído na prática social, representando, assim, um conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social, o que contribui, intensamente, para a construção de identidades sociais, culturais e ambientais. Currículo refere-se, portanto, à criação, recriação, contestação e transgressão.

Dessa forma, o compromisso da instituição educacional, o papel sócio educativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior.

Com base nessas informações, constata-se que, nos termos da Lei nº 9.795/1999, a Educação Ambiental é componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis da Educação Superior e da Educação Básica e em suas modalidades, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

Desse modo, espera-se, por meio das Diretrizes Nacionais, o fortalecimento das orientações acerca da efetivação dos princípios e objetivos da Educação Ambiental, para o seu trato transversal e integrado nas diferentes fases, etapas, níveis e modalidades da Educação,

tanto a Básica quanto a Superior, uma vez que a Lei é clara ao determinar que a Educação Ambiental deve estar presente em todos níveis e modalidades de ensino.

Diante disso, a identificação de conceitos e práticas pedagógicas referentes a questões ambientais no curso objeto desta pesquisa é fator fundamental, para que se possa formar sujeitos ecológicos capazes de estruturar suas atividades turísticas com a consciência de que a sustentabilidade ambiental é elemento preponderante para uma postura cidadã voltada à preservação do meio ambiente, estando, portanto, em consonância com as legislações que ancoram a Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades dos sistemas de ensino, nas instituições de Educação.

5.2 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – CONCEPÇÃO

O processo de estruturação do PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFPE deu-se no ano de 2007, como citado anteriormente, tendo como objetivo principal formar profissionais com visão sistêmica, comprometidos e capazes de contribuir com o desenvolvimento do turismo do Estado e do Brasil, à luz das premissas de sustentabilidade.

O perfil profissional de conclusão desse curso permite que o egresso atue como agente multiplicador do conhecimento turístico; como gestor de operações turísticas e das atividades de planejamento de empresas turísticas e organização do turismo; coordene e acompanhe trabalhos técnicos, estudos, pesquisas e projetos dos setores turísticos em órgãos públicos ou iniciativa privada; participe, na elaboração e análise de planos e projetos para o desenvolvimento do turismo, considerando fatores e influências externas e internas, tendo presente a legislação brasileira pertinente a esta área e os preceitos da sustentabilidade, desenvolvendo ações ligadas ao patrimônio nas suas distintas manifestações, potencializando e identificando cenários para o desenvolvimento da atividade turística, empreendendo, assim, nos diversos segmentos da atividade turística.

Diante disso o campo de atuação desse profissional corresponde a: assessorias, administração em órgão públicos ou privados nas áreas de planejamento e gestão, voltadas a gestão de turismo, observando sempre o cuidado com o ambiente em todas as suas relações, fortalecendo assim a sustentabilidade planetária.

Após análise da concepção do referido PPC, necessário se faz analisar a relação entre os marcos legais, indicados como objeto desta pesquisa, e a construção do referido documento:

1- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, – O PPC em análise, além de observar esse marco legal como um todo, faz um recorte referente à educação ambiental. Sobre esse recorte, destaca-se o Art. 43 que assim dispõe: A educação superior tem por finalidade: Inciso III: “ incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, **desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive**”.

Em observância a esse dispositivo legal, a matriz curricular desse **PPC** tem em suas bases tecnológica e instrumental o viés desse trato de conhecimento, como se pode observar:**Geografia Regional**: aborda Políticas Públicas para o turismo no Brasil;**Teoria Geral do Turismo II**: estuda o papel do Estado no desenvolvimento do turismo; Políticas Públicas para o turismo;**Marketing Turístico**: aborda as Motivações do consumidor-turista;**Patrimônio Cultural**: possibilita a elaboração de um plano interpretativo para o turismo sustentável;**Planejamento e Organização de Eventos**: em que trabalha conhecimentos sistêmicos de eventos e sua relação com o meio ambiente; **Gestão Ambiental Aplicada**: componente curricular específico - Turismo sustentável, Planejamento Ambiental, Impactos Ambientais;além de **Gestão do Ecoturismo**, também o componente específico: Conservação e preservação do meio ambiente.

2 -Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências – Conforme o Art. 1º dessa Lei, educação ambiental refere-se aos processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. O referido dispositivo legal está contemplado **na justificativa do curso em análise**, no item 2.3 do **PPC**, no décimo primeiro parágrafo:

Apresenta como proposta a formação de profissionais éticos, dotados de compromisso social e responsabilidade ambiental, ou seja, propõe-se a formar cidadãos aptos a trabalhar na atividade turística, através da gestão integrada de processos, fortalecendo as dimensões do planejamento, da administração, do Marketing, da Gestão pública dos negócios e da gestão ambiental, de produtos e regiões turísticas. Com base nessa proposta, identifica-se que há nela indício subjacente de uma descrição do sujeito ecológico, objeto desta pesquisa.

3 – No Parecer CNE/CP nº 14/2012, inciso V - dos princípios da Educação Ambiental assim está disposto: a “articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais”. De acordo com esse disposto, no Parecer supracitado, existe uma relação com o item 2.4.1 **do PPC - Objetivo Geral**, na segunda linha, “.... formar cidadãos comprometidos e capazes de contribuir com o desenvolvimento do turismo do Estado e do Brasil, à luz das premissas da sustentabilidade”.

No item 2.6 da Organização Curricular do Parecer CNE/CP nº 14/2012: “A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:- pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental, tratados interdisciplinarmente”. Sobre esse item pode-se afirmar que essa concepção se concretiza no PPC em análise, especificamente no item 2.8.1 **Concepções e princípios pedagógicos**: “os princípios pedagógicos que devem reger a dinâmica desse curso são a interdisciplinaridade e a contextualização”.

Ainda, com relação à abordagem da transversalidade no curso, esse princípio encontra-se inserido na justificativa do PPC, no parágrafo dez do item 2.3, “... *formação holística e cidadã do profissional gestor de turismo, por meio da inserção de temas transversais, que contemplem questões relacionadas à ética social e profissional, relações étnico raciais, direitos humanos e meio ambientes, entre outros*”.

Compreende-se, portanto, por meio da análise feita a partir desses marcos legais e das abordagens dos teóricos, que existe uma relação entre as contribuições do curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo para o desenvolvimento do processo formativo de “Sujeitos Ecológicos”, especificamente nos componentes curriculares apresentados no 4º módulo do referido curso, em especial os que tratam diretamente das questões ambientais e de sustentabilidade, ficando também perceptível a transversalidade nos demais componentes curriculares postos nos módulos básico e instrumental, o que converge para a formação de Sujeitos Ecológicos, capazes de transformar o lócus da relação homem x natureza numa perspectiva coletiva.

Apresentamos a seguir o **quadro 1 sinopse da análise documental: aspectos relacionais**, que remete aos aspectos relacionais do marco legal e do Plano Pedagógico do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – *Campus Recife*:

Documento 1 - Lei de diretrizes da educação nº 9.394 /1996;

Documento 2 - Lei nº 9.795/1999 Política Nacional de Educação Ambiental;

Documento 3 - Parecer CNE/CP nº 14/2012 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

Documento 4 - Resolução CNE/CP nº 2/2012;

Documento 5 - Projeto Pedagógico do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo.

QUADRO 1 - SINÓPSE DA ANÁLISE DOCUMENTAL: ASPECTOS RELACIONAIS

ASPECTOS RELACIONAIS	DOCUMENTO 1	DOCUMENTO 2	DOCUMENTO 3	DOCUMENTO 4	DOCUMENTO 5
EDUCAÇÃO AMBIENTAL (destaques do documento contemplados no PPC do CSTGT contempla)	Art. 43. A educação superior tem por finalidade: <i>III</i> – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura , e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;	Art. 1º. Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua	a) interação entre os seres humanos e a natureza nem sempre são nefastas; pode ser sustentável, promovendo, muitas vezes, aumento da biodiversidade pelo tipo de ação humana ali exercida. Arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável;	A Lei nº 9.394 , de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e	Em Geografia Regional: políticas públicas para o turismo no Brasil. Em Teoria Geral do Turismo II: O papel do Estado no desenvolvimento do turismo; Marketing Turístico: Comportamento do consumidor- turista. Em Patrimônio Cultural: Elaboração de um plano interpretativo

		sustentabilidade. Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental: II- a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente		natural; que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania; Art.17. (Inciso III- c) projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza,	para o turismo sustentável. Em Planejamento e Organização de Eventos: Conhecimentos sistêmicos de eventos e sua relação com o meio ambiente. Gestão Ambiental Aplicada: Turismo sustentável, Planejamento Ambiental, Impactos Ambientais. Em Gestão do Ecoturismo: Conservação e preservação do meio ambiente. Na justificativa do curso, item 2.3 do PPC, no décimo primeiro parágrafo, há indício subjacente de uma descrição do sujeito ecológico; quando tem
--	--	--	--	--	---

		avaliação crítica do processo educativo; Art. 13. Entende-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. .		estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania; e) a Lei evidencia o caráter transversal da educação ambiental nos diferentes espaços e tempos das instituições educativas. g) Contemporaneamente, com base em estudos, pesquisas e experiências, busca-se compreender e ressignificar a relação dos seres humanos com a natureza. k) visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade. I. Desenvolver a compreensão integrada	como proposta a formação de profissionais éticos, dotados de compromisso social e responsabilidade ambiental; ou seja, formar cidadãos aptos a trabalhar na atividade turística, através da gestão integrada de processos, fortalecendo as dimensões do planejamento, da administração, do Marketing, da Gestão pública dos negócios e da gestão ambiental, de produtos e regiões turísticas. Ainda no parágrafo décimo do mesmo item acima, nota-se que há preocupação com a formação holística e cidadã do profissional do gestor responsabilidade
--	--	--	--	--	--

				do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo; Art. 19, § 2º Os sistemas de ensino devem, ainda, propiciar às instituições educacionais meios para o estabelecimento de diálogo e parcerias com a comunidade, inclusive com movimentos sociais e Organizações Não Governamentais, visando à produção de conhecimentos sobre condições e alternativas socioambientais locais e regionais e à intervenção para a qualificação da vida e da convivência saudável. Art. 17. Considerando os valores da	ambiental; ou seja, formar cidadãos aptos a trabalhar na atividade turística, através da gestão integrada de processos, fortalecendo as dimensões do planejamento, da administração, do Marketing, da Gestão pública dos negócios e da gestão ambiental, de produtos e regiões turísticas. Ainda no parágrafo décimo do mesmo item acima, nota-se que há preocupação com a formação holística e cidadã, do profissional gestor de turismo, por meio da inserção de temas transversais, que contemplem questões relacionadas à ética social e profissional,
--	--	--	--	---	--

				sustentabilidade, a diversidade de manifestações da vida, os princípios e os objetivos estabelecidos, o planejamento curricular e a gestão de ensino devem: Inciso I estimular: d) vivências que promovam o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com os seres vivos e seu habitat; Inciso II Contribuir para: d) a promoção do cuidado e responsabilidade com as diversas formas de vida, do respeito às pessoas, culturas e comunidades;	relações étnico raciais, direitos humanos, meio ambiente, direito dos idosos, entre outros. No item 2.4.1- Objetivo Geral, na segunda linha: ... formar cidadãos comprometidos e capazes de contribuir com desenvolvimento do turismo do Estado e do Brasil, à luz das premissas da sustentabilidade. No item 2.8.1 – Concepções e princípios pedagógicos, do PPC, a interdisciplinaridade, a contextualização regem a dinâmica do curso; e podemos afirmar que a abordagem da transversalidade (conforme o parágrafo dez do item da justificativa) também é
--	--	--	--	--	---

					adotada no curso.
* ENSINO SUPERIOR		Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. ART. 3º - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; § 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para: I- a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de	s) são obrigatórios em decorrência de legislação específica, tratados transversal. Art. 12. Princípios da Educação Ambiental: Inciso V - articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais; I. Desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo; 2.6- Da organização	e) a Lei evidência o caráter transversal da educação ambiental nos diferentes espaços e tempos das instituições educativas. g) Contemporaneamente, com base em estudos, pesquisas e experiências, busca-se compreender e ressignificar a relação dos seres humanos com a natureza. Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer: I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a	

		ensino; Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. Art. 13: II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal; Parecer CNE/CP 14/2012 n) é fundamental considerar a Lei nº 9.795/1999, que estabelece que a	curricular: (parágrafo sétimo). Item 2. Mérito: a) sistematizar os preceitos definidos na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam para assegurar a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, culturais, intelectuais; Art .14. A Educação Ambiental nas instituições de ensino, com base nos referenciais apresentados, deve contemplar: a justiça social, aos direitos humanos, à	sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III- pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.	
--	--	---	--	--	--

		Educação Ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.	saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, e ao enfrentamento do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social; Inciso IV. Incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental; c) o tratamento pedagógico da Educação Ambiental deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes e promovendo valores de cooperação e respeito e		
--	--	---	--	--	--

			de relações solidárias. j) ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão criticada dimensão ética e política das questões socioambientais, situadas tanto na esfera individual como na esfera pública; b) nos cursos de formação e especialização técnico-profissional. e) a Lei evidência o caráter transversal da educação ambiental nos diferentes espaços e tempos das instituições educativas. g) Contemporaneamente, com base em estudos, pesquisas e experiências, busca-se compreender e ressignificar a relação dos seres humanos com a		
--	--	--	--	--	--

			natureza.		
--	--	--	-----------	--	--

Fonte: A autora (2019)

5.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS RODAS DE CONVERSA

Para compreender, nas narrativas dos estudantes, como o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo contribui para a formação do Sujeito Ecológico, foi estruturado um roteiro, levando em consideração três eixos: 1º relação de turismo e meio ambiente, 2º as boas práticas ambientais e 3º a formação do sujeito ecológico.

Nesse sentido, para a relação entre turismo e meio ambiente, o roteiro estabelece um espaço de entendimento que mantém o que consideramos o primeiro passo para se identificar como os estudantes compreendem a contribuição do Curso Superior de Gestão de Turismo para a formação do sujeito ecológico.

Assim foi perguntado como esses estudantes, durante o desenvolvimento do seu curso, percebiam aspectos ou práticas pedagógicas que levassem a uma perspectiva de meio ambiente e da atividade humana.

A partir dessa base, o roteiro enfatiza as boas práticas ambientais, com o duplo propósito de verificar se os estudantes identificam: a) alguma relação do curso com as boas práticas ambientais oriundas de experiências anteriores, sejam familiares ou de outros âmbitos; b) a busca de aprimoramento dessas boas práticas nos encaminhamentos e atividades propostos pelo curso, relacionadas a aspectos ambientais, capazes de contribuir para a formação do sujeito ecológico.

Convém ressaltar que o entendimento das boas práticas fornece ao processo das rodas de conversa um sentido de concretude, uma vez que permite se identificar nas narrativas a compreensão dos estudantes participantes sobre o perfil do sujeito ecológico e a consciência ambiental, elementos que fortalecem a relação harmônica entre o ser humano e o meio ambiente.

Assim, as questões do roteiro das Rodas de Conversa estão de acordo com o que preceitua Firestone (1987 apud MOREIRA, 2003): “buscam a compreensão do fenômeno social segundo a perspectiva dos atores através de participação em suas vidas”. Ainda sobre essas Rodas de Conversa, Eisner (1981 apud MOREIRA, 2003) diz que elas: “Focalizam significados e experiências; ação ao invés de comportamento”.

Com base nesses pressupostos, depreende-se que as rodas de conversa, em que se apresentam pensamentos coletivos, propiciaram a construção de dados discursivos extremamente relevantes para a identificação e compreensão de conceitos, processos e práticas que contribuam para formação do sujeito ecológico no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo. Ancorada nos pressupostos acima delineados e nas respostas

colocadas nos quadros referentes aos eixos I, II e III, quais sejam; **relação de turismo e meio ambiente, as boas práticas ambientais e a formação do sujeito ecológico**, colocados abaixo. Seguem as análises das rodas de conversa realizadas com os estudantes do curso objeto deste trabalho.

6.3.1 Eixo 1 - Relação de turismo e meio ambiente

Em relação a esse eixo, questão 1- nas narrativas dos estudantes identificados neste trabalho como estudantes 1-2-3-4-5 e 6, pertencentes ao 3º módulo manhã e os do 3º módulo noite, 1-2 e 3 percebe-se a referência feita aos impactos positivos e negativos causados pela atividade turística no meio ambiente, destacando a necessidade de se trabalharem projetos educacionais que levem à conscientização do ser humano, quanto ao meio em que vive, propondo, também, que, quanto às atividades turísticas, essas fossem planejadas, atentando-se para o cuidado com o ser humano e a natureza, enfatizando ser o Brasil um país rico em recursos naturais.

Externam, ainda, que as atividades turísticas deveriam ter um viés de sustentabilidade, ressaltando o Ecoturismo e o Turismo Sustentável, ou seja, turismo consciente, devendo-se fazer um estudo prévio dos ambientes onde elas serão realizadas, de forma a impactar positivamente nesses ambientes, consequentemente na vida das pessoas que dele fazem parte, dizendo, porém, que muitas vezes os impactos negativos se sobrepõem aos positivos.

Dizem, também, que a falta de fiscalizações a esse respeito, como também a de regulamentos para esse mister, causa degradação ao meio ambiente, impactando negativamente nos espaços em que as atividades turísticas se realizam, repercutindo negativamente na vida das pessoas.

Nessas narrativas, portanto, depreende-se que esses estudantes têm conhecimento sobre a importância de se preservar o meio ambiente, especificamente no que se refere às atividades turísticas, sugerindo a existência de projetos educacionais que deem conta dessa necessidade, como também propondo que se realize um planejamento das ações turísticas a serem empreendidas, sem se perderem de vista as questões ambientais, uma vez que elas são finitas e a vida no planeta depende da relação harmônica entre o ser humano e a natureza, podendo-se depreender que já há indícios nessas falas de conteúdos que contribuam para a formação do Sujeito Ecológico.

No que se refere aos estudantes dos 4º módulos, identificados também como 1-2- 3 e 4,4º M e 1-2-3-4 e 5, 4º N verifica-se que suas respostas estão baseadas em conhecimentos

específicos sobre a temática em foco, ancorados nos componentes curriculares: Ecoturismo e Gestão Ambiental, que direcionam o processo do ensino para uma fundamentação mais consistente em relação a questões ambientais.

Depreende-se dessas narrativas que é feita referência à figura do gestor em turismo com a responsabilidade de planejar ações turísticas direcionadas à sustentabilidade, informações advindas dos conhecimentos construídos no curso em estudo, principalmente nos 3º e 4º módulos, o que lhes permite entender a relação do turismo com o meio ambiente, fazendo a articulação entre o profissional atuando na área e a importância de sua postura diante do ambiente em que essas ações são desenvolvidas.

Nessas narrativas, depreende-se que os estudantes percebem que é importante entender não só a relação das atividades turísticas com o meio ambiente, como também com os aspectos econômicos, sociais e culturais que permeiam as atividades a serem desenvolvidas.

Fazem também referência ao envolvimento das comunidades nas ações de turismo planejadas, destacando a sustentabilidade como um dos pilares dessas ações, tendo em vista que a consciência coletiva é suporte para que se tenha o sentimento de pertencimento e isso advém de processos educativos, muitas vezes voltados à reeducação ambiental, fazendo menção também, à existência de políticas públicas que embasem e fortaleçam essas atividades.

Diante de exposto, verifica-se que esses estudantes têm conhecimento do que seja educação ambiental e da sua importância para as ações próprias de gestores de turismo, uma vez que enfatizam a necessidade da existência de políticas públicas voltadas a essa área de atuação profissional, como também a necessidade de uma consciência cidadã capaz de embasar as atividades turísticas, com foco também na sustentabilidade em todas as suas dimensões, apresentando, portanto, conhecimentos voltados a questões ambientais que resvalam num comprometimento ético, coletivo, político, econômico, social e cultural, capazes de contribuir para a formação do Sujeito Ecológico.

Destaca-se que nos 4º módulos são vivenciados os componentes curriculares específicos, tais: Ecoturismo e Gestão Ambiental, em que direcionam o processo do ensino para uma fundamentação mais consistente.

Analisando as narrativas apresentadas pelos estudantes, tanto os do 3º módulo- manhã e noite, quanto os do 4º módulo- manhã e noite, referentes ao eixo 1- Relação de Turismo e Meio Ambiente- é importante frisar que ambos, nas suas narrativas, trazem indícios de conhecimentos de conceitos, práticas e processos pedagógicos vivenciados no mencionado curso e que apontam para a formação do Sujeito Ecológico.

A tabela abaixo apresenta as narrativas dos estudantes referentes a 1ª questão:

RESPOSTAS DAS RODAS DE CONVERSA: Eixo 1	
Questão 1 -Na percepção de vocês, qual a relação entre o Turismo e o Meio Ambiente?	
3º Módulo – Manhã	
Sujeito	
	Os sujeitos de 1, 2, 3, 4, 5, 6 apresentaram falas
1	O turismo tem pontos e impactos positivos e negativos. Ex.: O uso de projetos educacionais para a conscientização das pessoas; Negativo – falta de planejamento para demandas turísticas.
2	O Turismo impacta diretamente no Meio Ambiente (no espaço geográfico), deveria trazer mais qualidade de vida às pessoas nativas através do Turismo sustentável, pois devemos cuidar melhor para despertar essa consciência ambiental e ecológica. Não há fiscalização, e não há regulamento, o que gera uma degradação muito grande do ambiente.;
3	Pensamento turístico na sustentabilidade local, porém os impactos negativos sobrepõem-se aos positivos;
4	Deve haver um estudo prévio do local para o turismo. Ex.: do ponto dele a Construção do Rio Mar gerou impacto negativo no ambiente.
5	O Brasil é rico em recursos naturais. Ex.: As matas, mangues, para o turismo sustentável.
6	Não há planejamento do Turismo consciente. Ex. a área de Cômodo no Oceano Índico.
3º Módulo – NOITE	
	Os sujeitos 1, 2, 3 apresentaram falas
1	Planejamento verificando as melhores condições do local. Tem a questão do predatório que modifica o Meio Ambiente através das ações do homem.
2	A atividade turística impacta e o fluxo de pessoas impacta o Meio Ambiente. Visão de empreender.
3	Uma boa relação entre Turismo e Meio Ambiente. Existem fatores positivos: Ecoturismo e o Turismo sustentável. Como impacto negativo, o turismo que desconfigura o local.
4º Módulo - Manhã	
	Os sujeitos 1, 2, 3, 4 apresentaram falas
1	Desde o início do curso, a relação do turismo e Meio Ambiente é a sustentabilidade. A preocupação com o espaço a ser utilizado.
2	O gestor de Turismo precisa de planejamento para reeducação ambiental. O gestor tem esse papel. O gestor tenta diminuir o impacto.
3	Não dá para fazer um Turismo cem por cento sustentável, o curso traz essa importância dos impactos ambientais.
4	Desde o começo do curso, já trabalha essa relação. Vem ter essa noção de conservação mais forte no 3º módulo em diante. Com um foco maior no 4º módulo. Aprender a organizar a parte econômica para que seja um fator recorrente e não

	momentâneo. Trabalhar a sustentabilidade o lado econômico X social X cultural X ambiental.
4º Módulo – NOITE	
Os sujeitos 1, 2, 3, 4 e 5 apresentaram falas	
1	É ligada uma a outra. O turismo é uma atividade realizada no meio ambiente. O turismo promove, desenvolve a localidade. Políticas Públicas e privadas para melhor educação, mas às vezes pode degradar o meio ambiente, ser mais predatório.
2	Complementando, hoje como seres humanos e estudantes, o turismo nos liga a uma consciência de coletividade, onde todos possam se tornar responsáveis, não só a sustentabilidade, mas de atitudes sustentáveis: o uso da energia, da água, de não ter lixo em lugares indevidos, estabelecer uma migração do lixo, que não é só saber depositar, o lixo pode ser energia. É ter a noção de pertencimento que faz a diferença; passar isso como educação, autoconhecimento e reeducando o indivíduo.
3	O meio ambiente é um dos principais meios para que o turismo exista. Sustentabilidade é um dos pilares que o turismo está tratando. Do tipo a sustentabilidade econômica.
4	O turismo tem que perguntar aos nativos, como e se eles querem aquele tipo de turismo.
5	O turismo quando é desenvolvido de forma sustentável, pode melhorar a vida dos nativos. Exemplo: Saber fazer a separação do lixo, sinalizações.

Ainda sobre o eixo 1- questão 2: **-Em quais componentes curriculares vocês identificam os conteúdos ambientais no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo e que são fundamentais para a relação entre Turismo e Meio Ambiente? Como esses conteúdos são trabalhados em sala de aula?**, analisando-se as narrativas dos estudantes dos 3º e 4º módulos manhã e noite, identificados como 7e 2, 3º M; 2-4-5-6-7, 3º N; 2-6-7-8-9-10-11 e 12, 4º M, e 2-3-6 e 4, 4º N, percebe-se que os estudantes dos 3º e 4º módulos relacionaram em comum os componentes curriculares: Gestão Ambiental, Ecoturismo, Patrimônio Cultural e Geografia do Turismo Geral e Regional, como aqueles cujos conteúdos convergem para questões ambientais, ressaltando a relação teórico- prática vivenciada por meio das incursões em textos e nos debates e vivências advindas das visitas técnicas a ambientes específicos relacionadas a atividades turísticas, bem como os impactos ambientais decorrentes de empreendimentos existentes nesses ambientes, como hotéis e resorts, por exemplo.

Destaque-se que os estudantes do 4º módulo acrescentaram como destaque, além dos componentes curriculares apontados anteriormente, o de Planejamento e Organização de Eventos que contempla boas práticas sustentáveis e o de Gestão Ambiental e Ecoturismo, que direciona o processo do ensino para uma fundamentação mais específica. Fizeram referência às visitas técnicas, cujas análises dos impactos ambientais nos locais visitados foram objeto de

diálogos também em sala de aula, por meio de componentes curriculares, como o de Direito Aplicado ao Turismo e Geografia do Turismo, por exemplo.

Fizeram, ainda, alusão a conteúdos transversais trabalhados no curso, por meio de uma metodologia pautada num processo interdisciplinar, referindo-se também à experiência prática de assistir a uma defesa de TCC sobre Licença X Certificação, consubstanciando, todas essas ações e atividades, a relação teoria x prática tão necessária à consolidação e entendimento dos conceitos estudados pertinentes a turismo e meio ambiente.

Após essas análises, percebe-se que todos esses processos são importantes, para que os estudantes envolvidos nesta pesquisa pudessem fazer uma relação segura entre Turismo e Meio Ambiente, respondendo ao questionamento que lhes foi feito nas rodas de conversa e fornecendo subsídios para que se possa inferir que o curso objeto desta pesquisa trabalha conteúdos e práticas pedagógicas que contribuem para a formação do sujeito ecológico.

Segue abaixo a tabela com as respostas dos estudantes com relação a 2ª questão:

RESPOSTAS DAS RODAS DE CONVERSA: Eixo 1 – Turismo e Meio Ambiente	
Questão 2 -Em quais componentes curriculares vocês identificam os conteúdos ambientais no curso de Gestão de Turismo, que são fundamentais para a relação entre Turismo e Meio Ambiente? Como esses conteúdos são trabalhados em sala de aula?	
3º Módulo – Manhã	
Sujeito	
	Os sujeitos 7 e 2 apresentaram falas
7	Ecoturismo e Gestão Ambiental.
2	Geografia do Turismo Regional e Geral, Patrimônio Cultural, Teoria Geral do Turismo I e II, Direito Aplicado ao Turismo e Planejamento e Organização do Turismo.
3º Módulo – NOITE	
	Os sujeitos 2, 4, 5, 6 e 7 apresentaram falas
2	Nas visitas técnicas ao Resort Nanai, em Porto de Galinhas, verificaram os impactos ambientais resultantes desse empreendimento, como em Salinas(Maragogi) também, uma vez que concentra toda a infraestrutura local à beira do mangue e do mar.
4	Geografia Geral e Regional, TGT1 e 2, Direito Aplicado ao Turismo. Planejamento e Organização do Turismo. Em duas visitas técnicas ao Vale do Catimbau (Buíque-PE), a turma observou os impactos e fluxos do Turismo e a falta de fiscalização (Geografia Geral). Em sala de aula, foram mostrados os impactos do Turismo, por meio das aulas de Geografia Regional: Seminários, textos e livros, debates e artigos. Direito Ambiental: Estudos de Impactos Ambientais. Em TGT: Impactos dos Resorts; onde se verificam produtos vindos de outros países não aproveitando os produtos locais.
5	Ecoturismo e Gestão Ambiental.

6	Questionaram até que ponto as atividades turísticas são sustentáveis, esse conteúdo foi discutido por comparações entre os Resorts visitados. Precisa-se ver o impacto ambiental. “Muitas vezes, uma cidade pequena não suporta a quantidade de turistas, .
7	O grupo constatou a falta de fiscalização sem garantia, de controle. Privatização dos espaços, causando um isolamento, incomodando os nativos.
4º Módulo– Manhã	
Sujeito	Os sujeitos 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 apresentaram falas
2	No 4º ver mais a prática com ramos meios específicos.
6	Gestão Ambiental, Geografia do Turismo, Sociologia do Turismo, Geografia Regional e Teoria Geral do Turismo.
7	Planejamento e Organização do Turismo, Planejamento e Organização de Eventos, Patrimônio Cultural, Destinos Turísticos.
8	No 4º período o turismo com a visão de minimizar os impactos. Patrimônio e POT foram em Porto e Vila de Nazaré). Visita técnica em trilha, Eventos trabalha questões como uso do papel.
9	Educar em prática com o agir o em relação à sustentabilidade. Preocupação ambiental. Conteúdo e Prática.
10	Conteúdo sustentabilidade em sala de aula.
11	Visita Hotel Fazenda – Gravatá práticas sustentáveis – tanto para o visitante (oficina de reciclagem para crianças) horta e tratamento d’água.
12	Abordagens diferentes em cada componente curricular, conteúdo técnico, visitas técnicas, atividades que exigiam uma visão de sustentabilidade.
4º Módulo – NOITE	
Sujeito	Os sujeitos 2, 3, 6 e 4 apresentaram falas
2	Em Ecoturismo e nas Geografia Regional e Geral, com uso da interdisciplinaridade, foi se trabalhando de forma micro e macro. No Ecoturismo os conceitos de rural e urbano foram trabalhados, pois na teoria numa cidade urbana pode-se ter a prática do Ecoturismo. Na prática - Hotéis fazenda, a sustentabilidade sendo bem trabalhada; as placas de energia. Assistir a uma defesa de TCC sobre licença X certificação.
3	Gestão ambiental e Ecoturismo trabalham a relação do Turismo com o Meio ambiente. Visita Técnica, atividades ecologicamente corretas, quanto ao lixo e o uso de placas de energia solares.
6	Desde o primeiro módulo, tratam de certa forma o assunto Meio Ambiente. Patrimônio Cultural.
4	Em Geografia Regional, cada município dar retorno do investimento, para receber o programa PRODETUR.

Nesse eixo, que apresenta a relação do Turismo com o Meio Ambiente, além das narrativas dos estudantes, é necessário, para um embasamento científico, trazer as contribuições dos teóricos que foram estudados nesta pesquisa.

Por meio dessas contribuições, é possível inferir a importância do planejamento para o desenvolvimento das atividades turísticas, com foco na sustentabilidade planetária e no avanço da conscientização da coletividade para a sustentabilidade.

A inclusão de práticas pedagógicas que trabalhem a responsabilidade individual e coletiva, com relação à preservação do meio ambiente, é também importante nesse planejamento, assim como a abordagem pedagógica dos conteúdos relativos aos componentes curriculares que tratam do meio ambiente de forma transversal.

É importante destacar as ações empreendidas para se preservar o meio ambiente e o desenvolvimento Sustentável, destacando-se, entre elas: a Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente humano (1972); na Suécia, o Relatório da Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento (Relatório de Brundtland, 1987) e a ECO 92, no Rio de Janeiro (CARVALHO, 2012).

Sobre esses aspectos, Santos (2004) apresenta o surgimento de uma nova relação do governo voltada ao planejamento de políticas públicas direcionadas a questões ambientais, com propósitos comuns de sustentabilidade em âmbito global, envolvendo outros países representantes da Terra, para firmarem acordos internacionais.

Nesse sentido, Teles (2011) fundamenta a necessidade de todos os atores envolvidos nessas ações terem a responsabilidade de perceberem e tratarem os recursos naturais como fonte esgotável e limitada, visando à preservação ambiental para as futuras gerações.

Teles (2011) enfatiza, ainda, a necessidade de se estabelecer uma relação das atividades turísticas com o meio ambiente, para que os profissionais qualificados nessa área possam, por meio de sua gestão, desenvolvam ações que venham a minimizar os impactos causados pelas atividades turísticas no meio ambiente, entendendo-se esse em suas várias dimensões.

Ainda sobre essa temática, Theobald (2001) demonstra a preocupação com o crescimento da atividade turística e os impactos causados pela ação do ser humano nas áreas de destinos dessas atividades, o que pode gerar impactos negativos, se não forem bem planejadas, atentando para a sustentabilidade ambiental.

Ainda embasada nos teóricos estudados nesta pesquisa, percebe-se que Pádua (1997) faz referência à importância da educação ambiental como um aumento de conhecimentos, mudanças de valores e aperfeiçoamento de habilidades que despontam de um aprendizado.

Voltando a Teles (2011), verifica-se que aborda a necessidade da inclusão de práticas pedagógicas na escola, pautadas nas atividades desenvolvidas pelo setor turístico, o que contribuirá em suas ações para a consciência da responsabilidade de preservação do meio

ambiente. Sugere, ainda, que haja na matriz curricular uma orientação embasada na sustentabilidade.

Retomando as narrativas dos estudantes, constata-se que no curso em estudo, muitos conteúdos relacionados a questões ambientais são trabalhados de forma transversal, enriquecendo e ampliando os conhecimentos dos estudantes sobre meio ambiente e sua sustentabilidade.

Destaque-se que o estudo de temas transversais sobre essa temática encontra-se já referenciado no PPC do curso, na página 24, quando faz menção à preocupação com uma formação holística e cidadã do gestor de turismo, a fim de atuar com ética, compromisso social e responsabilidade ambiental. Acrescente-se a isso que conceito de transversalidade de conteúdos também faz parte do posicionamento de Carvalho (2012), estudado nesta pesquisa.

Após essa análise entre as narrativas dos estudantes e o que os teóricos acima referenciados defendem, é possível se inferir que essas narrativas consubstanciam os pensamentos defendidos por esses teóricos e corroboram a afirmativa de que há contribuições no curso em estudo que levam à formação do Sujeito Ecológico.

6.3.2 Eixo 2 - Boas Práticas Ambientais

Nas narrativas dos estudantes dos 3º módulos, denominados como 6-4-13-3-5-14-2 e 10, 3º M; 3-4-8-9 e 1, 3º N referentes ao **Eixo 2 – Boas Práticas Ambientais- Questão 3 – Qual o significado para vocês de boas práticas ambientais?**, constata-se que eles fazem comentários sobre as boas práticas ambientais por meio de exemplos relacionados à vivências ocorridas durante o curso, desenvolvidas por meio de diversas metodologias utilizadas pelos professores ao trabalharem conceitos e práticas que destacam a importância de se preservar conscientemente os recursos naturais, o que terá reatamento nas futuras gerações.

Destacam, assim, a importância de se observar e vivenciar as boas práticas ambientais, relativas à preservação do meio ambiente, o que trará impactos positivos para as futuras gerações, apresentando nas narrativas alguns exemplos de boas práticas ambientais e de comportamentos que geram impactos negativos, quando não se observam essa responsabilidade com o meio ambiente em suas várias dimensões.

Os estudantes dos 4º módulos, denominados 3-8-4-11-13 e 14, 4º M; 6-2-4 e 3, 4º N, também fizeram referência a boas práticas ambientais a serem observadas, evidenciando a educação como fator fundamental para o desenvolvimento das boas práticas ambientais, especificamente no que se refere a atividades turísticas, uma vez que essas atividades

precisam ser bem planejadas, estudando-se previamente o local e o público a que se destinam, a fim de que não agredam o meio ambiente, respeitando, assim, a geografia local e seus habitantes, verificando os impactos econômicos, sociais e culturais que esses eventos ou empreendimentos podem causar ao local e a seus habitantes.

Externaram, assim, a importância de se ter conhecimento de boas práticas ambientais e executá-las conscientemente, o que permitirá a utilização dos recursos naturais aliados à preservação do meio ambiente. Destacam, dessa forma, a importância dos conhecimentos dessas boas práticas desde o ensino médio, quando conheceram os conceitos dos três erres: reutilizar, reorganizar e reduzir, trazendo-os para se unirem aos novos conhecimentos advindos do curso em estudo.

Destacaram, também, a importância das aulas práticas nesse processo de construção de conhecimentos, dando-lhes, por meio dessas vivências, subsídios para atuarem de forma consciente e cidadã, diante dos recursos naturais, o que contribui para a preservação do meio ambiente de forma sustentável, originando uma relação harmônica entre os seres humanos e a natureza.

Destacam que esse agir consciente é uma das premissas de sua atuação, enquanto gestores de turismo, apresentando exemplos de boas práticas e exemplos do que não se deve fazer, para que o meio ambiente não seja agredido, o que contribui para se inferir que o curso em estudo aponta para a formação do Sujeito Ecológico.

Conforme apresentação da tabela, referente as narrativas dos estudantes, a seguir:

RESPOSTAS DAS RODAS DE CONVERSA: Eixo 2 – Boas Práticas Ambientais	
Questão 3 – Qual o significado para vocês de Boas Práticas Ambientais?	
3º Módulo – Manhã	
Sujeito	Estudantes 6,4,13,3,5,14,2 e 10 apresentaram falas
6	Exemplo: Em Noronha, foram proibidos produtos descartáveis. O uso da eletricidade solar e patinetes elétricos na Conde da Boa Vista.
4	O Turismo não pode ser visto como salvador da pátria. Noronha deu o primeiro passo para dar maior visibilidade a ações sustentáveis.
13	Importante haver consumo consciente. Exemplos: eco bags, canudos de metal, diminuição de tempo de banho. Uso das águas das chuvas para descargas em banheiro.
3	Exemplo hotéis utilizando água da chuva para essa finalidade.
5	O IFPE utiliza placas solares e lixeiras de reciclagem (exemplos)
14	Uso de carros elétricos, bicicletas, biocombustível - ainda com consumo tímido no Brasil.
2	Hábito de andar de bicicleta ainda resumido, só aos domingos, visto ainda como lazer.
10	Uso de patinetes elétricos: forma tímida e sem regulamentos.
3º Módulo – NOITE	
Sujeito	Estudantes 3,4,8,9 e 1 apresentaram falas
3	Observação para os três erres: reutilizar, reorganizar e reduzir (ensinado desde o Ensino Médio).
4	Energia solar usada nos hotéis, melhora o impacto ambiental (proposta)
8	Grande parte dos hotéis utilizam a energia hidroelétrica, que é fonte limitada (exemplo)
9	Exemplos de práticas negativas: jogar esgoto na praia e lixo. Práticas positivas: evitar a poluição das águas e rios e conscientização individual.
1	Necessidade de conscientização a partir de casa: a questão da água, do lixo e da energia. Pensar de forma micro para levar para o macro.
4º Módulo - Manhã	
	Estudantes 3,8,4,11,13 e 14 apresentaram falas
3	Boas práticas são as que fazem com que o ambiente e a natureza sejam preservados.
8	Práticas como: reciclagem trabalhada em visita técnica. Trabalhar na comunidade a consciência de preservação.
4	Nos hotéis haver reaproveitamento de água /energia solar/ horta prática – adubo – plantação, ...
11	Através de oficina com crianças, ensinando a cuidar da horta.
13	As boas práticas ambientais permitem promover a utilização dos recursos naturais aliados à preservação do meio ambiente.
14	Repensar as questões do Turismo quanto à redução da quantidade de pessoas nos locais causando menos impacto.
4º Módulo – NOITE	
	Estudantes 6,2,4 e 3 apresentaram falas
6	Tratar de forma respeitosa e com responsabilidade o meio ambiente. Antes

	não sabia nada sobre o assunto, foi satisfatório.
2	A educação é muito importante para as pessoas terem hábitos saudáveis e assim não agredirem a natureza, como os rios por exemplo. Outra questão é a das tinturarias. Deveria ter uma legislação de certificação ativa nesse sentido. No curso, já iniciar com boas práticas ambientais e ver as negativas, para se preservar o planeta.
4	São as que respeitam a geografia, o povo e as atividades econômicas do local. Inserir o nativo na rede de produção. Informações sobre boas práticas ambientais foram apresentadas nas visitas técnicas, filmes e seminários.
3	Respeitar e cuidar do meio ambiente, para reservá-la. Ver a capacidade turística X fatores ambientais onde será desenvolvida (quais os fatores estruturais e ambientais do local). Ver se tem a bandeira azul e verificar se a preservação do local está sendo bem realizada, respeitada.

Ainda sobre o eixo 2 – Boas Práticas Ambientais, questão 4 – Como são apresentadas as boas práticas ambientais no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – Campus Recife, observa-se que os estudantes denominados 7-10-4-6-5 e 2, 3º M; 1-2-3-4-5-6 e 7, 3º N, pertencentes ao 3º módulo manhã e noite, destacam que informações sobre boas práticas ambientais já são apresentadas no curso em análise desde o seu início, por meio de exemplos práticos próximos à realidade dos estudantes, o que ajuda bastante na conscientização deles quanto à necessidade de se respeitar o meio ambiente nas suas várias dimensões.

Destacam, também, que referências a boas práticas ambientais são feitas durante as visitas técnicas realizadas num processo de teoria x prática (hospedagem, por exemplo), momento em que os docentes apontam os bons exemplos a serem seguidos e os impactos negativos da não utilização de boas práticas ambientais pelos gestores de turismo, como também pela população do local onde as atividades turísticas estão sendo realizadas, deixando antever que, no desenvolvimento de componentes curriculares como Patrimônio Cultural, por exemplo, referências a boas práticas ambientais se fazem presentes.

Ressaltam, todavia, que existem boas idéias sobre planejamento sustentável, porém elas precisam ser postas em prática, já externando ter entendimento de que essas boas práticas devem fazer parte dos planejamentos turísticos, a fim de que o respeito à natureza e o cuidado com a coletividade sejam elementos norteadores das atividades a serem realizadas, antevendo-se, assim, práticas e processos que contribuem para a formação do Sujeito Ecológico.

Os estudantes dos 4º módulos, denominados 4-14-6-8-7-15-16 e 9, 4º M; 6-4-5-3 e 2, 4º N, também fizeram referência à necessidade de se usarem conscientemente os recursos naturais, ressaltando que a construção de conhecimentos sobre essa temática se deu por meio

de vários processos, destacando os componentes curriculares Ecoturismo e Gestão Ambiental como exemplos disso.

Fizeram, ainda, alusão à importância do planejamento das atividades turísticas, devendo para isso se observar a capacidade do local. Externaram também a necessidade de se conscientizar a população da localidade onde os eventos vão ser realizados, quanto à importância de se preservar o meio ambiente, conseqüentemente os recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e melhorando a qualidade de vida dos habitantes dessas localidades.

Com relação às formas de trabalho sobre boas práticas ambientais, abordadas no curso, pontuam que foram trabalhadas através de visitas técnicas, estudo de casos, artigo, palestras, atividades em grupo, júri simulado, filmes, seminários, execução de eventos destacando-se nesse processo o item responsabilidade ambiental.

É importante ressaltar que nas narrativas apresentadas pelos estudantes, tanto dos 3º módulos quanto dos 4º módulos, elas trazem uma percepção empírica das boas práticas ambientais apresentadas por meio de exemplos.

Percebe-se que os estudantes dos 4º módulos se preocupam com o planejamento turístico para o local em que a atividade turística vai ser desenvolvida, respeitando a geografia, o povo e as atividades econômicas, sociais e culturais do local, ressaltando que deve haver o envolvimento dos habitantes do local do evento, nas tomadas de decisão em relação ao que vai ser realizado; enquanto os dos 3º módulos fazem referência maior a exemplos a serem seguidos, observando-se as boas práticas ambientais, descartando aquelas que não observam esse procedimento.

Constata-se, portanto, nas narrativas desses estudantes, que eles têm conhecimento de boas práticas ambientais, sendo essas vivenciadas e trabalhadas no curso objeto desta pesquisa, por meio de várias formas, o que permite inferir que existe nesse processo de formação conteúdos e práticas pedagógicas que contribuem para a formação do sujeito ecológico.

Seguem as narrativas dos estudantes que responderam a 4º questão do eixo 2 e que fundamentaram a análise acima apresentada.

RESPOSTAS DAS RODAS DE CONVERSA: Eixo 2 – Boas Práticas Ambientais	
Questão 4 – Como são apresentadas as boas práticas ambientais no curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – <i>Campus Recife</i>?	
3º Módulo – Manhã	
Sujeito	Estudantes 7,10,4,6,5 e 2 apresentaram falas
7	Na cadeira de Patrimônio Cultural, quando estávamos hospedados, percebemos a preservação da natureza local.
10	Procurar não deixar o lixo em qualquer lugar. O curso faz você olhar mais para a cidade de Recife.
4	Não usar papel toalha e reduzir descartáveis; usar menos detergente, trocar produtos por biodegradáveis.
6	O incentivo de produtos reutilizáveis. Utilizar outros produtos menos agressivos.
5	Utilizar no dia a dia práticas sustentáveis como copos não descartáveis.
2	Trocar garrafas de vidro por garrafas retornáveis. Existem muitas ideias sobre planejamento sustentável, mas não postas em prática.
3º Módulo – NOITE	
Sujeito	Estudantes 1, 2, 3,4,5, 6 e 7 apresentaram falas
1	Através de exemplos. Os professores buscam no máximo trazer situações que acontecem próximas a nós. Um exemplo foi o último carnaval (próximo ao Shopping Paço Alfândega) os resíduos deixados foram para o rio. Como exemplo bom, cita-se Fernando de Noronha e cidades próximas.
2	As boas práticas são mais apresentadas através de exemplos que não devem ser seguidos. A conscientização vem mais por meio de estudos de caso e discussão de como seriam as melhores soluções diante desse caso.
3	Por meio de palestras, relacionadas ao meio ambiente; orientações feitas em sala de aula (ensino dos professores) etc.
4	Utilização de lixeiras de coleta seletiva, avisos para reduzir consumo de energia, palestras, diálogos em sala de aula.
5	São apresentadas pelas disciplinas, já citadas, de maneira bem didática em que são apresentadas todas as boas maneiras, suas formas e consequências.
6	Através de palestras, aulas de campo, estudos de caso entre outros.
7	Associar o conteúdo às práticas diárias dos trabalhos turísticos e também na vida pessoal, disseminando o que foi aprendido em sala de aula.
4º Módulo - Manhã	
Sujeito	Estudantes 4,14,6,8,7,15,16 e 9 apresentaram falas
4	Visitas Técnicas.
14	Estudo de caso, aulas contextualizadas.

6	Todos os professores estimulam a pensar sobre questões ambientais. Estudo de caso, artigo.
8	Através de Políticas Públicas.
7	Palestras
15	Atividades em grupo Geografia / Patrimônio Natural. Júri simulado em TGT1 – Direito Aplicado.
16	Todos os professores estimulam a pensar sobre questões ambientais. Seminários
9	Práticas utilizadas em eventos, configurando responsabilidade ambiental.
4º Módulo – NOITE	
Estudantes 6,4,5,3 e 2 apresentaram falas	
6	Tratar de forma respeitosa e com responsabilidade o meio ambiente. Toda a bagagem de conhecimento foi construída no Curso Superior em Gestão de Turismo, principalmente nos componentes curriculares Ecoturismo e Gestão Ambiental.
4	Respeitar a geografia do lugar, assim como respeitar a atividade turística do local, além de inserir os nativos na rede de produção. Apresentadas através de visitas técnicas, seminários e filmes.
5	Aprendeu no curso a experiência de saber da responsabilidade como gestor de turismo, não só do povo que chega e que sai da localidade, vai além disso. Muitas coisas já foram melhoradas, mas ainda precisa de melhorias – ecoturismo (principalmente nas questões das chuvas, envolvendo alagamentos, além do lixo e óleo doméstico. Há um despreparo de planejamento. Mais campanha de conscientização tanto para os nativos, quanto para os turistas.
3	Boas práticas referem-se a respeitar e cuidar, para que haja preservação do Meio Ambiente. Através de conteúdos entender a capacidade turística X fatos estruturais e ambientais; certificado da bandeira azul, através da qual se verifica a qualidade da preservação, respeitando o local.
2	A educação é importante para a pessoa ter a consciência de não fazer coisas que degradem o meio ambiente, como poluir os rios. Importância da certificação. O curso já inicia com a intenção das boas práticas para preservar o planeta. O curso traz informações da Eco -92, eventos, percepção de limitação através de programas; conscientização sobre boas práticas para preservação do ambiente em que vivemos.

Ainda sobre o Eixo 2 – Boas Práticas Ambientais - Questão 5 – Para vocês de que forma suas experiências e/ou vivências anteriores no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – Campus Recife - ajudaram na construção de boas práticas ambientais ?, sobre esse questionamento, os estudantes dos 3º módulos manhã e noite, denominados 14-12-4-5-7-10-2-6-1 e 8 3º M; 1-2-3-4-5-6 e 7,3º N, afirmaram que, por meio do curso em análise, obtiveram conhecimentos específicos sobre o que sejam boas práticas ambientais, o que contribuiu para que eles tivessem uma visão crítica sobre os impactos ambientais advindos das atividades turísticas realizadas, ampliando a sua visão e

entendimento sobre a relação turismo e sociedade, levando-os a pensar sobre o seu trabalho como gestor de turismo.

Ressaltaram também a necessidade de se trabalharem conceitos e práticas ambientais desde a pré-infância, a fim de que se tenham conhecimentos sobre o que seja meio ambiente e a importância de preservá-lo, uma vez que as crianças serão futuros agentes de mudanças e essas informações passarão de geração a geração, fortalecendo, assim, os conceitos e posturas do ser humano frente aos recursos naturais, frisando, ainda, a necessidade de se pensar a natureza como patrimônio ambiental.

Fizeram referência também às vivências realizadas nas aulas de campo, ressaltando nesse processo a atuação de muitos professores do curso, despertando neles o cuidado com o meio ambiente, num processo de construção realizado por meio do binômio teoria x prática, aproximando os conhecimentos construídos em sala de aula à realidade.

Todas essas experiências foram importantes para eles fortalecerem o senso crítico em relação a posturas do ser humano frente à natureza, entendendo a importância de se respeitar e cuidar do meio ambiente, tendo a real certeza da finitude dos recursos naturais, percebendo a responsabilidade, enquanto gestor de turismo, de planejar suas atividades sem descuidar da sustentabilidade ambiental, entendida em suas múltiplas dimensões.

Ainda sobre as narrativas desses estudantes, identificam-se citações de experiências individuais vivenciadas por alguns deles, em diferentes cursos, como: Técnico de Guia de Turismo, Técnico em Saneamento Ambiental do *Campus* Recife, Técnico em Química, Técnico em Gestão de Turismo, além dos conhecimentos obtidos no curso de Jornalismo de nível médio. Acrescentam a isso as informações sobre boas práticas ambientais vivenciadas no seio familiar.

Citaram também um intercâmbio realizado com a Nova Zelândia, um trabalho voluntário cujas ações estavam voltadas à melhoria do meio ambiente, sendo essa atividade mais um elemento importante para aprofundamento dos conhecimentos sobre a temática em questão.

Os estudantes participantes dos 4º módulos manhã e noite, denominados 16-3-8-4-2-5-15 e 9, 4º M; 2-4 e 5, 4º N, apresentam em comum, nas suas falas, a construção do saber nas vivências das boas práticas ambientais e destacaram a família como base imprescindível para essa construção.

Além dessas vivências obtidas pela educação informal, destacaram a construção de novos conhecimentos sobre meio ambiente e boas práticas ambientais advindos das aulas

teóricas e das vivências práticas desenvolvidas no curso em estudo, sendo imprescindível para o ser humano a boa relação com o meio em que vive.

Conclui-se que todas essas fontes e vivências permitiram, tanto aos estudantes do 3º como os do 4º módulos construir conhecimentos importantes sobre o meio ambiente e boas práticas ambientais, ressaltando que esses conhecimentos foram aprofundados e ampliados no curso objeto desta pesquisa, dando-lhes suportes científicos e tecnológicos para atuarem como gestor de turismo, agindo com uma postura ética e cidadã diante do mundo no qual está inserido, podendo-se inferir, portanto, que os ensinamentos, práticas e processo pedagógicos vivenciados no curso em estudo são fontes de contribuição para a formação do Sujeito Ecológico.

As análises acima dispostas referem-se às narrativas constantes na tabela a seguir:

RESPOSTAS DAS RODAS DE CONVERSA: Eixo 2 – Boas Práticas Ambientais	
Questão 5 – Para vocês de que forma suas experiências e/ou vivências anteriores no curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – <i>Campus Recife</i> - ajudaram na construção de Boas Práticas Ambientais?	
3º Módulo – Manhã	
Sujeito	Estudantes 14,12,4,5,7,10,2,6,1 e 8 apresentaram as falas abaixo
14	O curso me ajudou a ter uma visão mais ampla do turismo e da sociedade.
12	O curso ajuda a ter um olhar mais crítico. Ex. Discutimos muito sobre os pets.
4	Procurar durante o carnaval usar as pedrinhas biodegradáveis ao invés de glitter, para agredir menos o meio ambiente, já refletindo uma visão de sustentabilidade trabalhada no componente curricular. Em comparação entre Recife e Japão, por exemplo, há maior dificuldade coletivamente em relação aos direitos e políticas públicas.
5	Antes do curso, via os impactos ambientais, mas não tinha consciência sobre eles; me ajudou também a pensar no nosso trabalho como gestor. Exemplo: soluções para o transporte do Rio Capibaribe.
7	Nas escolas deve-se, desde a pré- infância, ser conscientizados sobre as questões ambientais.
10	Quando pensamos em patrimônio, pensamos em patrimônio ambiental.
2	São hábitos familiares que passam de geração em geração. Ter um olhar crítico com mais amor e atenção, pois as crianças são os futuros agentes de mudança.
6	Exemplificou como prática ambiental, as cidades esponjas.
1	É necessário antes da limpeza, conscientização das pessoas, se educando sempre.
8	Existe nas escolas uma carência sobre sustentabilidade, só a família passa alguma referência
3º Módulo – NOITE	
Sujeito	Estudantes 1, 2, 3,4,5, 6 e 7 apresentaram as falas abaixo
1	Para mim, confirmou mais o sentimento que tinha dentro de mim, pois já tinha aprendido várias práticas no curso técnico em Guia de Turismo, por meio da cadeira de Preservação do Meio Ambiente, então atrelou mais os meus conhecimentos. Reforçando, assim, o dever que eu tenho de sempre procurar causar o mínimo de impacto possível ao meio ambiente. E sempre procurar depositar em locais específicos os meus resíduos.
2	Eu já estudei Saneamento Ambiental no IFPE, o que contribuiu muito para a construção do meu senso crítico tanto do curso de Turismo, quando pude entrelaçar os conhecimentos adquiridos e reforçar minha conscientização e protagonismo nas boas práticas ambientais.
3	Lixeiros para preservar (deixar a sala limpa); trabalhos entregues via e-mail (sem precisar de papel) e etc.
4	Com as leituras sobre poluição, destruição do meio ambiente, vivências do dia a dia, conversas sobre sociabilização de energia e água. Reuniões de pauta (tenho

	formação em Jornalismo); matérias e pesquisas que fiz sobre a temática.
5	As minhas vivências baseadas em aula de campo ministrada pelos professores Wedmo e Márcia, nos levaram a realidades tão próximas, e nos mostraram as consequências negativas. A vivência ou conhecer a realidade traz mais sentido para compreender os assuntos abordados em sala.
6	No ensino médio alguns professores desenvolveram atividades e falaram sobre a importância de cuidar do meio ambiente, pois é dele que nos utilizamos para respirar, alimentar, entre outros. Então se eu não cuidar da melhor forma, um dia esses recursos podem acabar. No curso de gestão de turismo foram mais palestras mostrando a importância desse assunto para a sociedade e o cuidado com o meio ambiente reflete nas escolhas do turista.
7	Todas das quais se tiver ciência de que vão contribuir com as necessidades de preservação e cuidados ambientais. Ex.: Atividades sustentáveis, exercitar redução do consumismo, optar por reutilização de produtos; sempre que possível, economizar água, transmitir esses conhecimentos para terceiros, entre outros
4º Módulo– Manhã	
Sujeito	Estudantes 16,3,8,4,2,5,15 e 9 apresentaram as falas abaixo:
16	No curso, trabalha essa questão do planejamento ambiental. Rotulação do meio ambiente causando degradação, foi visto no curso.
3	- No Ensino Médio, em eventos.
8	Antes ia a um local e só o via no sentido de explorá-lo. A partir do curso, houve a consciência de preservação.
4	No ensino fundamental e médio a conscientização sobre a água e a poluição. No curso são trabalhadas as práticas e realidades no turismo. Intercâmbio – Trabalho voluntário na Nova Zelândia, com interferência para melhorar o meio ambiente.
2	Só se tem noção, quando se vivencia. Exemplo: Na praia de Itamaracá, o recolhimento do lixo. Nesse dia, começou a minha consciência.
5	A família. No curso Técnico em Química se abordam os conteúdos ambientais. Juntando as experiências do curso de turismo, isso agregou valores a essas práticas.
15	Influência de pai, da família; sobre a água, a comida o lixo. O curso estimulou mais a conectar ações relacionadas à área sustentável.
9	A família desde pequeno. No ensino fundamental, estudei sobre essa preocupação. No curso de Turismo- através de contatos com artigos, seminários; abriu mais a mente para a demanda turística e os impactos de advindos.
4º Módulo – NOITE	
Os sujeitos 2,4 e 5 apresentaram falas	
2	Reciclagem (vivência anterior).

4	No trabalho, aprendi onde colocar os restos dos produtos relacionados a cada material. E na Educação Física (na Polícia Civil) a educação prévia para ter boas práticas de preservação dos bichos na natureza.
5	Educar para que os netos e bisnetos possam usufruírem do meio ambiente hoje e no futuro.

Neste eixo, Boas Práticas Ambientais, é importante fazer uma associação entre essas narrativas e os conceitos sobre sustentabilidade e boas práticas ambientais nas atividades turísticas, apresentados por alguns teóricos que embasaram esta pesquisa.

Na abordagem de Alecrim (2007), o conceito de sustentabilidade é fundamentado em uma educação que contempla a natureza e a cultura do núcleo receptor, possibilitando a conscientização dos atores envolvidos na atividade, tanto a população receptora, como os visitantes, despertando a necessidade de se preservar o meio ambiente em todas as atividades a serem desenvolvidas.

Sobre isso, Azevedo (2005) ressalta a importância de uma participação mais efetiva da população nos requisitos planejamento, implementação e fiscalização das atividades estabelecidas em cada localidade, de acordo com suas especificidades.

Freire (1996) aborda a natureza da prática educativa, com base na ação formadora, em que educadores e educandos pautam o processo de ensino e aprendizado no rigor da ética. Apresenta em sua abordagem a reflexão crítica diante da prática, com foco na exigência entre a relação teoria/ prática, o que oportuniza discussões, com o objetivo de alinhar os saberes fundamentais estabelecidos como conteúdos obrigatórios. Fundamenta, ainda, que o ensinar proporciona possibilidades para uma construção do saber, pois nesse processo existe um transmitir de conhecimentos em que todos aprendem, tanto quem ensina, como quem é espectador.

Freire elenca alguns caminhos tanto quanto importantes no desenvolvimento das práticas educativas, em que o ensinar exige pesquisa; exige respeito aos saberes dos educandos; exige reflexão crítica sobre a prática, pressupostos referenciados nas narrativas analisadas.

Telles (2011) aborda a necessidade de reflexões, nas escolas, sobre a inclusão de práticas pedagógicas em que desenvolvam discussões sobre a preservação do meio ambiente. Defende, ainda, a inserção na matriz curricular de uma orientação embasada na sustentabilidade global.

Esse fato corrobora a necessidade de se debruçar sobre questões que conduzam a práticas e vivências voltadas ao respeito e cuidado com o meio ambiente e a relação do ser humano com esse *locus existencial*. Aspectos esses presentes nas falas dos estudantes.

Sobre essa temática, Carvalho (2012) apresenta o ideal do ser e viver, como uma construção orientada por decisões e escolhas de pessoas que acreditam e buscam experiências cotidianas referendadas em atitudes e comportamentos ecologicamente equilibrados. Nessa perspectiva ressalta-se a condição histórica do ser humano, base fundamental para o pertencimento do conhecimento, além de demonstrar a capacidade de o indivíduo poder intervir no mundo e transformá-lo como sujeito participante.

A abordagem de Gaspar (2019) sobre educação aparece nas falas dos estudantes. Gaspar (2019) fundamenta a educação como um processo de desenvolvimento de capacidade intelectual, desde criança até na fase adulta, inerente ao ser humano. É um processo singular, associado quase sempre à escola. Esse conceito fica percebido na fala de alguns estudantes, como apresentado nas análises anteriores.

Os estudantes, ainda, destacam a base familiar como parte desse processo de construção de conhecimentos. Sobre esse ponto, Gaspar (2019) afirma que a interação entre educação formal e informal concentra-se na idéia da aquisição cognitiva de um conceito adquirido pela espontaneidade ou pela ciência, processo gradativo e sempre em construção. Mais uma vez a falas dos estudantes consubstancia essa afirmativa, quando falam da aquisição de conhecimentos por meio de vivências formais e informais.

Convém destacar que Swarbrooke (2000) cita o Turismo Sustentável não apenas como uma proteção ao meio ambiente, mas também como um olhar de viabilidade econômica e instrumento de viabilidade sócia, viés também encontrado na fala de alguns estudantes.

Diante do exposto e, associando as narrativas dos estudantes a esses conceitos, constata-se que eles podem ser identificados nas falas dos estudantes sujeitos desta pesquisa, dando subsídios para que se possa afirmar que há no curso objeto deste estudo contribuições que propiciem a formação do Sujeito Ecológico.

6.3.3 Eixo 3 - Sujeito Ecológico

No eixo 3 – Sujeito Ecológico- **Questão 6 – O que vocês compreendem sobre “Sujeito Ecológico”?** depreende-se nas narrativas dos estudantes dos 3º e 4º módulos, identificados como 10-14-4-3-2 e 6, 3º M; 1-2-3-4-5-6 e 7, 3º N; 6-8-3-16 e 5, 4º M; 4-2 -5 e

7, 4º N, que eles compreendem o que seja sujeito ecológico, uma vez que eles apontam posturas e exemplos que possibilitam o indivíduo ser considerado um Sujeito Ecológico.

Percebe-se nessas falas que eles construíram esses conhecimentos no curso em estudo, como também por meio de vivências formais e informais, tendo, portanto, condições de inferir o que seja um sujeito ecológico, ou seja, um ser humano que pensa e age de forma consciente, respeitando o meio ambiente em todas as suas dimensões, pensando coletivamente, atuando com uma postura ética e responsável diante da natureza e de seus recursos naturais, com foco na sustentabilidade mais ampla, ou seja, planetária.

Infere-se nessas falas que eles já se identificam com o sujeito ecológico, quando apontam formas corretas de agir diante da natureza, destacando a necessidade de se observarem os impactos positivos advindos desse agir como sujeito ecológico e as consequências negativas se esses conceitos não forem observados, não só em relação às atividades turísticas, mas em todas as atividades ligadas à vida em sociedade.

Destacam que o curso propicia a construção de conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitem entender que a preservação do meio ambiente deve ser responsabilidade do coletivo e não individual, daí a necessidade de se preservar o meio ambiente.

Ressaltam, porém, que esse saber não deve ficar restrito a grupos específicos, mas deve ser expandido, atingindo a sociedade como um todo, reafirmando, assim, a importância da formação do sujeito ecológico como um ser que pensa e vive ecologicamente em equilíbrio, comprometido com a sustentabilidade planetária, sem, contudo, deixar de ter uma consciência local, atento não só ao que é consumido, mas também ao que é produzido.

Ressaltam também a necessidade de um olhar mais aproximado ao ambiente e às ações nele desenvolvidas, cultivando um sentimento de pertencimento, sendo agente propulsor e recebedor dos impactos produzidos no meio ambiente, tendo consciência da finitude dos recursos naturais.

Com base nisso, apresentam algumas definições sobre o que seja um sujeito ecológico: “uma pessoa que pensa e impacta no seu meio ambiente; pessoa que tem atitudes positivas em relação ao ambiente em que vive, que tem sentimento de pertencimento em relação à natureza; que tem pensamentos e atitudes ambientais voltadas ao coletivo e não ao individual; pessoa consciente dos impactos negativos e positivos das ações do ser humano na natureza; que tem consciência que os recursos naturais são limitados; aquele que faz o possível para gerar menos resíduos no meio ambiente; tem ciência do seu papel perante a preservação do meio ambiente, e reconhece sua responsabilidade diante da sociedade; aquele que busca viver de forma aliada à natureza, diminuindo possíveis danos e protegendo o meio ambiente.

Depreende-se, portanto, das narrativas apresentadas pelos estudantes, tanto dos 3º módulos quanto dos 4º módulos, que eles compreendem com clareza o que seja um sujeito ecológico, ou seja, vêem-no como “aquele que busca viver de forma aliada à natureza, diminuindo possíveis danos e protegendo o meio ambiente. Como aquele que conhece e emprega boas práticas ambientais e as leva para o dia a dia, dando exemplo para a sociedade”. Diante dessas afirmativas, é possível depreender que o curso em estudo contribui para formação do Sujeito Ecológico.

Segue tabela apresentando as narrativas dos estudantes e que embasaram a análise acima:

RESPOSTAS DAS RODAS DE CONVERSA: Eixo 3 – Sujeito Ecológico	
Questão 6 – O que vocês compreendem sobre “Sujeito Ecológico”?	
3º Módulo – Manhã	
Sujeito	Estudantes 10,14,4,3,2 e 6 apresentaram as falas abaixo
10	Uma pessoa que pensa e impacta no seu meio ambiente. Pensa na origem do consumo.
14	Uma pessoa que pensa no seu meio ambiente e tem atitudes positivas em relação a ele. Sentimento de pertencimento. Pensamento e atitudes no coletivo e não de forma individual.
4	Uma pessoa consciente dos impactos negativos e positivos do ser humano em relação ao meio ambiente.
3	Pessoa que tem consciência de que os recursos naturais são limitados.
2	Tem cuidado com meio ambiente. Visão futura, não só local, mas também global.
6	Pensar e ter consciência sobre o que consome e não apenas no que produz.
3º Módulo – NOITE	
	Os sujeitos 1, 2, 3,4,5, 6 e 7 apresentaram falas
1	Aquele que faz o possível para gerar menos resíduos. Quando vai para o supermercado fazer compras, leva sacola de pano, evitando utilizar sacolas plásticas; aquele que anda com seu copo dentro da bolsa, para não estar tomando água em copos descartáveis; não utiliza canudos plásticos e sempre tem a consciência de recolher seus resíduos, principalmente se estiver em locais públicos.
2	Sujeito ecológico é aquele que tem ciência do seu papel em relação à preservação do meio ambiente, e reconhece sua responsabilidade diante da sociedade, contribuindo de forma direta, através de conversas, opiniões, e indiretas, influenciando as pessoas através de atitudes.
3	O Sujeito Ecológico é o que tenta e aprende a cada dia o que ele pode fazer para salvar o mundo. Conscientiza o próximo a fazer do mundo um lugar melhor. Atinge metas e objetivos, vê o mundo de uma forma diferenciada, postura voltada para o desenvolvimento consciente.
4	Aquele que busca viver de forma aliada à natureza, diminuindo possíveis danos e protegendo o meio ambiente.
5	A formação do sujeito ecologicamente correto surge quando há conscientização dos desperdícios dos recursos naturais, como escassez da água, aquecimento global, além das catástrofes causadas pela intervenção do homem no meio ambiente. Preocupa-se com o seu bem-estar e também com o meio que vive.
6	Sujeito Ecológico são aqueles que executam boas práticas ambientais, tais como: Reduzir a geração de lixo, reaproveitar os objetos, reciclar materiais para transformarem novos produtos e diminuir a utilização dos produtos que podem gerar um grande impacto para o ambiente, não precisando mostrar para o outro o que deve ser feito, mas praticando, muitas vezes a atitude de um pode trazer a conscientização do outro.
7	Acredito que seja pessoa que perceba a importância das questões ambientais e as leva para o dia a dia, dando exemplo para a sociedade.
4º Módulo - Manhã	
	Estudantes 6,8,3,16 e 5 apresentaram as falas abaixo
6	Pessoa consciente de que todos possam usar qualquer que seja o ambiente de maneira sustentável.

8	Aquele que aplica práticas sustentáveis.
3	É aquele que pensa em prol da parte ambiental.
16	Pessoa que tem plena consciência dos impactos positivos e negativos exercidos sobre a natureza e tenta causar menos impactos sobre ela.
5	É aquele que tem a consciência de preservação do meio ambiente, a fim de que possa continuar usufruindo os recursos naturais.
4º Módulo – NOITE	
Os sujeitos 4,2 e 5 apresentaram falas	
4	É o que usufrui da natureza sem degradá-la, com o objetivo de preservar os recursos para as futuras gerações. Ações de boas práticas.
2	É aquele que possui a consciência de que o planeta é a extensão do seu próprio eu, da sua própria casa. Esta empatia com todas as questões “eu sinto, logo existo” Tudo passa pela educação desde a própria estrutura familiar, até a educação básica e superior.
5	Quando criança não fui orientada para preservar a natureza. Se eu tivesse mais conhecimentos, não a destruía tanto. É necessária educação, para meus netos e bisnetos possam usufruir do mesmo ambiente hoje no futuro.

Neste **eixo 3 – Sujeito Ecológico -Questão 7 – Na opinião de vocês, que experiências de vida e/ou acadêmicas do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – Campus Recife- contribui para formação do “Sujeito Ecológico”,** constata-se que os estudantes dos 3º e 4º , 6-4-8-10 e 3, 3º M; 1-2-3-4-5-6 e 7, 3º N; 3-15-8-16-5 e 4, 4º M; 4-2-5 e 7, 4º N, módulos manhã e noite afirmam que os ensinamentos advindos do curso em análise foram fundamentais para que pudessem entender e internalizar o que seja sujeito ecológico, externando que os conhecimentos foram sendo construídos ao longo do curso, por meio de processos teóricos aliados a vivências práticas.

Externaram a necessidade de se planejarem as atividades turísticas, conhecendo-se previamente o local, dizendo que, por meio do curso, conheceram os potenciais turísticos do país e também a cidade em que vivem, destacando a necessidade de se preservarem os rios e outros pontos turísticos nela existentes.

Disseram, também, que os conhecimentos sobre a importância de se preservar o meio ambiente em todas as suas dimensões também foram construídos por meio da educação informal, ou seja, pela família.

Acrescentaram que o aprofundamento desses conhecimentos se deu no decorrer do curso em estudo, num processo de educação sistemático, portanto formal, por meio de atividades como estudos de caso, debates, leitura de artigos científicos, visitas técnicas e vivências, o que lhes forneceu subsídios para entender o seu papel enquanto agente de formação e de transformação, enquanto gestor de turismo, uma vez que se exige,

principalmente desse profissional, respeito ao meio ambiente, agindo e pensando como um Sujeito Ecológico.

No decorrer das narrativas, alguns estudantes fizeram alusão a alguns componentes curriculares que contribuíram para despertar neles a preocupação com o meio ambiente, ajudando-os a entenderem o que seja um sujeito ecológico, como os de Planejamento e Organização de Eventos, Gestão Ambiental e Ecoturismo, Patrimônio Cultural e Geografia Regional e Geral, por exemplo.

Destacaram, também, que essa consciência sobre sujeito ecológico lhes deu uma visão crítica em relação à sustentabilidade ambiental e ao compromisso com a coletividade, entendendo os impactos advindos dos conhecimentos adquiridos e construídos, no que concerne à importância e à finitude dos recursos naturais, elementos imprescindíveis à sua atuação enquanto futuros gestores de turismo.

Externaram também a necessidade de se elaborarem planejamentos voltados às várias atividades turísticas, tendo como base o entendimento do que seja sujeito ecológico, para assim respeitar o meio ambiente e os seus habitantes, percebendo-se como parte integrante dessa relação: ser humano x sociedade.

Com base nessas narrativas, percebe-se que os estudantes têm um bom entendimento do que seja um sujeito ecológico, o que nos permite afirmar que o curso em análise trabalha conceitos e processos pedagógicos que contribuem para a formação do Sujeito Ecológico.

RESPOSTAS DAS RODAS DE CONVERSA: Eixo 3 – Sujeito Ecológico	
Questão 7 – Na opinião de vocês, que experiências de vida e/ou acadêmicas do curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – Campus Recife contribui para formação do “Sujeito Ecológico”?	
3º Módulo – Manhã	
Sujeito	Os sujeitos de 6,3,8,10 e 3 apresentaram falas
6	Com o curso começou a perceber o potencial Turístico. Exemplo Rio Capibaribe, visão de um rio poluído.
4	Descobriu com o curso potenciais turísticos no Brasil.
8	Planejamento através de visitas técnicas, observando a organização do Turismo. Exemplo: Recife e Olinda, ambientes sujos. Visão de um todo.
10	Possibilitar de jogar lixo no lixo, planejamento local.
3	O curso ensinou levar para a vida o ceno de responsabilidade com o meio ambiente. Não podemos fazer qualquer atividade sem uma visão ecológica.
3º Módulo – NOITE	
	Os sujeitos 1, 2, 3,4,5 e 7 apresentaram falas
1	Contribuir da forma de como nossos professores passam o conteúdo e suas

	vivências e experiências. Na vida, desde pequeno, minha avó me ensinou a não jogar lixo na rua; a acondicionar os resíduos nos lugares corretos, na época não se tinha esse pensamento de Sujeito Ecológico, mas já eram práticas que ajudaram na formação de quem sou hoje.
2	A principal forma de contribuição é através dos estudos de caso das praias do litoral sul, e a privatização dos seus trechos (visita técnica), e também do PARNA Catimbau, onde podemos vivenciar o turismo em uma Unidade de Conservação Ambiental. A leitura e debate de artigos científicos em sala de aula, também contribuíram.
3	São exemplos do que pode ser feito na vida profissional, como por exemplo, energia solar em substituição da elétrica (hidro). Um local turístico não pode destruir o seu ambiente em larga escala, se não consequentemente o turismo perde força no município.
4	Aulas de campo envolvendo conhecimentos geográficos e planejamento turístico.
5	A instituição contribui nas salas de aulas e nas visitas técnicas, nos mostrando a realidade, e nós com o papel de melhorarmos para sermos Sujeitos Ecológicos.
7	Com exemplos baseados em teorias, visitas técnicas que permitem vivenciar o que é passado em sala de aula, demonstração e apresentação de resultados, análises comparativas e afins.
4º Módulo - Manhã	
	Os sujeitos 3,15,8,16,5 e 4 apresentaram falas
3	Gestão Ambiental e Ecoturismo e POT, trazem diretamente questões do sujeito ecológico. Nos outros componentes curriculares é indiretamente. Visita técnica, duas semanas de curso deu uma visão das atividades turísticas, foi o primeiro impacto da primeira visão de sujeito ecológico.
15	Durante todo o curso existe uma construção para o sujeito ecológico.
8	As cadeiras específicas de gestão Ambiental e Ecoturismo. No 1º módulo Espanhol. Em Belo Jardim um olhar crítico para sustentabilidade.
16	Várias disciplinas não têm na matriz curricular do curso, mas abordam em Patrimônio Cultural e Geografia Regional e Geral.
5	O Evento é uma experiência voltado para sustentabilidade, aplicando para um projeto.
4	No curso trabalha-se de diferentes formas o Planejamento. Trazendo diversas formas de trabalho e visão
4º Módulo – NOITE	
Os sujeitos 4,2,5 e 7 apresentaram falas	
4	Obs: Essa questão ficou junto com a anterior (6ª), devido ao tempo disponível de aula.
2	
5	
7	

Neste eixo 3– Sujeito Ecológico– Questão 8 – Na sua visão como estudantes e futuros profissionais da área, quais os elementos, processos e/ou valores que o Gestor de Turismo

deve desenvolver para se tornar um “Sujeito Ecológico”?, analisando-se as narrativas dos estudantes 14-6-2-3-4 e 10, 3º M; 1-2-3-4-5-6 e 7, 3º N, dos 3º módulos e os 5-17-16-8-18-14-3 e 2, 4º M; 3-2-4-7 e 5, 4º N, dos 4º módulos, pode-se depreender que eles, desde as primeiras narrativas sobre os questionamentos apresentados em relação ao objeto desta pesquisa, já mostravam conceitos, advindos de ensinamentos formais e informais, valores e práticas pedagógicas que contribuem para a formação do Sujeito Ecológico.

Essa afirmativa é fortalecida nesse processo, portanto, quando das respostas a essa última pergunta, visto que eles se posicionam com mais segurança, ao identificarem aspectos positivos e negativos relacionados a atividades turísticas a serem realizadas, apontando alguns exemplos positivos e externando a preocupação com outros, no sentido que não geram impactos negativos ao meio ambiente.

Sobre isso ressaltam a noção de pertencimento, tantos dos agentes turísticos, quanto das comunidades em que os eventos se realizam, externando a necessidade de se envolverem os habitantes dessas localidades em seu planejamento de forma consciente, uma vez que eles precisam ter consciência dos impactos positivos das ações no meio ambiente, consequentemente nas vidas deles, numa simbiose perfeita de causa e consequência. Externando ser importante também a preservação do patrimônio natural, econômico, cultural e social.

Destacaram, também, a disparidade de informações sobre o respeito ao meio ambiente entre muitas localidades, acrescentando que em alguns lugares há organização quanto ao desenvolvimento de ações sustentáveis; enquanto em outros ainda há muito desconhecimento, precisando serem orientados quanto a bons hábitos ambientais, principalmente, a fim de que tenham a consciência de que é imprescindível se respeitar e cuidar do meio ambiente. Apontam que isso decorre em grande parte da falta de políticas públicas que dêem conta dessa demanda.

Ressaltam que os conhecimentos sobre meio ambiente e sustentabilidade não têm impactos positivos apenas nas ações turísticas, mas repercutem em todas as áreas, como na da saúde, educação, transportes, daí a necessidade de se conscientizar as pessoas quanto ao respeito ao meio ambiente e cuidado com ele, a fim de que se tenha um mundo em que todos possam habitar de forma harmônica, fundamentado, assim, em boas práticas ambientais.

Diante do exposto, infere-se das narrativas desses estudantes que eles construíram, ao longo do curso e das suas vivências, conhecimentos que lhes permitem atuar como sujeitos ecológicos, precisando, porém, fortalecer esses conhecimentos e valores, consolidando-os por meio de práticas a serem vivenciadas como cidadãos e cidadãs, futuros /as gestores/as de

turismo, com competências profissionais, percebendo-se como partícipes desse processo, em um agir e pensar voltados à coletividade, atuando como parte integrante desse coletivo, nele sendo ator e também expectador, sabendo, portanto, colocar-se em cada um desses espaços e com ele interagir num processo simétrico reflexivo.

Na tabela que segue, constam as falas dos estudantes, as quais fundamentaram a análise acima disposta.

RESPOSTAS DAS RODAS DE CONVERSA: Eixo 3 – Sujeito Ecológico	
Questão 8 – Na sua visão como estudantes e futuros profissionais da área, quais os elementos, processos e/ou valores que o Gestor de Turismo deve desenvolver para se tornar um “Sujeito Ecológico”?	
3º Módulo – Manhã	
Sujeito	Os sujeitos de 2,3,4,6, 10 e 14 apresentaram falas
14	O sentimento de pertencimento do seu local e do seu país. Valorizar o patrimônio natural e cultural.
6	Com o curso, chegou a perceber o potencial do Rio Capibaribe. Que o lugar ecológico seja referência. Há disparidade de desenvolvimento das localidades, porque uns são organizados e outros não.
2	O gestor tem que desenvolver ações que fiquem registradas. Contribuir com responsabilidade de impactos positivos, com planejamento da localidade.
3	Ver o potencial do lugar. Planejamento com consciência. O curso me ajudou nessa questão. O gestor não pode implantar qualquer estratégia. Deve escutar as pessoas da comunidade local.
4	Deve reeducar o local, com uma visão crítica, e implementar novos hábitos e políticas.
10	Na visita técnica em Amparo, Olinda, há exemplo de pertencimento dos nativos em termos de limpeza. Ao contrário do que há no bairro de Peixinhos, pois as pessoas degradam o local. Como gestor de turismo e sujeito ecológico perceberiam o Turismo como preservação do meio ambiente e sentimento de pertencimento.
3º Módulo – NOITE	
	Os sujeitos 1, 2, 3,4,5,6 e 7 apresentaram falas
1	Para mim, deve-se conscientizar as pessoas, pois uma sociedade bem instruída contribuirá bastante para um meio ambiente mais limpo, até porque todos nós dependemos dele. Então preservá-lo é o princípio de tudo.
2	Para se tornar um bom gestor de turismo, é necessário ir além do senso crítico, é necessário pôr em prática todo o conhecimento adquirido durante a graduação e mostrar soluções eficazes.
3	Encontrar formas econômicas, sociais e ambientais para um turismo diferenciado, sabendo que não podemos fazer o que bem entendemos. Trabalhar para um desenvolvimento sustentável como fator a ser seguido não só pelo turismo, mas para outras áreas (educação, saúde, transporte e outros).
4	Conhecendo bem onde está o atrativo turístico e as comunidades ao redor, para empregar a melhor forma de preservar, proteger e melhorar o meio ambiente do local. É preciso desenvolver a sensibilidade para aliar o melhor

	deste local, turismo e sociedade.
5	Carregar os valores de sempre. Deixar às claras, causas e efeitos negativos e positivos dos impactos do turismo ao meio ambiente. Sempre mostrar não só aos clientes, aos outros os valores de ser um Sujeito Ecológico.
6	Utilizar os recursos da melhor forma, sem acabar com ele ou trazer problemas futuros. Reciclar materiais para transformar em novos produtos, utilizar matérias que não prejudiquem o meio ambiente, ou seja, fazer planejamento necessário para melhoria do ambiente e da sociedade.
7	Colocar em prática os conteúdos vivenciados em aulas, manter-se firme nos hábitos saudáveis e de contribuição ambiental, não se corromper ou acomodar com uma rotina que se distancie desses dinamismos. Buscar e me manter sempre informada, consciente do que deve ser feito sempre para contribuir da melhor maneira e buscar colocar essas informações sempre em prática, além de tentar repassá-las adiante.
4º Módulo - Manhã	
	Os sujeitos 2,3,5, 8, 14,16,17 e 18 apresentaram falas
5	Dando soluções como gestor que traga proposições, além das constatações. Valores, ética, influenciam na área de políticas públicas, leis na área ambiental. Acessibilidade para todas as pessoas que fazem parte do meio ambiente desenvolvam ações para cada uma delas.
17	Ações, projetos, leis que funcionem, políticas públicas. Sair do papel.
16	Promover o local, fazer o estudo sobre a saturação do local. Incluir a comunidade não só como subemprego, mas capacitando para inserir a comunidade na atividade turística.
8	Conscientizar a população. Deixando a comunidade participar. Como gestora, haveria a participação da comunidade. Falar com as pessoas que moram no local. Conscientizar as agências para venda, com um olhar de sustentabilidade, levando ao turista essa visão.
18	Estimular a conscientização do Meio Ambiente, tanto para os turistas como para a comunidade local.
14	Fazer com que a comunidade também seja sujeito ecológico através de capacitações.
3	Como estudante, ver uma conduta para ser um sujeito ecológico através das capacitações.
2	Antes de tudo, mudar os funcionários para pessoas especializadas na área. Prefeitura com parte para projetos com visão voltada para o Turismo. Pessoas qualificadas nas áreas.
4º Módulo – NOITE	
Os sujeitos 2,3,4,5 e 7 apresentaram falas	
3	O gestor está ligado a planejamento. Preocupação com sustentabilidade e ajuda nas boas práticas ambientais. Responsável por ações, projetos, cursos.
2	Como gestor, ver todos como parte de um todo. Espírito de coletividade. Processam projetos, programas e ações como senso comum.
4	Questão mundial: todo gestor tem de pensar no meio ambiente, apresentando projetos, licença ambiental. Minimizando os impactos ambientais nas áreas

	urbana e rural.
7	Está muito atento à coletividade; as diversidades de opiniões e pontos de vista, para que as ações tomadas não cometam divergências.
5	Conhecimento leva a um mundo de coisas, e como gestor ser um agente multiplicador de tudo isso.

Com base nas análises acima colocadas, todas referentes à identificação e entendimento das contribuições do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do *Campus Recife- IFPE*, para a formação do Sujeito Ecológico, é importante fazer referência a alguns recortes teóricos que embasaram nossa pesquisa, quais sejam:

Carvalho (2012) que fundamenta o sujeito ecológico como aquele sujeito ideal, que em tudo que faz pensa na sustentabilidade. Aborda o perfil do sujeito ecológico como: “as vicissitudes da formação de um sujeito ecológico, tomado como tipo ideal, portador de valores éticos, atitudes e comportamentos ecologicamente orientados, que incidem sobre o plano individual e coletivo”. Carvalho destaca, o Sujeito Ecológico como o sujeito que acredita em um mundo transformado, fundamentado em boas práticas ambientais.

Carvalho (2012) ainda descreve o sujeito ecológico como um modelo ideal com atitudes individuais que visa à coletividade. A autora reforça a existência de um sujeito que caracteriza não apenas um modo individual de ser, mas um mundo transformado, em que mobiliza sentimentos de mudanças e pertencimento do homem com a natureza.

Carvalho (2012) descreve um perfil para o sujeito ecológico que remete a postura ética e crítica de uma ordem social vigente, em que é preciso observar a exploração desordenada da produtividade material, que não leva em consideração as limitações dos recursos naturais. Ainda Carvalho (2012) destaca a importância das ações de um sujeito ecológico em prol da sustentabilidade ambiental, em que todos ganham.

Enquanto França; Souza Netto (2015) abordam as questões do sujeito ecológico, projetado em uma formação que pressupõe práticas didático-pedagógicas com a inclusão do conhecimento sobre meio ambiente. Trazem, ainda, a importância dessas práticas inseridas desde o ensino básico.

França; Souza Netto (2015) também apontam que, para haver mudanças é preciso uma construção de novos valores sociais e civilizatórios, com vista a uma consciência de preservação e conservação dos recursos ofertados pela natureza. Apresentam, ainda, a necessidade de uma responsabilidade que possibilite o desenvolvimento, em qualquer atividade, de ter uma visão e atitudes ecologicamente orientadas e que proporcione uma perspectiva para a formação de sujeitos ecológicos.

No entendimento de Alecrim (2007) a atividade turística é um agente econômico que gera empregos, renda e impostos para a localidade. Afirmar, ainda, que a atividade é considerada um grande instrumento de preservação do meio ambiente, desde que haja uma preocupação com a sustentabilidade.

Alecrim (2007) aponta, também, a necessidade de que todos os atores envolvidos na atividade turística devam ter a responsabilidade de preservar o conceito de sustentabilidade e, que torna a atividade como indutora de qualidade de vida do entorno. Enraizando nos indivíduos o sentimento de pertencimento do meio em que vive. Além de proporcionar o senso de responsabilidade em todo ser humano para a preservação do meio ambiente.

Azevedo (2005) faz uma abordagem em que os significados em sustentabilidade para um planejamento turístico, vislumbra uma perspectiva conceitual, assim como uma correta aplicabilidade nas ações das atividades turísticas com amplitude global. Alerta, ainda, que essas boas práticas precisam estar incorporadas em estratégias desenvolvidas pelas empresas e também presentes nas atividades turísticas com a preocupação com o meio ambiente e as comunidades.

Analisando-se todas as narrativas à luz desses recortes teóricos, constata-se que elas trazem esses conceitos e princípios, na medida em que os estudantes apresentam a necessidade de agir e pensar pautados no respeito ao meio ambiente, prezando pela sustentabilidade ambiental, desenvolvendo ações de forma responsável, percebendo-se como parte da natureza, consequentemente nela agindo, interagindo e sendo por ela afetado, positiva ou negativamente, tendo a consciência de que o desenvolvimento de ações sustentáveis e cuidadosas contribui para a preservação da natureza, consequentemente do planeta.

Percebe-se, portanto, que essa tomada de consciência se deu por meio de várias formas e processos, todavia aquelas advindas do saber sistematizado construídas no curso em análise foram fundamentais para aprofundar essa consciência cidadã, dando-lhes subsídios para atuar em sociedade, transformando e sendo transformado por ela, mobilizando saberes que promovam mudanças de posturas, por meio da conscientização do ser e estar no mundo com visão holística e comprometida com o meio ambiente e todas as suas relações, gerando sentimento de pertencimento frente à natureza, o que leva à afirmação de que eles se percebem como um Sujeito Ecológico.

6.4 ANÁLISE DO PRODUTO

6.4.1 Análise do resultado da tabulação da avaliação

Na questão 1 – Observa-se que os conteúdos abordados são mais do interesse de formação pelas respostas de 19 (dezenove) participantes. No subitem outros 5 (cinco) participantes registraram em linhas gerais: o conteúdo abordado independe de graduação/área de conhecimento, deve ser conteúdo obrigatório, porque é de interesse de qualquer profissional consciente e ecológico.

Na questão 2 – Constata-se que 28 (vinte e oito) participantes consideram os conteúdos abordados como muito satisfatório.

Na questão 3 – Percebe-se que do total de participantes que avaliaram, 23 (vinte e três) afirmaram que os marcos legais, tratados no seminário, contribuiu como conhecimento adquirido.

Na questão 4 – Do total de participantes do seminário, 26 (vinte e seis) afirmaram que precisam aplicar mais ações ecológicas em seu dia a dia.

Na questão 5 – Identifica-se que do total de participantes no seminário, 32 (trinta e dois) consideram que os resultados apresentados com relação ao estudo abordado, contribuem para a aplicabilidade em todas as áreas.

Na questão 6 – Verifica-se que do total de participantes do seminário, 29 (vinte e nove) consideraram a infraestrutura satisfatória, e destes 29 (vinte e nove), 24 (vinte e quatro) consideraram, também, coerência no desenvolvimento do evento.

No subitem sugestão, da referente a questão 6 (seis), os participantes sugeriram mais interação com os ouvintes, que os slides possam ser mais dinâmicos; 2 (dois) participantes observaram a ausência do professor dos componentes curriculares específicos do 4º módulo do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo, apesar da pesquisadora ter solicitado oficialmente a divulgação do seminário para os docentes e discentes, junto à coordenação do referido curso; além da divulgação por meio de banners nos murais do *Campus Recife*.

Destaca-se ainda, nesse item, que 1 (um) participante elogiou a infraestrutura e o desenvolvimento do evento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises realizadas nas narrativas dos estudantes dos 3ºs e 4ºs módulos – manhã e tarde- participantes das rodas de conversa e, com base nos fundamentos teóricos que ancoraram este trabalho de pesquisa, pode-se concluir que o curso objeto deste trabalho, ou seja, o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do *Campus Recife/IFPE* contribui para a formação do Sujeito Ecológico.

Essa contribuição vai desde sua concepção, matriz curricular, conteúdos transversais trabalhados, práticas pedagógicas empregadas e vivências decorrentes das visitas técnicas especificamente, sendo, portanto, correto se afirmar que ele apresenta valores, conceitos, processo pedagógicos e práticas que permitem a afirmação de que contribui para a formação do sujeito ecológico, embora não se tenha nos seus objetivos gerais e específicos essa indicação, todavia no decorrer de seu desenvolvimento, identifica-se essa contribuição.

Importante se faz acrescentar que a visão holística, definida na justificativa da oferta do mencionado curso, já aponta para esse cuidado com o meio ambiente, uma vez que, embasado nas narrativas dos estudantes, nas rodas de conversa, há indícios de que eles identificam que ao gestor de turismo compete planejar atividades a serem desenvolvidas, observando não só os aspectos econômicos e culturais da ou das localidades em que serão realizadas, mas principalmente os impactos advindos dessas ações na natureza, precisando ser cuidada, defendida e preservada, para que a vida se desenvolva de forma consequente.

Diante disso, imperioso se faz sugerir, para fortalecer esse entendimento, que se defina, já nos objetivos do curso em análise, o propósito de se atender a conceitos e práticas que primem pela ética ambiental, não só no curso objeto deste trabalho, mas em todos os cursos ofertados pelo IFPE, nos diversos níveis e modalidades de ensino, definindo também na matriz curricular conteúdos voltados à educação ambiental de forma específica e não só por meio de atividade e conteúdos transversais.

Sugere-se, ainda, com base no tripé ensino, pesquisa, inovação e extensão, que sejam trabalhados e observados nos cursos ofertados neste Instituto, princípios e práticas ambientais, como vetor de responsabilidade institucional, tendo em vista que a missão do IFPE abriga também a preocupação e respeito com o meio ambiente, quando assim define: “*Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade.*”

7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS: análise de alguns recortes documentais

Da análise documental neste documento apresentada, é interessante destacar alguns recortes que consubstanciam a afirmativa de que o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE contribui para a formação de sujeitos ecológicos, quais sejam:

Identifica-se no referido curso os componentes curriculares relacionados à Educação Ambiental tais como: Gestão Ambiental e Ecoturismo, vivenciados no 4º módulo, em conformidade com a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2012- art. 16 que assim estabelece “A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer: inciso II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; inciso III- pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares”- conhecimentos esses que contribuem para a formação do sujeito ecológico.

Considerando o recorte da LDB 9.394/1996 no seu art. 43, inciso V:” suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração”; constatar que esse processo de formação e de conscientização se realizou, a partir do momento em que os estudantes participantes nas rodas de conversa afirmaram que os conhecimentos construídos por meio do curso, principalmente, permitiram-lhes compreender os conceitos concernentes à concepção de Sujeito Ecológico, identificando-se com ele, e na perspectiva de futuros gestores de turismo, realizarem ações ecológicas.

7.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS: rodas de conversa

As rodas de conversa realizadas com os estudantes dos 3º e 4º módulos manhã e noite do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE representaram, neste trabalho de pesquisa, um instrumento de coleta de dados, utilizado para se compreender e identificar se o Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE contribui para a formação do Sujeito Ecológico.

Após a análise descritiva dessas rodas de conversas, pode-se inferir que o curso em análise apresenta elementos que permitem afirmar que ele contribui para a formação do sujeito ecológico, como se pode constatar nas falas dos estudantes indicadas nas tabelas em que constam as perguntas e respostas concernentes aos três eixos que estruturaram o roteiro do referido instrumento, quais sejam: **relação de turismo e meio ambiente, as boas práticas ambientais e a formação do Sujeito Ecológico.**

Nas narrativas dos estudantes em relação ao questionamento do 1º Eixo- **relação de turismo e meio ambiente** - os estudantes identificam essa relação, citando o viés da sustentabilidade e alguns componentes curriculares trabalhados durante o curso, que abordam essa relação, assim como a necessidade de se planejarem as atividades turísticas, respeitando a natureza, e colaborando com a consciência da população local sobre os impactos das atividades turísticas nas localidades, onde essas atividades se realizam, além da ideia de pertencimento a ser trabalhada em relação às atividades turísticas e o meio ambiente. Confirmando, portanto, conhecimentos construídos sobre a relação de turismo e meio ambiente.

Quanto ao Eixo 2- As boas práticas ambientais, os estudantes se posicionaram, afirmando que a construção de conhecimentos sobre essa temática adveio principalmente de vivências informais e das visitas técnicas realizadas durante o curso, externando alguns exemplos que eles consideram como boas práticas ambientais e de comportamentos que geram impactos negativos, quando não se observam essa responsabilidade com o meio ambiente em suas várias dimensões.

Os estudantes também evidenciaram a educação como fator fundamental para o desenvolvimento das boas práticas ambientais, especificamente no que se refere as atividades turísticas, uma vez que, essas atividades precisam ser bem planejadas, a fim de que não agredam o meio ambiente, de forma a respeitar, assim, a geografia local e seus habitantes. Além de verificar os impactos econômicos, sociais e culturais que esses eventos possam causar ao local; e em consequência a seus habitantes.

Eles ressaltaram, também, que esse agir consciente é uma das premissas de sua atuação, enquanto gestores de turismo, apresentando exemplos de boas práticas e exemplos do que não se deve fazer, para que o meio ambiente não seja agredido, o que contribui para se inferir que o curso estudado aponta para a formação do Sujeito Ecológico.

Eixo 3- formação do sujeito ecológico.

Nas falas dos estudantes participantes desta pesquisa, em relação a esse eixo, ensejou que eles construíram seus conhecimentos sobre o que seja Sujeito Ecológico por meio de vivências formais e informais e que já se identificam com o sujeito ecológico, quando apontam formas corretas de agir diante da natureza, com destaque a necessidade de se observar os impactos positivos oriundos desse agir, e as consequências negativas se esses conceitos não forem bem observados.

Eles destacaram que o curso propiciou a construção de conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitem entender que a preservação do meio ambiente deve ser responsabilidade do coletivo e não individual, daí a necessidade de preservá-lo.

Durante a narrativa dos estudantes participantes, foi ressaltado que esse saber não deve ficar restrito a grupos específicos, mas deve ser expandido, atingindo a sociedade como um todo, pensando coletivamente, atuando com uma postura ética e responsável diante da natureza e de seus recursos naturais, com foco na sustentabilidade de forma mais ampla, e com a consciência da finitude dos recursos naturais; apresentando, também, algumas definições sobre o que seja um sujeito ecológico.

Com essa compreensão, apresentaram algumas definições sobre o que seja um sujeito ecológico: uma pessoa que pensa e impacta no seu meio ambiente; pessoa que tem atitudes positivas em relação ao ambiente em que vive, que tem sentimento de pertencimento em relação à natureza; que tem pensamentos e atitudes ambientais voltadas ao coletivo e não ao individual; pessoa consciente dos impactos negativos e positivos das ações do ser humano na natureza; que tem consciência que os recursos naturais são limitados; aquele que faz o possível para gerar menos resíduos no meio ambiente; tem ciência do seu papel perante a preservação do meio ambiente, e reconhece sua responsabilidade diante da sociedade; aquele que busca viver de forma aliada à natureza, diminuindo possíveis danos e protegendo o meio ambiente.

Depreende-se das narrativas apresentadas pelos estudantes, tanto dos 3º módulos quanto dos 4º módulos, eles compreendem com clareza o que seja um sujeito ecológico, ou seja, vêem-no como “aquele que busca viver de forma aliada à natureza, diminuindo possíveis danos e protegendo o meio ambiente. Como aquele que conhece e emprega boas práticas ambientais e as utiliza para o dia a dia, sendo exemplo para a sociedade”. Diante dessas afirmativas, é possível afirmar que o curso estudado contribui para a formação do Sujeito Ecológico.

7.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: produto

O produto desta dissertação foi a realização de um seminário de formação continuada, intitulado “Gestor de Turismo X Sujeito Ecológico”, com ênfase na formação de sujeitos ecológicos comprometidos e preocupados com a preservação ambiental global.

Considerando o resultado, de acordo com a análise da avaliação escrita do seminário, distribuída ao público presente, constatou-se no geral como satisfatório.

Nesse sentido, o produto será incluído no Qualis Técnico de acordo com os critérios do Grupo de Trabalho | Qualis Artístico / Classificação de Eventos,  **CAPES** Brasília, p. 10-12, 2019.

REFERÊNCIAS

- ALBANUS, L. L. F.; ZOUVI, Cr. L. **Ecopedagogia: educação e meio ambiente**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- ALECRIM, E. **A fisiografia e o turismo de Pernambuco**. 2. ed. Recife: Bagaço, 2007.
- ALPES, K. G. O.; VALENÇA, M. M. Assentamento Pedro Inácio: agroecologia, sustentabilidade e justiça cognitiva. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 21, n.2, 2016.
- ARENHART, D. Infância, **Educação e MST**: quando as crianças ocupam a cena. Chapecó: Argos, 2007.
- AZEVEDO, I. M. et al. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- BARCELOS, V. H. L. "Escritura" do mundo em Octávio Paz: uma alternativa pedagógica em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel. (Org.). **Educação Ambiental Pesquisa e Desafios**. 1.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005, v. 1, p. 67-98.
- BRAMBATTI, L. E. **O turismo como mercadoria no capitalismo avançado: uma análise conceitual**. 2011. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/43.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 5 jul, 2019.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso: 20 mar. 2019.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 20 mar. 2019
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 Dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 20 mar. 2019
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.18, 15 jun. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10955-pcp014-12&Itemid=30192. Acesso em: 8 jul. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 jun. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Acordo de Paris**. 2019b. Disponível em: www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris. Acesso em: 30 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A carta da terra**. 2000. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Crescimento do turismo mundial pode chegar a 4% em 2019**: resultado do setor em 2018 foi o segundo melhor da década, segundo relatório da Organização Mundial do Turismo. 2019a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12306-crescimento-do-turismo-mundial-pode-chegar-a-4-em-2019.html>. Acesso em: 8 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo**. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional/2015-04-06-14-28-40.html>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

BOFF, Leonard. **Ethos mundial**. Rio de Janeiro: sextante, 2003, 131p.

CÂMARA, Vanessa Oliveira Fernandes. **A importância da educação ambiental lúdica: abordagens e reflexões para a construção do conhecimento infantil**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2017.

CAMBOIM, J. F. F.; RIBEIRO, A. K. R.; CRUZ, M. do C. S. **Como a Com-vida contribui para a formação do sujeito ecológico: um estudo de caso em uma escola de rede municipal do Recife – PE**. 2011

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 24. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2003, 448p.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental a Formação do Sujeito Ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, I. C. de M. **Natureza e cultura na psicanálise e no ideário ecológico**: duas perspectivas sobre o mal-estar na cultura. Murcia: Universidad de Murcia, 2010.

CORDEIRO, N. da R. **Os Caminhos para o campo ambiental**: um estudo narrativo das trajetórias dos educadores ambientais. 2010. TCC (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental) – IFPE, 2016.

CÓRDULA, E. B. L. A Ecosofia e as Três Ecologias de Félix Guattari na Formação do Sujeito Ecológico. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 01-03, 2013.

COOPER, C. et al. **Turismo: princípios e práticas**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1996.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

FERREIRA, Rafael Batista; et al. Greenwashing: dos conceitos à tendência da literatura científica global. **Revista brasileira de educação ambiental**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 215-233, 2019.

FRANÇA, J. P.; SOUZA NETO, L. T. O calendário ecológico escolar: uma experiência de educação ambiental no ensino fundamental I. **Holos**, Natal: IFRN, v.6, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da economia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, 184p.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Livraria Artmed, 2000, 294p.

GARCIA JUNIOR, E. F.; MEDEIROS, S.; AUGUSTA, C. Análise documental: uma metodologia da pesquisa para a Ciência da Informação. **Temática**, João Pessoa, v. 13, n. 7, jul. 2017.

GASPAR, A. **A educação formal e a educação informal em ciências**. 2019. Disponível em: <http://files.petlicenciaturas.webnode.com.br/200000024-eb7d2ec774/A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Formal%20e%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Informal%20em%20Ci%C3%Aancias.pdf>. Acesso em: 17 maio 2019.

GAPAR, A. A educação formal e a educação informal em ciências. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fatima (Org.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro. Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia/ UFRJ, 2002.

GATTI JÚNIOR, D. Luzuriaga, Larroyo, Manacorda e Cambi: análise de manuais de história da educação em circulação na formação de professores no Brasil (1955/2008). IN: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012. João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B. MCINTOSH, R.W. **Turismo Princípios, Práticas e Filosofias**. 8. ed. Editora: Bookman, 2002.

GONÇALVES, I. **Turismo e Meio Ambiente**: impactos ambientais e sustentabilidade. 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/turismo-e-meio-ambiente-impactos-ambientais-e-sustentabilidade/20115>. Acesso em 13 mar. 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, Mai/ Jun. 1995.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.
GUTIÉRREZ, F; PADRO, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. 3.ed. São Paulo: Editora Cortez. 1999.

HALAL, C. Y. Ecopedagogia: uma nova educação. **Revista de educação**, Bagé: Universidade Federal do Pampa – Unipampa, v. 12, n. 14. 2009.

IFPE. Campus Recife. **Projeto Pedagógico do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo**. Recife: IFPE – Campus Recife, 2016.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **A carta da terra na perspectiva da Educação**. São Paulo: Primeiro Encontro Internacional, 1999.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

LUZZI, D. **Educação e meio ambiente**: uma relação intrínseca. Barueri, SP: Manole, 2012.

MAIA, M. da C. R. **Contribuições do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPE para formação do Sujeito Ecológico**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Ambiental) – IFPE, Recife, 2015.

MELO, M. C. H.; CRUZ, G. C. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da Educação**, v.4, n.2, p.31-39, 2014.

MOREIRA, Marco Antônio. **Pesquisa em Ensino**: Aspectos Metodológicos.2003. Tese (Programa Internacional de Doctorado en Enseñanza de Las Ciencias)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Física. Porto Alegre, Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Método IV**: as idéias. Porto Alegre: Sulina, 1998, 325p.

MORIN, Edgar. O método II: a vida da vida. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1989, 72p.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido**: a natureza humana. 5. ed. [s.l]: Mem Martins Europa-América, 1973. 222p.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

MUSSE, Ricardo. David Harvey: para além de uma geografia capital. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 55-69. jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sant/v4n1/2238-3875-sant-04-01-0055.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019

NEHME, V. G. F.; BERNARDES, M. B. **O ser humano como sujeito ecológico na visão dos alunos do curso técnico em informática integrado ao ensino médio do IFTM, Campus Uberlândia (MG)**. Revbea, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 461 – 471, 2014.

ORLANDO, R. S. **A escala e saberes locais**: proposta efetiva para o desenvolvimento sustentável ou adequação das práticas desenvolvimentistas na globalização? Rio Claro: [s.n.], 2004.

PÁDUA, S. M; TABANEZ, M. F. (Orgs.). **Educação Ambiental**: caminhos trilhados no Brasil. Brasília: IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997. 283p.

PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. dos R. **Produtos Turísticos e Novos Segmentos de Mercado**: planejamento, criação e comercialização. Barueri: Manole, 2015.

PANROTAS. **WTTC - Conselho Mundial de Viagens e Turismo**. 2019. Disponível em: www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/03/turismo-responde-por-81-do-pib-brasil-veja-dados-globais_162774. Acesso em 10 jul. 2019.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Turismo e meio ambiente**. 2019. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/turismo-e-hotelaria/turismo-e-meio-ambiente/4935>. Acesso em: 12 jul. 2019.

POLKINGHORNE, D. **Narrative knowing and the human sciences**. Nova York: State University of New York Press, 1988.

REJOWSKI, M.; COSTA, B. K. **Turismo Contemporâneo**: Desenvolvimento, Estratégia e Gestão. Editora: Atlas, 2003.

RESCIA, Ana Paula et all. **Dez anos de LDB**: contribuição para a discussão das políticas públicas de educação no Brasil. Araraquara- SP: Junqueira & Marin, 2007.

RIBEIRO, A. K. R.; LYRA, M. C. D. P. O processo de significação no tempo narrativo: uma proposta metodológica. **Estudo de Psicologia**, Natal, v. 13, n. 1, p. 65-73, 2008.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento Ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (Paraná). **Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. 2019. Disponível

em:<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73>. Acesso em: 13 jul. 2019.

SILVA, D. H. da.; MONTAGNOLI, Gilmar Alves. Uma perspectiva formal e informal em pauta: a relação educação e trabalho. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.15, n.31, p. 59-71, jul./dez. 2013.

SILVA, V. A. da.; Charlot, B. Relação com a natureza e educação ambiental. In: SATO, Michèle; Carvalho, Isabel. (Org.). **Educação Ambiental Pesquisa e Desafios**. 1.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005, v. 1, p. 65-76.

SILVA, V. M. R. da. **A Formação do Sujeito Ecológico no Instituto Capibaribe**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Ambiental) – IFPE, 2016.

SMITH, J.K. **Quantitative versus qualitative research**: an attempt to clarify the issue. *Educational Researcher*, v. 12, n. 3, p. 6-13. 1983.

SOARES, C. **Turismo e integridade ambiental**: realidades e conflitos na paisagem litorânea (estudo de caso). Rio de Janeiro: ed. Senac Rio, 2011.

SOUSA, B. S. A. de. **As relações de gênero nas políticas públicas de educação no município de Belo Jardim – PE**: silêncio ou desvelamento?. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPE, 2006.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: gestão e marketing. Tradução de Esther Eva Horovitz. São Paulo: Aleph, 2000.

TELES, R. M. de S. (org.). **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

THEOBALD, W. F. **Global tourism**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

TORALES, R. A.; LEVY, M. I. C. **Olhar sobre o olhar que olha**: educação ambiental sob o viés das fotografias de Sebastião Salgado. 2003. 133p.

TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

ANEXO A – termo de consentimento livre e esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO AMBIENTAL**

TÍTULO DA PESQUISA: Contribuições do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE- *Campus* Recife para formação do sujeito ecológico.

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Prof^a Mestranda Sônia Cristina Amorim da Silva

Prezado(a) Estudante Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, que irá investigar a formação do sujeito ecológico no Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE- *Campus* Recife.

Ao participar desta pesquisa, você deverá responder às questões contidas no seguinte instrumento de coleta de dados: Rodas de Conversa.

Os procedimentos utilizados para desenvolver esta pesquisa poderão ocasionar riscos mínimos, como desconforto em compartilhar um pouco das informações pessoais ou acadêmicas através de anotações, utilização de áudio, filmagem e fotografia. Lembramos que sua participação é voluntária e que você não tem que responder qualquer pergunta que venha lhe causar algum incômodo.

Os benefícios esperados com a pesquisa são no sentido de contribuições para a compreensão da formação do sujeito ecológico, a partir das narrativas dos estudantes do curso Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo.

Todas as informações que o (a) Sr. (a) nos fornecer ou que sejam conseguidas serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em nenhum dos resultados apresentados.

Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento a pesquisadora responsável: Sônia Cristina Amorim, sempre que julgar necessário, pelos telefones (81) 21251784(CATU)

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, a turma do 3º período Manhã, do semestre letivo 2019.1, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de responder questões que foram devidamente explicadas pela pesquisadora, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetida e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assinam os estudantes da referida turma o presente termo.

Recife-PE., 16 de abril de 2019.

ANEXO B – matriz curricular do curso superior tecnológico em gestão de turismo



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

ÁREA PROFISSIONAL: HOSPITALIDADE E LAZER

CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO DE TURISMO

Fundamentação: LDB 9394/96

Ano de Implementação 2007.2

Pareceres nºs CNE/CES 436/01, 29/02, 277/06.

Semanas Letivas: 18

Resolução nº CNE/CES 03/02.

Carga Horária: hora/relógio 1690,5 - hora/aula 2254

MATRIZ CURRICULAR						
TÍTULO	COMPONENTES CURRICULARES	CRÉDITOS COMPONENTE/MÓDULO				CHT H/A
		I	II	III	IV	
Módulo Básico	Teoria Geral do Turismo I	3				54
	Sociologia do Turismo	2				36
	Administração Geral	3				54
	Geografia do Turismo	3				54
	Língua Portuguesa Aplicada	3				54
	Língua Inglesa Aplicada	4				72
	História do Brasil Aplicada	3				54
	Língua Espanhola Aplicada	4				72
	Metodologia Científica	2				36
Módulo Instrumental	Teoria Geral do Turismo II		3			54
	Geografia Regional do Turismo		3			54
	Informática Aplicada		2			36
	Direito Aplicado		4			72
	Gestão de Sistema de Comunicação		2			36
	Língua Francesa Aplicada		4			72
	Estatística Aplicada		3			54
	Gestão de Animação Turística		3			54

ANEXO C – plataforma brasil

Plataforma Brasil

Página 1 de 1

SONIA CRISTINA AMORIM DA SILVA - Pesquisador 1 V3.2
 Sua sessão expira em 30min 47

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

— DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Contribuições do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Pernambuco- Campus Recife- para a Formação do Sujeito Ecológico.
 Pesquisador Responsável: SONIA CRISTINA AMORIM DA SILVA
 Área Temática:
 Versão: 1
 CAAE:
 Submetido em:
 Instituição Proponente:
 Situação da Versão do Projeto: Em Edição
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

— DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

☐ Versão em Tramitação (PO) - Versão 1

☒ Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações

— LISTA DE APROVAÇÕES DO PROJETO

Aprovação *	Pesquisador Responsável *	Versão *	Submissão *	Modificação *	Situação *	Exclusiva do Centro Coord. *	Ações
PO	SONIA CRISTINA AMORIM DA SILVA	1			Em Edição	Não	1 2 3 4 5 6 7 8

— HISTÓRICO DE TRÂMITES

Aprovação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações

LEGENDA:

(*) Aprovação

PO = Projeto Original de Centro Coordenador	POp = Projeto Original de Centro Participante	POc = Projeto Original de Centro Coparticipante
E = Emenda de Centro Coordenador	Ep = Emenda de Centro Participante	Ec = Emenda de Centro Coparticipante
N = Notificação de Centro Coordenador	Np = Notificação de Centro Participante	Nc = Notificação de Centro Coparticipante

(*) Formação do CAAE

Ano de submissão do Projeto	Tipo do centro	Código do Comê que está analisando o projeto
n n n n n n a a . d v . l x x x . l l l l l		

Sequencial para todos os Projetos submetidos para apreciação Dígito verificador Sequencial quando estudo possui Centro(s) Participante(s) e/ou Coparticipante(s)

[Voltar](#)

Este sistema foi desenvolvido para o navegador Mozilla Firefox.
 (versão 9 ou superior)

ANEXO D – banner seminário

SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

TEMA:

GESTOR DE TURISMO X SUJEITO ECOLÓGICO

MINISTRADO POR



Professora
Sônia Amorim



Pedagoga
Hercilene Ribeiro

Data: 05 de Novembro de 2019

Local: Mini Auditório do IFPE Campus Recife

Horário: 19h às 22h

ANEXO E - certificado do seminário para os participantes**SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA
GESTOR DE TURISMO X SUJEITO ECOLÓGICO****CERTIFICADO**

Certificamos que _____ participou como OUVINTE do “Seminário de Formação Continuada: Gestor de Turismo x Sujeito Ecológico”, ministrado pela Professora Sônia Amorim e pela Pedagoga Hercilene Ribeiro, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, no dia 05 de novembro de 2019, totalizando a carga horária de 03 horas.

Sônia Cristina Amorim da Silva

Professora, Organizadora e
Palestrante

Luciana Pereira da Silva

Coordenadora do Curso Superior
Tecnológico em Gestão de Turismo

ANEXO F - ficha de avaliação do seminário



SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA GESTOR DE TURISMO X SUJEITO ECOLÓGICO AVALIAÇÃO

1. Sobre a temática apresentada, os conteúdos abordados são de interesse:
☐ pessoal ☐ específico da área de Turismo ☐ Trabalho ☐ Formação ☐ Outros

2. Qual o grau de aplicação dos **conteúdos abordados** no seu dia a dia?
☐ Muito satisfatório ☐ Pouco satisfatório ☐ Razoável
3. Sobre a legislação relacionada a Meio Ambiente, os **marcos legais** tratados neste seminário, contribui para você em:
☐ Conhecimento adquirido ☐ Aprofundamento conceitual ☐ Aplicabilidade no trabalho
4. Sobre o **Sujeito Ecológico**, você?
☐ Sou Sujeito Ecológico ☐ Não possuo características de Sujeito Ecológico.
☐ Preciso aplicar mais ações ecológicas no meu dia a dia.
5. Considerando os resultados apresentados do estudo abordado, que abrangência de contribuição você recomenda para:
☐ Aplicação Institucional ☐ Específico, apenas para o curso
☐ Aplicabilidade em todas as áreas ☐ Para formação do Gestor de Turismo
6. Com relação a **organização deste evento** você considera:
☐ Infraestrutura (recepção, local, recurso tecnológico, cerimonial) satisfatórios.
☐ Desenvolvimento do evento (coerência dos conteúdos apresentados, certificação)
 Sugestão: _____



